

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ANA JANSEN E O PODER NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX: perspectivas para o
Ensino de História**

BRENDA REGINA MOTA MORAES

São Luís
2025

BRENDA REGINA MOTA MORAES

**ANA JANSEN E O PODER NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX: perspectivas para o
Ensino de História**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Costa

São Luís
2025

Moraes, Brenda Regina Mota.

Ana Jansen e o poder no Maranhão do século XIX : perspectivas para o Ensino de História / Brenda Regina Mota Moraes. – São Luís, 2025.
136 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa.

1. Ensino de História. 2. Ana Jansen. 3. História das Mulheres. 4. Gênero.
5. Poder. I. Título.

CDU 93/94:37-055.26(812.1)

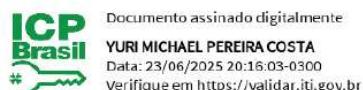
BRENDA REGINA MOTA MORAES

ANA JANSEN E O PODER NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX: perspectivas para o Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre em História.

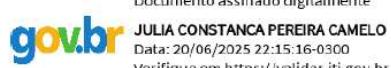
Aprovada em:

BANCA AVALIADORA



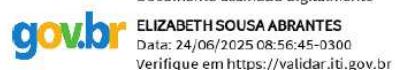
Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa (orientador)

Documento assinado digitalmente



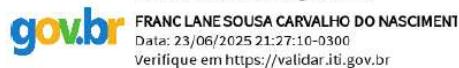
Profa. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo (Examinadora Externa)
(PROFHISTORIA/UFMA)

Documento assinado digitalmente



Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (Examinadora Interna)
(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente



Profa. Dra. Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

*Dedico esta dissertação à minha mãe, cuja
memória e amor continuam sendo minha
maior inspiração.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e sabedoria concedidas em cada etapa desta caminhada.

Ao meu marido, Luan Moraes, por apoiar cada um dos meus sonhos, por estar presente em todos os momentos e ser meu porto seguro. À minha família, que é o alicerce da minha vida: à minha segunda mãe, Maria Domingas, por sempre cuidar de mim com tanto amor, mimando-me com lanches durante as aulas virtuais; à Ludimila Serejo, pelo carinho constante; ao Davi Serejo, que me auxiliou nas etapas iniciais do meu produto educacional; à Giovanna Serejo, que há quatorze anos é meu braço direito e companheira inseparável; e ao meu pai, que sempre acreditou em mim e foi um dos meus maiores incentivadores.

Agradeço também ao senhor Juscelino Souza, que tornou minhas manhãs de estudo mais leves com suas músicas, que variavam da MPB a clássicos internacionais das décadas de 80 e 90.

Reconheço que são tantas as pessoas que merecem minha gratidão que talvez seja difícil nomeá-las todas aqui, mas meu coração se alegra por não ter trilhado este caminho sozinha. Destaco, com carinho:

À Alessandra Brandão e ao Jack Brandão, que aceitaram o desafio de me apoiar na criação das ilustrações e na diagramação do meu produto educacional; à Vanessa Rodrigues, minha bibliotecária, cuja atenção rigorosa às normas da ABNT foi indispensável; à Ticyana Franco, uma das pessoas mais inteligentes que conheço, cujas conversas e cafés tornaram meus dias mais leves; ao Ricardo Marques, amigo querido desde a graduação, pelas memórias, apoio e amizade construída; e aos eternos amigos Laura Milena e Felipe Martins, igualmente essenciais para esta jornada.

À Poliana, amiga dos tempos do meu primeiro estágio, com quem dividi biscoitos, caronas e muitas lembranças que guardo com carinho até hoje, além de toda a ajuda na busca e transcrição de documentos.

Ao Arquivo Público do Estado do Maranhão, local onde meu amor pela pesquisa se fortaleceu e que se tornou um verdadeiro refúgio de paz. Àqueles que ali trabalham Vilma Teixeira, Conceição, Lúcia, Fábio, Rogério, Silvânia e tantos outros, minha eterna gratidão por cada auxílio, conversa e pela inspiração silenciosa vinda de cada móvel, documento e gesso compreendidos apenas por quem compartilha da paixão pela história.

Aos amigos que a vida me deu e que se tornaram irmãos: Tatyane Silva, Annyele Rabêlo, Lucas Silva e William, que sempre estiveram ao meu lado e, tenho certeza, continuarão

presentes em todas as etapas da minha vida.

Aos colegas do mestrado William, Gabriela e Patrícia , por compartilharem comigo não apenas almoços e risadas, mas também apoio verdadeiro nos momentos mais desafiadores.

Às amizades que nasceram da pesquisa Hugo Enes e Marcos Pontes, que tornaram esse percurso mais rico e significativo com suas generosas trocas de saberes.

Não poderia deixar de registrar minha profunda gratidão ao meu orientador, Professor Yuri Costa, por quem nutro grande admiração. Agradeço pelo olhar acolhedor, pelos conselhos firmes quando necessários e pela condução segura deste trabalho. Estendo também meus agradecimentos às professoras Júlia Constança e Elisabeth Abrantes, que foram minhas orientadoras na graduação e cujos ensinamentos continuam a iluminar meu caminho.

A Universidade Estadual do Maranhão pelo financiamento da minha bolsa quem sem ela não iria conseguir concluir minha dissertação e nem o produto educacional.

Por fim, minha gratidão à Magali, minha cachorrinha e fiel companheira em todas as aventuras da minha vida.

A cada um que, de alguma forma, fez parte deste percurso, meu sincero e eterno muito obrigada.

"Poucos poetas ou romancistas são capazes do alto grau de tensão proporcionado pela realidade. Mas praticamente qualquer biógrafo, se ele respeita os fatos, pode nos proporcionar muito mais do que um fato para adicionar à nossa coleção. Ele pode nos oferecer o fato criativo; o fato fértil. O fato o que sugere e gera. "

(Virginia Woolf)

RESUMO

A dissertação analisa a trajetória de Ana Jansen, figura emblemática da sociedade maranhense do século XIX, sob uma perspectiva da História da Mulheres e das Relações de Gênero, com ênfase em sua atuação nos espaços de poder em uma sociedade patriarcal. Partindo da contradição entre os discursos normativos que idealizavam a mulher como “pura”, “obediente” e “passiva”, e a presença pública marcante de Ana Jansen, a pesquisa questiona como essa personagem conseguiu exercer poder político, econômico e social, tensionando os papéis tradicionalmente atribuídos ao feminino. Possibilita ainda refletir de que forma sua trajetória pode mobilizar o ensino de História, valorizando a História das Mulheres e as Relações de Gênero no contexto escolar. A investigação demonstra que a trajetória de Ana Jansen foi atravessada por múltiplos fatores, como classe social, identidade racial, capital econômico e condição jurídica, que possibilitaram práticas de poder mesmo em um contexto de forte controle patriarcal. Ser uma mulher branca em uma sociedade escravocrata conferiu a Ana Jansen determinados privilégios que, somados à sua posição econômica e às alianças estratégicas que estabeleceu, contribuíram para sua inserção em espaços tradicionalmente masculinos. Sem tomá-la como representante de um coletivo feminino homogêneo, o estudo busca compreender como a experiência singular dessa personagem revela formas de subversão e negociação frente às normas de gênero vigentes. A pesquisa se fundamenta em fontes primárias, como jornais e manuscritos oitocentistas, além de bibliografia em História das Mulheres e Relações de Gênero. Como parte do trabalho, foi desenvolvido um produto educacional voltado ao ensino fundamental: o conto *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo*, destinado a estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. A proposta contribui para a legitimação das discussões sobre a História das Mulheres e as Relações de Gênero no ambiente escolar, ao mesmo tempo em que valoriza a História Local e estimula o pensamento crítico dos alunos. A construção do produto contou com fontes bibliográficas e imagéticas, que garantiram embasamento teórico e histórico à narrativa do conto.

Palavras-chave: Ana Jansen; Histórias das Mulheres; Gênero; Poder; Ensino de História.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the trajectory of Ana Jansen, an emblematic figure in 19th-century Maranhão society, from the perspective of Women's History and Gender Relations, with emphasis on her role in spaces of power within a patriarchal society. Starting from the contradiction between normative discourses that idealized women as "pure," "obedient," and "passive," and Ana Jansen's prominent public presence, the research questions how this character managed to exercise political, economic, and social power, challenging the roles traditionally assigned to women. It also allows for reflection on how her trajectory can contribute to the teaching of History by valuing Women's History and Gender Relations in the school context. The investigation shows that Ana Jansen's path was shaped by multiple factors such as social class, racial identity, economic capital, and legal status, which enabled practices of power even in a context of strong patriarchal control. Being a white woman in a slaveholding society granted Ana Jansen certain privileges that, combined with her economic position and strategic alliances, contributed to her insertion in traditionally male-dominated spaces. Without portraying her as a representative of a homogeneous female collective, the study seeks to understand how this character's unique experience reveals forms of subversion and negotiation in relation to prevailing gender norms. The research is based on primary sources such as 19th-century newspapers and manuscripts, as well as bibliography in women's history and gender relations. As part of the work, an educational product was developed for elementary school: the short story Isabela and the Enigma of Ana Jansen: A Journey Through Time, aimed at 8th-grade students. The proposal contributes to legitimizing discussions about Women's History and Gender Relations in the school environment, while also valuing local history and encouraging students' critical thinking. The development of the product relied on bibliographic and visual sources, which provided theoretical and historical support to the narrative of the short story.

Keywords: Ana Jansen; Women's History; Gender; Power; History Teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura A - Retrato de Ana Jansen (São Luís do Maranhão, 1865)	39
Figura B - Retrato de Manuel Jansen Pereira (São Luís do Maranhão, (ano desconhecido)).....	42
Figura C - Anúncio de aluguel de casas da Ana Jansen.....	52
Figura D - Estudo do meio no Arquivo Público do Estado do Maranhão.....	97
Figura E – Demonstração de pesquisa virtuais	98
Figura F - Rascunho da ilustração (Capa).....	103
Figura G - Rascunho da ilustração (Família de Isabela).....	103
Figura H - Rascunho da ilustração (Lendo o Diário)	104
Figura I - Rascunho da ilustração (Mercado).....	104
Figura J - Rascunho da ilustração (Viagem no Tempo)	105
Figura K - Rascunho da ilustração (Ana Jansen e Isidoro Pereira).....	105
Figura L - Rascunho da ilustração (Encontro com Joaquim).....	106
Figura M - Rascunho da ilustração (Carroagem de Ana Jansen).....	106

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Autos de habitação de casamento do Teodoro Jansen e sua esposa D. Maria Cavalcante....	120
Anexo B - Requerimento e petição de legitimação do filho Manuel Jansen Pereira	121
Anexo C - Requerimento e Petição de legitimação dos filhos da Anna Jansen com o Coronel.....	122
Anexo D - Óbito do Isidoro Rodrigues Pereira.....	123
Anexo E - Registro de testamento do Isidoro Rodrigues Pereira	124
Anexo F - Resultados da eleição para Presidente da Câmara de Vereadores de São Luís, na qual o Isidoro Jansen Pereira ganhou -1849	125
Anexo G - Registro de testamento da Margarida de Castro Jansen Esteves.....	126
Anexo H - Registro de testamento da Joanna Michaela de Castro Jansen Muller.....	127
Anexo I - Relação de escravos pertencentes a Ana Jansen.....	128
Anexo J - Doações dos seus poderes ao seu filho Isidoro Jansen	129
Anexo K – Solicitação de habilitação de casamento de Manuel Jansen Ferreira com D Othilia Valle Almeida 1891	130
Anexo L – Requerimento de Ana Jansen ao chefe de polícia reclamando a possíveis agressões do partido Bem te vi.....	131
Anexo M – Requerimento do Comendador Luis Vinancio de Vaz Concellos Vieira de Mello para o Palacio do Governo do Maranão	132
Anexo N - Autos de habilitação de casamentos do Vicente Albuquerque e Rosa Janse	133
Anexo O - Jornal do Picapao criticando a atuação de Ana Jansen na doação de arroz para o Império brasileiro e reconhecendo por ironia como Rainha do Maranhão.....	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ENSINO DE HISTÓRIA E A SUA CORRELAÇÃO AOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS ESCOLAS.....	20
2. SUSSURROS DO PODER: ANA JANSEN E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE OITOCENTISTA NO MARANHÃO	32
2.1 Ana Jansen: trajetória e estratégias de poder	37
2.3 O Papel de Ana Jansen na política provincial do Maranhão: poder e estratégia	69
3 PRODUTO EDUCACIONAL: NOVAS FORMAS DE APRENDIZAGEM EM <i>ISABELA E O ENIGMA DE ANA JANSEN: UMA VIAGEM NO TEMPO</i>	85
3.1 Elaboração do Produto Educacional	95
Considerações finais.....	108
REFERÊNCIAS	110
FONTES PRIMÁRIAS	111
BIBLIOGRAFIA	113
ANEXOS	120

INTRODUÇÃO

A dissertação apresentada tem sua origem na monografia intitulada *Mulheres em espaço de poder no Maranhão oitocentista: um estudo sobre a participação de Ana Jansen na política provincial*, orientada pela professora Dra. Elizabeth Abrantes e defendida em julho de 2022 na Universidade Estadual do Maranhão.

Ao analisar a trajetória de Ana Jansen, observamos sua relevância para a historiografia não apenas no Maranhão, como também para o panorama mais amplo da história brasileira. Os caminhos percorridos por essa figura nos mostram sua singularidade e sua ascensão social nas relações de poder no Maranhão, fornecendo ensinamentos valiosos sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do século XIX.

Como fica evidente no título da monografia, aprofundamos nossas análises na perspectiva da política provincial do Maranhão. Nesta dissertação, vamos dar continuidade a esse estudo, uma vez que há evidências de que Ana Jansen teve um papel na esfera pública do Maranhão oitocentista. Sua habilidade em estabelecer e manter relações estratégicas com os partidos políticos locais, além de sua participação no sistema escravista, são exemplos de como indivíduos influentes moldavam e eram moldados pelas estruturas de poder da época. Ao estudar sua trajetória e seu poder, podemos compreender melhor as complexidades das relações sociais e do período imperial no Brasil e no Maranhão.

O resultado da pesquisa na graduação respondeu às primeiras indagações, mas também lançou novas e inquietantes questões. Ao concluir esse ciclo, houve um sentimento de necessidade de expandir e apresentar a história de Ana Jansen para gerações mais jovens, que talvez conheçam apenas seu nome, porém desconhecem sua história e, muito menos, sua importância para o Estado do Maranhão. Além disso, há pessoas que a conhecem, mas baseiam seu conhecimento em narrativas estereotipadas do século XIX. A ressonância duradoura do nome de Ana Jansen no imaginário popular da região destaca seu impacto cultural e histórico, embora muitas vezes seja vista sob uma ótica negativa.

Durante o aprofundamento dos estudos, uma das preocupações destacadas foi a inclusão da figura de Ana Jansen no ensino básico, com o objetivo de debater a História das Mulheres e as relações de gênero. Assim, ao ingressar no mestrado profissional na Universidade Estadual do Maranhão, foi definida a intenção de desenvolver um conto infantojuvenil para alunos do oitavo ano do ensino fundamental, intitulado *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo*. O propósito é estabelecer uma conexão entre uma personagem reconhecida na sociedade maranhense e, por meio dela, fomentar a discussão sobre a História das Mulheres e

as questões de gênero no ambiente escolar. Dessa forma, este trabalho aborda um tema de grande relevância que, apesar de ter ganhado destaque, ainda enfrenta dificuldades para ser legitimado nesses espaços educacionais.

Discutir a História das Mulheres e as relações de gênero no ambiente escolar tem ganhado cada vez mais espaço. No entanto, apesar dos avanços expressivos, essas temáticas ainda são abordadas com certo receio e resistência. Mesmo com a legitimidade e a significância dos temas, muitas escolas enfrentam dificuldades na sua implementação devido a currículos e materiais didáticos que costumam não abordar de forma adequada essas questões. A resistência pode ser atribuída à falta de atualização dos conteúdos e à metodologia tradicional que predomina nos contextos educacionais.

A história ensinada ainda permeia uma perspectiva tradicional, ou seja, uma história positivista utilizada por muitos historiadores do século XIX, cujos resquícios ainda se fazem presentes na prática escolar. Essa abordagem obsoleta salienta principalmente figuras e eventos masculinos, resultando na exclusão de importantes colaborações de outros grupos sociais e culturais. Como apontado por Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), essa historiografia se concentrou predominantemente em homens brancos ocidentais, o que resultou na marginalização das contribuições de outros grupos e do próprio “gênero universal” naquele contexto. Tal visão restritiva não apenas ignora a diversidade histórica, assim como perpetua uma narrativa incompleta que não reflete a pluralidade das experiências humanas.

Ademais, se a própria concepção do “gênero universal” estava fragmentada, é ainda mais preocupante a persistente falta de reconhecimento da participação das mulheres. A ausência das histórias tradicionais e o receio ou despreparo para abordar as histórias das mulheres e as relações de gênero contribuem para o silenciamento e perpetuam desigualdades de gênero.

De acordo com Cristiani Bereta da Silva (2007), vários materiais didáticos ainda tratam esses temas de maneira superficial e acrítica. Em inúmeros livros didáticos, a História das Mulheres é frequentemente apresentada como um complemento marginal ou uma “obrigação” de incluir a presença feminina em eventos históricos significativos. Ainda que tenha havido avanços na inclusão da História das Mulheres no currículo escolar, a temática ainda é habitualmente relegada a um papel secundário, sendo tratada como um anexo ou uma obrigação a ser cumprida, em vez de ser integrada de maneira nuclear e crítica no ensino da História. Outro fator a ser enfatizado é o despreparo dos professores. Diversos profissionais não recebem a instrumentalização adequada para lecionar sobre a História das Mulheres e relações de gênero. Além disso, acabam erroneamente compreendendo que História das Mulheres e gênero são a

mesma coisa, o que sabemos não ser verdade (SOIHET; PEDRO, 2007).

As divergências entre os estudos de gênero e os das mulheres são pontuais, se bem que ambos os campos se correspondem e se complementam. Contudo, cada tema tem sua trajetória e sua inserção nos campos de estudo. As pesquisadoras Soihet e Pedro (2007) exemplificam bem as diferenças entre esses dois campos. A História das Mulheres buscava, através de trajetórias e experiências das mulheres ao longo da história, ressaltar suas contribuições. Dessa maneira, o objetivo é corrigir a falta de representação das mulheres na historiografia, dando voz e visibilidade a essas figuras. Parafraseando novamente Soihet e Pedro (2007), elas enfatizam que não se trata apenas de reparar uma história, mas de buscar formas mais eficientes de validar o que já vem sendo produzido.

Em relação aos estudos da categoria de gênero, o foco é entender e desafiar as construções sociais de gênero, favorecendo um entendimento mais profundo e complexo das identidades de gênero e das relações de poder. Logo, ao incorporar a História das Mulheres e as relações de gênero dentro do currículo escolar, respeitando suas distinções, enriqueceremos a representação das complexidades das relações humanas ao longo do tempo (SOIHET; PEDRO, 2007).

É essencial integrar temas como a História das Mulheres e as relações de gênero na formação dos professores, assegurando que eles estejam preparados para abordar essas questões com responsabilidade e profundidade. A formação continuada é crucial, pois as transformações sociais não se restringem ao ambiente doméstico; elas também reverberam nas escolas. Além disso, Tardif e Lessard (2005) sublinham que o magistério não deve ser visto como uma ocupação secundária, mas, ao contrário, como um compromisso central no desenvolvimento e na formação dos alunos e da sociedade como um todo. Dessa forma, é basilar que os professores se atualizem continuamente para oferecer um ensino justo e inclusivo, alinhado às mudanças sociais e às novas demandas educacionais.

Por conseguinte, ao destacar a importância da formação continuada dos professores, nosso objetivo é direcionar este trabalho não apenas para os alunos do oitavo ano do ensino fundamental, mas igualmente para todos os leitores interessados em aprofundar-se na história do Maranhão oitocentista e nas relações de poder estabelecidas pelo sistema patriarcal. Esse sistema definia os papéis sociais de cada sexo, promovendo a segregação e estabelecendo os domínios que cada gênero deveria exercer.

Outrossim, a trajetória de vida de Ana Jansen é analisada com base em traços biográficos, a partir de uma perspectiva que considera as dinâmicas sociais, culturais e de gênero que marcaram sua atuação no século XIX. Essa abordagem permite observar o avanço

dos estudos teóricos sobre a historiografia das mulheres e as relações de gênero, bem como a expansão e diversidade das recentes produções acadêmicas nesse campo. Assim, nossa pesquisa visa aprofundar a compreensão da História das Mulheres e das relações de gênero, colaborando para a ampliação dos debates e conhecimentos nessa área principalmente no ambiente escolar.

Portanto, a introdução da trajetória de Ana Jansen no espaço escolar, por meio da criação de materiais educativos como o conto *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo*, não apenas valoriza a História das Mulheres e as relações de gênero, mas também enriquece o currículo escolar com uma concepção mais equilibrada e inclusiva. Isso facilita para uma percepção mais abrangente da nossa história, promovendo a igualdade de gênero e a justiça social.

Dito isso, ressalto que a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a trajetória de Ana Jansen nos espaços de poder, sob a perspectiva de gênero, considerando as questões políticas, econômicas e de sociabilidade da sociedade maranhense oitocentista. Essa avaliação interliga sua trajetória à contribuição para o ensino de história, especialmente no contexto da História das Mulheres e das relações de gênero.

Para alcançar tal proposta, foram delineados objetivos específicos que orientam esta investigação. Primeiramente, busca-se explorar a origem e evolução dos estudos sobre a História das Mulheres, destacando sua inserção no ensino de história. Isso permitirá entender o contexto em que a figura de Ana Jansen se insere e como ela pode ser utilizada como ferramenta pedagógica.

Em seguida, o estudo se concentra na figura de Ana Jansen e sua influência na sociedade maranhense do século XIX, examinando sua transformação de uma figura marginalizada em uma pessoa influente e poderosa. Serão analisadas suas estratégias de poder, relações políticas e envolvimento com o sistema escravista. Esse exame busca compreender como Ana Jansen navegou pelos complexos sistemas de poder de sua época e como suas ações impactaram a sociedade.

É importante destacar que diversas obras foram fundamentais para a construção das análises aqui desenvolvidas. Entre elas, destacam-se *A Rainha do Maranhão* (1965), de Jerônimo de Viveiros; *Três Mulheres da Elite Maranhense* (1996), de Maria de Lourdes Mônaco Janotti; e *A Rainha do Maranhão* (1999), organizada por Jomar Moraes. Esta última consiste em uma coletânea que reúne a obra de Jerônimo de Viveiros e incorpora, ainda, trechos selecionados (capítulos ou fragmentos) de autores como Dunshee de Abranches, Astolfo Serra, Josué Montello e Maria José Bastos Ribeiro. Esses trabalhos ofereceram subsídios valiosos para compreender a trajetória de Ana Jansen, especialmente no que diz respeito à sua inserção nas

estruturas de poder da sociedade maranhense do século XIX.

Mais recentemente, estudos que promovem uma renovação historiográfica sobre Ana Jansen têm se mostrado particularmente significativos, como o livro *A Senhora do Maranhão: Uma Biografia de Ana Jansen* (2023), escrito pelas professoras Elizabeth Abrantes e Sandra Santos, cuja contribuição foi essencial para o aprofundamento desta pesquisa.

Como produto pedagógico, realizamos a elaboração de um conto infantojuvenil sobre Ana Jansen, refletindo sobre os benefícios de seu uso no ensino de História. A proposta visa não apenas enriquecer o material didático disponível sobre o tema, mas também engajar jovens estudantes com a História Local de maneira acessível e interessante. Promovendo um ensino de História que valorize a trajetória das mulheres e as relações de gênero, o conto busca despertar o interesse dos estudantes pela figura de Ana Jansen e incentivar uma compreensão mais ampla e inclusiva da história.

À vista disso, alguns questionamentos indispensáveis orientam esta dissertação e constituem seu problema central. Dada a situação feminina na época de Ana Jansen, o propósito deste estudo é problematizar como ela, inserida na sociedade patriarcal e conservadora do Maranhão do século XIX, conseguiu forjar uma trajetória de prestígio econômico, realizar interferências políticas e articular redes sociais que desafiavam os papéis de gênero estabelecidos. E de que forma sua trajetória pode ser mobilizada no ensino de História para valorizar a História das Mulheres e as relações de gênero no contexto escolar?

Neste estudo, buscamos entender a significância de utilizar a biografia selecionada como algo representativo, destacando, entretanto, a importância de alguns cuidados necessários. Observamos que, nas narrativas, especialmente nas construídas pela historiografia tradicionalista, há uma tendência a endeusar ou demonizar a figura abordada nas biografias. Esse tipo de método pode resultar em anacronismos e julgamentos retrospectivos, distorcendo a percepção do personagem histórico no contexto em que viveu.

Particularmente, ao considerarmos Ana Jansen como instrumento de estudo, tomamos cautela com essas objeções. Valorizamos as experiências de Ana Jansen, sem deixar de dar atenção a vários aspectos fundamentais, inclusive à história de outros personagens envolvidos no enredo. Desse modo, ressaltamos que uma abordagem ponderada deve incluir múltiplas perspectivas e contextualizar as ações e decisões de Ana Jansen dentro das estruturas sociais e das relações de poder de sua época.

O enfoque analítico pretendido para a investigação justifica a escolha da metodologia adotada neste trabalho, que combina fontes primárias e bibliográficas. Nossa ênfase recai predominantemente sobre fontes primárias, essenciais para fornecer informações sobre a vida

e o contexto histórico de Ana Jansen.

As fontes bibliográficas, em contrapartida, desempenham um papel relevante ao fornecer o referencial teórico necessário para contextualizar e interpretar os dados obtidos das fontes primárias. Além de fomentar discussões, elas servem como ferramentas analíticas e críticas para os documentos estudados. Citando Marc Bloch, “há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos do passado” (2009, p.89). Os suportes teóricos e metodológicos utilizados nesta pesquisa ajudam a conduzir um estudo que problematiza não só o que as fontes nos apresentam, como também os discursos sociais proferidos sobre Ana Jansen.

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento (2004, p.65), o diálogo entre corpo bibliográfico, teórico e as fontes constitui o instrumental prático para conduzir os estudos e, eventualmente, as narrativas historiográficas. Dessa forma, os estudos com documentações como fonte histórica partem de uma avaliação cuidadosa que os organiza e os interpreta conforme os objetivos da investigação, ou seja, a problemática lançada sobre as fontes.

Parte expressiva do corpo documental que compõe este trabalho é proveniente de periódicos jornais que circularam entre 1840 e 1870. Muitos desses impressos emitem opiniões sobre a figura estudada e sua família. Em relação aos periódicos, Heloisa de Faria Cruz (2009) chama atenção para a captação dessas impressões sob a ótica da força social que eles expressam, não obstante qualquer pretensa passividade comunicativa, mas buscando entender suas intencionalidades.

A relevância dos jornais consiste na compreensão e análise da trajetória de Ana Jansen na vida pública e privada do Oitocentos. Estes são os periódicos que nortearam a pesquisa: *Publicador Maranhense* (1844; 1870), *O Picapaó* (1842), *e o jornal da família Jansen*, *O Guajajara* (1840). Além disso, incluem-se *A Revista* (1842; 1843 e 1844), *O Arre e Irra* (1846), *A imprensa* (1857), *O novo pharol* (1852) e *O unitário* (1846).

Juntamente com os periódicos, uma série de manuscritos foi utilizada, como certidões de casamento, de óbito, atestados de batismo e relatórios em geral. Essas documentações, em sua grande maioria, estão dispostas em arquivos públicos. Arlette Farge (2017), em *O Sabor do Arquivo*, nos chama a atenção para as contradições, ineditismos de informações e a tensão conflituosa que, segundo a autora, transporta o pesquisador no tempo. Por isso é necessário extrair, por meio de questionamentos, as fontes e as informações condizentes com a investigação. Além dessas fontes, alguns documentos administrativos da província e medidas legislativas difundidas no contexto serão basilares para nossos estudos.

As fontes exploradas nesta elaboração foram selecionadas e examinadas em diferentes

instituições, a saber: o Arquivo Público do Estado do Maranhão, o Museu Desembargador Lauro de Berredo Martins (Museu do Tribunal de Justiça do Maranhão), a Biblioteca Benedito Leite e a Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital). A presente dissertação se estrutura em três capítulos, cada um deles contendo tópicos específicos que abordam diferentes aspectos do tema central.

O primeiro capítulo, intitulado “Ensino de História e a sua correlação aos estudos das relações de gênero nas escolas” analisa o papel do ensino de História na formação de cidadãos críticos, destacando a importância da inserção de narrativas femininas e de gênero nos currículos escolares. Também se preocupa com os desafios que as mudanças nas abordagens historiográficas e educativas enfrentam ao tentar transformar a percepção histórica e social das mulheres, lidando com resistências institucionais e culturais profundamente enraizadas.

O segundo capítulo, intitulado “Sussurros do poder: Ana Jansen e sua influência na sociedade oitocentista no Maranhão”, tem como principal objetivo examinar a complexidade da figura de Ana Jansen e sua influência na sociedade maranhense do século XIX, com um enfoque especial na dinâmica das relações de poder desse período. Neste capítulo, exploramos os mecanismos que possibilitaram a atuação pública de Ana Jansen, especialmente na política do Maranhão oitocentista.

Por fim, o terceiro capítulo, intitulado Produto Educacional: *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo*, tem como objetivo apresentar a trajetória de elaboração e execução do produto educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa. Nele, expomos o resultado final da produção, evidenciando a articulação entre a dissertação e o conto infantojuvenil, ambos concebidos como partes complementares e de igual relevância no processo formativo.

Além disso, realizamos uma breve contextualização teórica sobre o uso da literatura como ferramenta didática no ensino de História, destacando de que maneira o produto educacional proposto pode contribuir para o fortalecimento da História das Mulheres e das Relações de Gênero, bem como para a valorização da História Local no ambiente escolar. A proposta visa não apenas despertar o interesse dos estudantes, mas também fomentar reflexões críticas sobre o passado e os sujeitos históricos tradicionalmente invisibilizados nos currículos escolares.

A intenção última deste trabalho é colaborar nas pesquisas sobre as histórias das mulheres e das relações de gênero, tanto fomentando mais discussões dentro das universidades quanto servindo como uma ferramenta de instrumentalização nas escolas.

1. ENSINO DE HISTÓRIA E A SUA CORRELAÇÃO AOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS ESCOLAS

Nas décadas de 1980 e 1990, presenciamos significativas transformações e reformulações nos currículos do ensino de História, reflexo direto de um contexto de mudança política. Essas modificações estão intimamente relacionadas à transição da ditadura civil-militar para o período democrático, o que trouxe novas perspectivas e demandas para a educação. Durante o regime autoritário, áreas de conhecimento cujo propósito era promover o questionamento e a análise crítica da sociedade foram sistematicamente negligenciadas pelo governo, que, em busca de consolidar seu poder, manipulava a população por meio de uma narrativa única e rigidamente controlada.

Com o esfacelamento do regime autoritário, emergiu um movimento de revalorização das disciplinas voltadas ao pensamento crítico e à cidadania, entre elas, a História. A transição democrática não apenas abriu espaço para essa revalorização, como também trouxe consigo a necessidade urgente de revisarmos os conteúdos pedagógicos, promovendo uma abordagem mais pluralista e reflexiva, condizente com os novos tempos.

Para além das mudanças decorrentes do fim da ditadura militar, é essencial destacarmos as vicissitudes pelas quais o universo do conhecimento histórico vinha passando. Embora fosse enfadonho e até repetitivo retomar toda a trajetória da Escola dos Annales e detalhar sua relevância para a reformulação do campo historiográfico e da própria disciplina, é inegável que suas contribuições moldaram expressivamente essa área e trouxeram inúmeros benefícios para o ensino de História.

A contribuição da Escola dos Annales foi fundamental para a introdução de novos temas e abordagens que, até então, eram excluídos ou marginalizados na produção historiográfica. Como argumenta Katia Maria Abud (2003), “A História, como disciplina escolar, também é histórica. Isto é, também ela, como campo de conhecimento, passa por mudanças e transformações que a fazem filha do seu tempo”. (ABUD, 2003, p. 184). Nesse sentido, tanto a historiografia quanto a esfera histórica escolar passaram por profundas alterações, não apenas no que diz respeito aos materiais, mas também na composição e formação do corpo docente.

Adicionalmente às mudanças nos conteúdos e na estrutura do corpo docente, do mesmo modo ocorreu uma renovação significativa nas metodologias educativas, que passaram a ser mais dinâmicas, buscando integrar o cotidiano dos alunos à sala de aula. Nesse contexto, novas linguagens foram incorporadas, com o intuito de enriquecer e aprimorar a prática

pedagógica, proporcionando, assim, um aprendizado mais conectado com a realidade dos estudantes.

Entre essas modificações, merece destaque a inclusão da História das Mulheres e das relações de gênero, tanto na historiografia quanto no ensino. Essa nova abordagem não só trouxe à tona aspectos anteriormente negligenciados, mas também permitiu uma visão mais ampla e inclusiva do passado, propiciando uma leitura mais avaliativa e plural dos eventos históricos.

Dessa forma, os estudos sobre a História das Mulheres e as questões de gênero passaram a integrar o ambiente escolar. Afinal, se as instituições, assim como a própria sociedade, são constituídas por gênero e, ao mesmo tempo, ajudam a constituí-lo, fica claro que, além de “produzirem” indivíduos, da mesma forma são moldadas e representadas por essa categoria. Isso nos leva a refletir sobre as instituições educacionais, as quais, como parte da cultura, são igualmente influenciadas por essa dinâmica. A pergunta que nos surge é: qual é o gênero dessas instituições?

A resposta não é difícil; no entanto, ao considerarmos a genealogia educacional no Brasil, o tema pode se tornar mais complexo. Inicialmente, a educação foi marcada predominantemente pela atuação masculina, até que, após alguns séculos, as mulheres começaram a ingressar nesse campo. A entrada no magistério consolidou a ideia de que a docência seria uma profissão ideal. Segundo Guacira Lopes Louro (2022), essa visão está intimamente ligada à concepção que aproxima o ensino das funções familiares. Acreditava-se que, devido à sua organização e cuidado, seríamos mais adequadas para atuar nesse ambiente. Por conseguinte, as escolas, em grande parte, passaram a ser representadas e ocupadas.

Historicamente, observamos que a participação feminina na docência aumentou de forma expressiva. Conforme aponta Louro (2022), discussões relevantes surgiram acerca da inclusão no espaço escolar. Vejamos:

O processo não se dava, contudo, sem resistências ou críticas. A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças. Um dos defensores dessa idéia, Tito Lívio de Castro afirmava que havia uma aproximação notável entre a psicologia feminina e a infantil e, embora essa semelhança pudesse sugerir uma “natural” indicação da mulher para o ensino das crianças, na verdade representava “um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa”. Na sua argumentação, mulheres e clero viviam voltados para o passado e, portanto, não poderiam “preparar organismos que se devem mover no presente ou no futuro”. Outras vozes surgiam para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do

que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem “vocação”. (LOURO, 2022, p. 449)

Como podemos notar, essa passagem reflete os debates entre conservadores e progressistas da época, nos quais o papel da mulher oscilava entre a crítica à nossa suposta incapacidade intelectual e a glorificação do instinto materno como justificativa para inserção e permanência na docência. Nesse contexto, Louro (2022) complementa ao destacar o papel do Estado na promoção da presença feminina no magistério. O Estado via como um ser frágil que precisava ser controlado e protegido. Esse ponto de vista, por sua vez, reforçava a ideia de que era adequado para a docência, uma profissão que, segundo a concepção da época, deveria estar alinhada com as “habilidades naturais” de cuidado e proteção. De maneira correlata, as políticas estatais contribuíram para consolidar a docência como uma área preponderantemente feminina, refletindo e reforçando os estereótipos de gênero da época.

Como veremos a seguir:

Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade. (LOURO, 2022, p. 453)

O ponto central era que qualquer trabalho realizado fora do ambiente doméstico era considerado potencialmente perigoso, tanto para a imagem quanto para os papéis tradicionais a atribuídos. Nesse sentido, mesmo quando trabalhadoras das camadas populares precisavam atuar como operárias em fábricas uma necessidade inevitável devido às suas condições socioeconômicas essa atividade era vista como algo arriscado. Além disso, essas normas e restrições funcionaram como mecanismos impostos pela sociedade patriarcal, com o objetivo de preservar a chamada “identidade feminina” e manter os papéis sociais dentro dos limites tradicionais. Desse modo, a visão predominante buscava assegurar que, independentemente das circunstâncias, as mulheres não se desviassem dos papéis que lhes eram socialmente designados.

A representação profissional no ambiente escolar é uma expressão evidente das relações de poder que atravessam a sociedade. A inserção nesse espaço não apenas evidenciou a necessidade da mão de obra feminina, mas também revelou os mecanismos de controle e dominação sobre as relações de gênero. Ao ingressarem nas escolas, as mulheres tornaram-se parte de um “jogo de poder”, conforme aponta Louro (2022). Nesse panorama, ainda que houvesse um ganho de visibilidade, houve também uma simultânea submissão a normas e expectativas voltadas à preservação da ordem social patriarcal. Esse processo, em última instância, evidencia como as relações de poder atuavam e ainda atuam na construção e manutenção de hierarquias de gênero e, frequentemente, de classe no interior das instituições educacionais.

Apesar de constituírem a maioria no cenário escolar, as mulheres ainda enfrentam um universo fortemente marcado pela influência masculina. Essa realidade manifesta-se não apenas nas disciplinas, frequentemente desenvolvidas sob perspectivas masculinas, mas também nos processos de seleção, produção e transmissão do conhecimento. Além disso, currículos, livros didáticos, mapas e outras representações de saberes continuam a refletir predominantemente uma visão masculina (LOURO, 2014).

Desde a inserção das mulheres no magistério, bem como da presença de alunas e alunos nas salas de aula, observa-se uma trajetória marcada por profundas desigualdades de gênero. Ainda que a entrada feminina na docência tenha representado um marco significativo para a visibilidade das mulheres no campo educacional, esse avanço não foi suficiente para romper com as desigualdades estruturais. Pelo contrário, essa participação foi acompanhada por diversos métodos de controle e dominação, os quais contribuíram para a manutenção de modelos universais e patriarcais.

Como consequência, verificou-se a continuidade e a predominância de símbolos culturais que reforçam a desigualdade de gênero, a ponto de o próprio corpo docente naturalizar determinadas atitudes e comportamentos. Essa naturalização sustenta a perpetuação de uma sociedade marcada por preconceitos e desrespeito, na qual as estruturas de poder permanecem inquestionáveis e reforçadas no cotidiano escolar.

Outro elemento relevante no contexto educacional é a coeducação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, representou um marco importante na democratização da educação brasileira, ao promover diversas transformações no sistema educacional. Entre essas mudanças, destaca-se a consolidação da coeducação, entendida como a prática pedagógica de reunir alunos e alunas nas mesmas salas de aula, com o intuito de tornar a educação mais inclusiva e equitativa, proporcionando a meninos e meninas iguais

oportunidades de aprendizagem. No entanto, como aponta André Castanha (2015), essa prática já era discutida e, em alguns contextos e aplicada anteriormente:

As fontes indicam que o movimento em defesa da coeducação ou das escolas mistas ganhou força, na medida em que as escolas femininas foram sendo criadas nas vilas e cidades de forma mais constante a partir de 1850. Influenciados pelo sucesso do modelo norte-americano e de vários países da Europa, muitos intelectuais, professores e autoridades passaram a defender a introdução da experiência nas escolas públicas brasileiras, pois nas escolas particulares já haviam uma prática mais efetiva. Uma das primeiras personalidades de destaque a defender tal modelo de educação foi Tavares Bastos. (CASTANHA, 2015, p. 200)

Assim, embora a LDB de 1961 não tenha inaugurado a coeducação, representou um marco importante ao ampliar e legitimar essa prática no sistema educacional público brasileiro. A institucionalização do ensino misto contribuiu significativamente para o avanço na compreensão e no enfrentamento das segregações de gênero que historicamente marcaram a educação no país. Contudo, apesar desses progressos formais, as desigualdades de gênero ainda se manifestam no cotidiano escolar, sustentadas por simbolismos culturais profundamente enraizados.

Isso porque, ao ingressarem na escola, meninos e meninas já carregam consigo uma série de expectativas sociais sobre como devem se comportar, falar e interagir, conforme os papéis de gênero que lhes foram atribuídos desde a infância. Esses saberes prévios são fruto de um longo processo de socialização, no qual se aprende a ocupar determinados espaços e a responder a normas que definem o que é ser “menino” ou “menina” em uma determinada cultura. Dessa forma, a escola, mesmo enquanto espaço coeducativo, não está imune à reprodução das desigualdades, pois o sistema patriarcal continua a alimentar e a reforçar essas estruturas simbólicas, muitas vezes de forma sutil, mas persistente.

Dessa maneira, não pretendemos aqui oferecer uma fórmula sobre como “criar meninos ou meninas” de maneira diferente em relação ao gênero. Crianças, adolescentes e, em termos gerais, pessoas não são como animais que se adestram; somos educados por meio da racionalização, diferentemente dos animais. Embora esta analogia possa parecer dissonante e enfadonha, ela nos lembra, entretanto, que educar é uma tarefa complexa e que não vem acompanhada de um manual a seguir.

Além disso, educar, como menciona a escritora Daniela Auad (2011), não é uma simples tarefa amparada por estudos de dados, como estamos acostumados, mas sim um procedimento que envolve, conforme ela afirma, “[educar] homens e mulheres para uma sociedade democrática e igualitária requer reflexão coletiva, dinâmica e permanente” (AUAD, 2011, p. 14). Dessa forma, esse entendimento nos leva a questionar e desafiar as normas

estabelecidas pelas raízes dos simbolismos culturais e patriarcais que promovem as desigualdades. Para tanto, é necessário um compromisso contínuo com a construção de ambientes educacionais onde o respeito mútuo, a equidade e a valorização das diversidades estejam presentes.

Contudo, é um caminho ainda difícil a trilhar. É claro que houve muitas transformações significativas, como já abordamos, no entanto, os dados sobre discriminação e desvalorização das mulheres em diversas áreas da sociedade continuam a crescer. Outrossim, entre os vários problemas que contribuem para atrasar essa visão mais progressista, a pesquisadora Tarsila Tonsig Garcia Teijeiro (2021) destaca diversos fatores:

Esse tipo de expectativa pode ser apreendido em conversas com os professores, nas reuniões pedagógicas e conselhos, observa-se nessas interações que o corpo docente incentiva e valoriza padrões de comportamento predeterminados para os alunos. Fábio Hoffmann Pereira (2008) explica que a ideia de “bom aluno” que se nas escolas condiz com a postura que se espera e se atribui às meninas, no entanto, o grupo escolar tende a enxergar os meninos como mais inteligentes ou mais capazes, mesmo quando o seu desempenho em notas e conceitos não seja superior ao das suas colegas de turma. De acordo com o autor, isso se dá pelo fato de que as dificuldades de desempenho dos meninos são, geralmente, imputadas a condições externas como questões familiares e financeiras e não à sua capacidade intelectual (Pereira, 2008). Essas concepções têm impacto na forma como os alunos lidam uns com os outros, com a escola, com o seu aprendizado e na forma como enxergam suas qualidades e capacidades. Como demonstra Rosemeire dos Santos Brito (2009), uma parcela dos meninos se empenha em alcançar o modelo de masculinidade hegemônica, o qual relaciona à ideia de ser “homem” aos conceitos de força, dominação e poder (TEIJEIRO, 2021, p. 5).

Desse modo, a escola, que poderia ser um ambiente ideal para desmontar essas desigualdades, acaba, na prática, perpetuando-as. Isso, por sua vez, nos leva a um fator crucial que não podemos deixar de mencionar: o despreparo dos professores. Muitos educadores não tiveram oportunidades de receber uma formação que refletisse as mudanças necessárias para reformular as configurações da educação tradicionalista. Vale ressaltar que há aqueles que, mesmo tendo passado por essas mudanças, acabam se sentindo confortáveis com a situação vigente, ao verem seus colegas de profissão e todo o corpo docente ainda atrelado ao estudo tradicionalista.

Neste contexto, representar um agente de mudança e modificar, de forma isolada, metodologias e perspectivas de análise configura-se como uma tarefa complexa. Ainda que desafiadora, essa responsabilidade não pode ser negligenciada, sobretudo quando se considera o papel social do educador e sua influência na construção de práticas mais inclusivas e críticas. Nesse sentido, José Carlos Libâneo e Selma Garrido Pimenta ressaltam que: “Não é uma tarefa simples nem para poucos” (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999, p. 260).

Considerando isso, é sabido que a transformação deve ser um processo integrado,

envolvendo não somente o quadro de docentes, tal como a colaboração das famílias e, principalmente, das políticas públicas. À luz disso, mesmo compreendendo que mudar os procedimentos metodológicos dentro de uma escola é uma tarefa coletiva, não podemos deixar de enfatizar a importância dos professores para essa mudança.

Ademais, devemos fazer a nossa parte, mesmo que seja apenas na sala de aula em que estamos ministrando. Transformar a educação começa com pequenos ajustes, que, quando somados, podem gerar um impacto expressivo. Cada professor, portanto, tem o poder de inspirar e influenciar seus alunos, engendrando um ambiente mais justo e igualitário, ainda que diante de desafios institucionais.

Para tanto, dentro dessa conjuntura sobre a formação dos professores, acreditamos que, para que as mudanças possam efetivamente ocorrer, é necessário considerar vários aspectos. Um dos mais relevantes é o fenômeno que afeta principalmente os meninos, como evidenciado pelos números que mostram sua maior presença em casos de repetência, evasão escolar e nas salas de recuperação. Embora as meninas similarmente possam enfrentar esses desafios, os meninos são desproporcionalmente afetados. Assim sendo, torna-se ainda mais urgente o debate sobre as questões de gênero dentro das salas de aula e em toda a instituição escolar, com o objetivo de romper com pensamentos e atitudes que não trazem nenhum benefício e perpetuam estereótipos prejudiciais.

Acresce que é fulcral destacarmos o papel das universidades na formação de professores. Nos últimos anos, observamos uma melhoria considerável nos cursos de licenciatura, especificamente em História, no Brasil. Anteriormente, os currículos eram majoritariamente voltados para enfoques teóricos e analíticos da história, com pouco espaço dedicado à dimensão educacional. Todavia, houve uma evolução positiva, com a inserção de disciplinas que abordam novas dimensões pedagógicas, além de outras que se situam dentro do escopo da historiografia, como os estudos sobre a História das Mulheres e as relações de gênero. Em função disso, podemos inferir que o atraso observado pode estar enraizado na concepção inicial desses cursos.

Essa mudança no currículo, no que nos concerne, oferece a nós futuros professores uma formação mais abrangente, que integra conhecimentos teóricos essenciais com uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, incluindo a importância das questões de gênero na educação. Com isso, ao chegarmos às escolas, estaremos mais bem preparados para aplicar e disseminar o conhecimento adquirido, promovendo um ensino mais inclusivo e sensível às realidades de todos os alunos.

Vale lembrar que, como mencionamos antecipadamente, as universidades desempenham um papel vital na visibilidade e legitimidade dos assuntos relativos às mulheres. Nesse sentido, eventos importantes focados nessa temática, que ocorrem nessas instituições, são fundamentais para o aprimoramento enquanto professores, e enriquecem nosso entendimento e ampliam nossa percepção sobre o significado dessas discussões. Esses eventos e debates acadêmicos, portanto, proporcionam um espaço valioso para integrarmos as dinâmicas de gênero na formação docente. Tal integração é essencial para promover uma educação mais integradora e consciente.

Outro aspecto positivo que tem colaborado para a evolução de nossas universidades, especialmente no campo do ensino de História, é a criação de programas de mestrado e doutorado¹ profissionais no Brasil. Esses programas, simultaneamente, estão ajudando a desconstruir a antiga concepção de segregação entre universidades e escolas, criando um vínculo mais estreito entre a pesquisa acadêmica e a prática educacional. Ao inserir teoria e prática, essas características fortalecem nossa formação de professores, possibilitando que levemos para as salas de aula um conhecimento que sublinha as necessidades e desafios contemporâneos da educação.

Além disso, é oportuno notar que outro fator que contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero é a escolha dos conteúdos curriculares aplicados aos alunos. Apesar de termos observado mudanças significativas na historiografia e no ensino de História, como já destacamos, graças à renovação historiográfica e à inclusão de novas abordagens, a História das Mulheres e as relações de gênero ainda são tratadas, quase sempre, como temas secundários ou meramente explanatórios, apenas para justificar sua inserção no currículo. Dessa forma, isso reflete a necessidade de nosso maior comprometimento em integrar esses assuntos de forma mais profunda e expressiva no ensino de História.

¹ Apesar dos progressos e da relevância dos mestrados e doutorados profissionais na produção de recursos educacionais para as escolas, a divulgação desses materiais permanece insuficiente. Embora sejam direcionados sobretudo ao ensino básico, é elementar reconhecer a necessidade de expandir essa divulgação dentro das universidades. Historicamente, havia uma clara separação entre escolas e universidades, mas hoje observamos uma nova divisão entre a pós-graduação e a graduação. Não podemos ignorar que os cursos de licenciatura formam os futuros professores, e os alunos da pós-graduação profissional estão criando recursos educacionais que são ferramentas valiosas para a melhoria do ensino. Logo, não seria mais adequado incluir também o público universitário nessa discussão? Esses recursos não precisam ser exclusivos para o ensino básico; é imprescindível mostrar aos estudantes do ensino superior que existem outras ferramentas, além de slides, aulas expositivas e estudos de campo, que podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Por último, acredito que é crítico realizar uma avaliação aprofundada sobre como os recursos educacionais estão sendo aplicados nas escolas. Será que os professores e alunos estão realmente utilizando essas ferramentas de forma a melhorar o ensino, ou elas são empregadas apenas durante as intervenções dos estudantes de pós-graduação? Embora já existam pesquisas por esse ângulo, é evidente que persistem oportunidades para melhorias, e essas análises podem nos ajudar a aprimorar cada vez mais esses recursos.

Em relação a essas mudanças e à introdução dos estudos sobre a História das Mulheres e das relações de gênero nas escolas, a pesquisadora Juliana Kummer Perinazzo Ferreira (2024), em sua tese de doutorado intitulada *O lugar das mulheres na história ensinada: o que nos dizem os saberes e práticas de professoras que atuam em escolas no município de Caldas Novas – GO*, discute as políticas públicas criadas para incorporar essas novas abordagens. Ela destaca a importância dessas políticas no contexto atual e a maneira lenta e gradual com que elas têm potencial para gerar transformações efetivas:

Além disso, no Brasil, ocorreram tentativas de se desenvolver mecanismos que “diminuíssem” a desigualdade de gênero na educação, dentre eles à publicação em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). De acordo com Claudia Vianna e Sandra Unbehaum, que analisaram a inclusão da perspectiva de gênero na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, baseando-se não só nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), mas também no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), destacam que esses foram documentos muito importantes na referência para a construção de políticas públicas no que tange à implantação das discussões de gênero nas escolas, mas, não foram adequadamente efetivados pelo Estado (Vianna; Unbehaum, 2006). As autoras também afirmam que a maior parte dos documentos que: “[...] regulamentam a prática de políticas públicas no campo da educação apresenta a perspectiva de gênero subsumida à noção geral dos direitos e valores” (Vianna; Unbehaum, 2006, p. 409). Verificamos também que nos PCN (1997), para o segundo ciclo, há uma única menção da participação feminina nos processos históricos, a luta pelos direitos das mulheres, mas está subsumida no eixo temático: História das organizações populacionais (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, apud FERREIRA, 2024, p. 120)

Conseguimos perceber as tentativas no Brasil de implementar mecanismos para reduzir as desigualdades de gênero no campo da educação. Embora essas iniciativas tenham sido indispensáveis para a visibilização e inserção dessa temática nas escolas, elas não foram implementadas pelo Estado de maneira eficaz. Adicionalmente, observa-se que a perspectiva de gênero, em grande parte das políticas públicas educacionais, foi tratada de forma secundária. Muitas vezes, essa perspectiva foi diluída em uma abordagem mais ampla de direitos e valores, sem um enfoque específico e robusto sobre a questão de gênero (FERREIRA, 2024).

Nessa circunstância, Ferreira (2024) explica que a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), divulgada em 2015, buscava romper com a história eurocêntrica, propondo um tratamento mais questionador e englobante. No entanto, diante desse cenário, geraram-se diversas discussões que, infelizmente, não resultaram em reformas concebíveis. Isso ocorreu devido à crise política que o Brasil enfrentava na época, a qual influenciou a não resolução das problemáticas apresentadas.

Por sua vez, de acordo com as pesquisadoras Adriana Soares Ralejo, Rafaela Albergaria Mello e Mariana de Oliveira Amorim (2021), a segunda versão da BNCC, publicada

em 2016, foi duramente criticada por retornar a uma orientação eurocêntrica e tradicionalista. Outrossim, a terceira e última versão, publicada em 2017, trouxe poucas alterações e acabou consolidando uma visão mais conservadora do ensino de História.

Complementando essas informações, Aléxia Pádua Franco, Astrogildo Fernandes da Silva Júnior e Selva Guimarães destacam que:

Longe de ser apenas uma seleção de saberes históricos é uma prescrição reguladora, instrumento padrão de controle do fazer pedagógico dos professores, pois está vinculado às Avaliações Nacionais e ao PNLD – Programa Nacional de Livros Didáticos (FRANCO; SILVA JÚNIOR; GUIMARÃES, 2018, p. 1019).

Desse modo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de História é mais do que uma simples seleção de conteúdos históricos a serem desenvolvidos nas salas de aula; ela atua como uma ferramenta controladora dos trabalhos pedagógicos e dos professores. Nesse contexto, os autores ressaltam que a BNCC não se limita a direcionar e priorizar conhecimentos; ao contrário, desempenha o papel de um “instrumento padrão” que orienta e influencia a forma como os professores devem ensinar.

Além disso, esse controle está diretamente relacionado aos mecanismos de avaliação e aos programas educacionais de grande relevância, como as Avaliações Nacionais e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Assim, os materiais devem estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas, pois, em consequência, serão avaliados em exames nacionais e terão uma influência direta na escolha dos livros didáticos a serem utilizados pelos professores.

Por outro lado, uma questão igualmente preocupante é a retirada do termo “gênero” da BNCC. De acordo com Ferreira (2024), essa mudança constitui um retrocesso significativo para a educação. Essa medida reflete o direcionamento atual da sociedade, que acompanha o avanço do conservadorismo. Apesar de essa ação representar, sem dúvida, um retrocesso em uma luta histórica, nós mantemos a esperança de construir uma esfera social mais inclusiva e equitativa.

Da mesma forma, isso exerce grande influência, uma vez que as histórias das mulheres são frequentemente abordadas e representadas de modo marginal nas escolas, dado que as políticas públicas negligenciam e desconsideram o devido peso ao tema. Como consequência direta, essa falta de atenção gera opiniões distorcidas tanto entre alunos quanto entre alunas, além de contribuir para a ocorrência de diversas formas de violência de gênero nas salas de aula.

A par disso, já discutimos anteriormente como essas diretrizes influenciam e moldam

diversos panoramas do ensino, incluindo os livros didáticos, que são um dos recursos mais utilizados nas unidades escolares. Desse modo, é pertinente oferecer um olhar mais aprofundado sobre essa importante ferramenta pedagógica. É notório destacar que, desde sua criação, o livro didático tem sido uma das principais ferramentas de apoio para todo o corpo docente. Apesar de sua importância, o livro didático tem sido alvo de controvérsias e passou por diversas mudanças ao longo do tempo. Como menciona a pesquisadora Cristiani Bereta da Silva (2007):

[os] livros didáticos. Mesmo para olhares pouco cuidadosos (ou menos treinados), a observação da trajetória do livro didático no Brasil é um exercício que pode nos revelar o quanto este objeto cultural mudou. Não foram apenas revisões em relação aos conteúdos e propostas de atividades; foram transformações importantes em sua própria feitura, que passou de uma produção praticamente artesanal a uma produção em escala industrial, com a implantação de uma poderosa indústria editorial. A partir de 1970, os livros passam a obedecer alguns padrões de consumo que vão alterar não apenas seu tamanho, como também, e principalmente, sua apresentação gráfica: linguagem utilizada, formatação dos textos, quantidade de imagens, uso de variadas cores, tipos de letras, etc. O livro didático de História publicado entre as décadas de 1970 a 2000, muito pouco se parece com aquele anterior à década de 1960 (SILVA, 2007, p. 223).

Os livros didáticos no Brasil passaram por evoluções significativas ao longo do tempo. O que antes era uma produção artesanal se transformou em uma indústria em larga escala, impulsionada por uma poderosa indústria editorial. Essas evoluções ocorreram não apenas no formato dos livros, do mesmo jeito que na linguagem, no conteúdo, na apresentação gráfica e no uso de imagens, boxes com informações complementares e cores (SILVA, 2007). Considerando que o livro didático é uma produção cultural, ele representa e influencia o contexto histórico, social e educacional em que está inserido. Nesse aspecto, dentre essas evoluções, alguns pesquisadores se dispuseram a analisar se os livros didáticos, por serem uma das ferramentas mais utilizadas no saber histórico escolar, estão se atualizando e atendendo aos objetivos de aderir às novas abordagens historiográficas.

De maneira análoga, nos últimos anos, muitas pesquisas têm se dedicado à análise dos livros didáticos, buscando investigar os principais temas abordados. Entre esses tópicos, destacam-se “nação”, “cidadania” e “identidades”, que são frequentemente explorados. Contudo, apesar dessa tendência, há uma escassez de pesquisas focadas na análise dos estudos de gênero nos livros didáticos. Silva (2007) destaca que, antes da renovação e da instauração das novas abordagens, as mulheres eram geralmente retratadas como mães, filhas ou esposas de figuras ilustres, associadas a personagens importantes da história.

Por outro lado, com a necessidade de os livros didáticos se adaptarem às demandas do

mercado, na década de 1990, outros sujeitos históricos, até então negligenciados nas narrativas tradicionais, começaram a ser inseridos. Essas mudanças não ocorreram apenas por razões comerciais, mas também devido às pressões de diversas instituições, especialmente das universidades. Vale ressaltar que a emergência de políticas públicas educacionais, como as reformas curriculares e os Parâmetros Curriculares Nacionais para os níveis Fundamental e Médio de 1997-1998, bem como o PNLD, desempenhou um papel crucial nesse processo.

Não obstante, a abordagem da História das Mulheres nos livros didáticos continua a ser tratada de forma marginal. Muitas vezes, essas personagens são apresentadas de maneira superficial, associadas a figuras valorosas ou relegadas a boxes de informações complementares. Mesmo quando inseridas no corpo principal do texto, suas representações tendem a ser simplistas, perpetuando traços de uma história tradicionalista que ainda não rompeu completamente com as visões convencionais.

Completamente, é saliente observar que, de acordo com a historiadora Larissa Costard (2017), a história escolar, enquanto cultura histórica, tem um papel relevante na construção do sentido que atribuímos às experiências dos homens ao longo do tempo. Nesse sentido, a historiadora afirma que

[da] mesma maneira, o conhecimento histórico dialoga em todo tempo com a memória social, o que desejamos lembrar e o que não podemos permitir que se esqueça. Se cabe ao historiador tocar constantemente na amnésia social, como provoca Le Goff, é preciso que encaremos de frente a tarefa que nos é colocada por ofício: a História que contamos é um dos elementos a fornecer matéria-prima para a forja das identidades sociais (COSTARD, 2017, p. 164).

Essa citação destaca a conexão entre o conhecimento histórico e a memória social, sublinhando que a escolha da história que contamos exerce um papel crucial na construção das identidades sociais. Costard nos alerta para a responsabilidade do historiador em desafiar a “amnésia social” a tendência de esquecer ou ignorar eventos e narrativas do passado, conforme proposto por Le Goff (1990). Neste enquadramento, ao nos referirmos à “amnésia social”, devemos indagar e trazer à tona aspectos do passado que a sociedade prefere esquecer, mas que são essenciais para uma compreensão mais completa da história. Assim, a história que narramos e preservamos é, em última análise, uma parte necessária da constituição das identidades sociais. Ademais, à luz dessa reflexão, concluímos este capítulo com uma série de perguntas reflexivas que merecem nossa atenção: Que tipo de matéria-prima estamos oferecendo aos nossos estudantes? Quais identidades sociais e agentes estamos incorporando em nossos currículos? Os alunos estão se reconhecendo como sujeitos ativos da história? Estamos contribuindo para a perpetuação ou desconstrução de estereótipos de gênero nas escolas? Qual é a nossa colaboração para a transformação de um ensino mais equitativo?

2. SUSSURROS DO PODER: ANA JANSEN E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE OITOCENTISTA NO MARANHÃO

A palavra poder é tão amplamente utilizada na sociedade que parece difícil imaginar sua origem, como se sempre fizesse parte da humanidade. Seu significado, em geral, está associado a capacidade de controle seja de uma pessoa ou de um grupo que exerce autoridade sobre outros. Tradicionalmente e erroneamente, a perspectiva do poder é relacionado com a força física ou moral, domínio e posse, o que muitas vezes nos remete à ideia de poder político.

Nesse contexto, o historiador Francisco Falcon (1997) destaca uma problemática importante e nos alerta sobre equívocos recorrentes na historiografia. A concepção de poder e política como conceitos homogêneos ainda prevalece, levando muitos estudiosos a tratarem a política e os seres políticos como ressonância de poder. Essa visão reducionista limita a compreensão das múltiplas dimensões do poder, restringindo-o apenas ao âmbito político e institucional, quando, na verdade, o poder se manifesta em diversas esferas da vida social, econômica e cultural.

Para ampliar essa compreensão, o teórico Michel Foucault, em sua obra *Microfísica do Poder* (2018), propõe uma abordagem instigante. Para ele, o poder não se restringe ao domínio explícito das instituições políticas; ele está presente em todas as esferas onde há convivência humana, manifestando-se nas interações sociais de maneira sutil e, muitas vezes, invisível. O poder permeia o cotidiano, estabelecendo-se e disseminando-se nas relações sociais, familiares, econômicas e culturais, criando uma complexa rede de influências e controles. Essa perspectiva permite compreender o poder como algo dinâmico e difuso, capaz de atuar em múltiplos níveis e contextos, frequentemente através de mecanismos indiretos.

Esse poder intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos e seu corpo e situa-se no nível do próprio corpo social, e não acima dele. Penetra na vida cotidiana e, por isso, pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder. Como o próprio Foucault ressalta:

Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa no nível próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder. [...] O importante é que as análises indicaram que os poderes periféricos e moleculares não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado. Não são necessariamente criados pelo Estado nem, se nasceram fora dele, foram inevitavelmente reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho central. Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado (FOUCAULT, 2018, p. 14-15).

Dessa maneira, é justamente por meio desses micropoderes que Ana Jansen exercia sua influência na sociedade maranhense oitocentista. Seu poder não se dava exclusivamente de

forma institucionalizada, mas era construído no cotidiano, através das relações sociais, econômicas e familiares que ela estabelecia e dominava com habilidade. Ao gerir seus bens, casar estrategicamente, controlar a educação dos filhos e estabelecer alianças políticas, Ana Jansen se inseriu nos espaços de poder de maneira orgânica, articulando sua atuação tanto nos bastidores quanto na cena pública. Assim, compreendê-la sob a ótica foucaultiana permite reconhecer que sua influência não dependia apenas de um cargo ou título, mas de uma rede de relações e práticas que lhe conferiam autoridade, respeito e, muitas vezes, temor.

Essa leitura permite deslocar a análise de Ana Jansen de um lugar meramente anedótico ou lendário para uma reflexão mais profunda sobre as formas como o poder pode ser exercido por mulheres em contextos patriarcais, mesmo sem a legitimação formal dos espaços de decisão. Seu exemplo evidencia como os micropoderes podem ser mobilizados de forma estratégica, configurando resistências, articulações e permanências dentro de uma estrutura social marcada pela desigualdade de gênero.

Portanto título deste capítulo, “Sussurros do Poder”, foi escolhido para refletir a maneira “sutil” e estratégica com que Ana Jansen exerceu sua influência em uma sociedade marcadamente patriarcal. Inserida em um contexto onde as mulheres eram amplamente excluídas das esferas formais de poder, Ana Jansen recorreu a meios indiretos e discretos para atuar na política e na sociedade. Seus movimentos, embora muitas vezes silenciosos, tinham um impacto significativo, como um sussurro que, mesmo baixo, conseguia ecoar.

Ana Jansen é uma figura emblemática na história do Maranhão, cuja influência permeia o imaginário popular do estado. A atuação dela no século XIX foi marcante que é difícil encontrar um maranhense que não reconheça o seu nome. Ana Jansen deixou uma impressão duradoura devido à participação nos campos político, econômico e social em São Luís, desafiando as normas de uma sociedade que reservava os espaços de poder exclusivamente aos homens. Sua proeminência gerou críticas intensas por parte de opositores, que viam a presença dela em esferas públicas como uma afronta às convenções do patriarcado.

Nesse sentido, o século XIX, segundo Carla Silva (2010), foi caracterizado por uma estrutura social profundamente patriarcal, na qual os homens monopolizavam o poder e a liderança, sendo vistos como os únicos capacitados para administrar uma sociedade. Essa visão machista, que atribuía exclusivamente aos homens o papel de pensar e agir, foi historicamente consolidada e divulgada por meio de concepções culturais, sociais e políticas em todo o mundo.

Sob essa perspectiva as professoras Cíntia Sanmartin Fernandes e Flávia Magalhães Barroso (2019) mencionam que, as mulheres, desde as “sinhás” até as escravizadas, eram relegadas a papéis de submissão, com pouca ou nenhuma participação na vida sociocultural.

Aquelas que se destacavam eram vistas como transgressoras e revolucionárias – no sentido pejorativo do termo –, pois desafiavam as rígidas normas de gênero ao se articularem e tomarem posições contrárias às expectativas da sociedade. Ao se inserirem em linhas de transgressão, de ação e de tomada de posição, essas mulheres expunham as contradições e limitações das estruturas morais de suas épocas. Ana Jansen, ao ocupar e exercer poder em espaços tradicionalmente masculinos, não somente desafiou as convenções vigentes, como também, com um comportamento nada convencional, rompeu as normas do seu período, tornando-se uma das figuras mais conhecidas no imaginário popular do Maranhão.

Entretanto, é importante frisar que, apesar das transgressões que perpetuaram o nome de Ana Jansen, ela não quebrou por completo as barreiras de gênero nem pode ser considerada “uma mulher além do seu tempo”. Ana Jansen atuou, em grande parte, dentro dos limites do sistema, embora tenha desafiado algumas regras estabelecidas. Isso evidencia como ela reflete a dualidade característica das mulheres da elite maranhense no século XIX.

Ana Jansen deixou uma marca relevante na história, a ponto de que, se estivesse viva, talvez se perguntasse: “Quem diria?”. Inicialmente conhecida, conforme relatam Elizabeth Abrantes e Sandra dos Santos (2023), como uma simples “costureirazinha”, Ana Jansen transformou-se em uma das personalidades mais notórias do século XIX na história do Maranhão. A presença dela é tão marcante que transcende o tempo, permeando lendas, romances, teatro, música, poesias e ensaios biográficos. O legado de Donana continua a despertar interesse e a inspirar novas investigações, reafirmando sua posição no imaginário cultural do estado.

Diante do exposto, não nos aprofundaremos em todas as produções realizadas sobre Ana Jansen para evitar redundâncias, uma vez que já mencionamos anteriormente algumas obras. Além disso, muitos pesquisadores já abordaram o tema, incluindo um dos trabalhos mais recentes das historiadoras Elizabeth Abrantes e Sandra dos Santos, que exploram essa conjuntura em suas análises.

Contudo, algumas obras são imprescindíveis para os objetivos deste trabalho e não podem ser ignoradas. Os primeiros estudos produzidos a partir da década de 60 sobre Ana Jansen focaram em validar sua genealogia e exaltar o alcance de seu poder no século XIX. No entanto, esses estudos de certa forma negligenciaram questões fulcrais, como a complexidade da trajetória de Ana Jansen. Mesmo sendo uma jovem, mãe solteira, vinda de uma família modesta e sem dote, ela conseguiu se casar com um dos homens mais ricos da época, tornando-se uma das mulheres mais influentes do Maranhão oitocentista, atuando de forma significativa nos espaços públicos, inclusive na política (ABRANTES; SANTOS, 2023).

Essas informações são abordadas, mas sem a devida problematização das narrativas apresentadas nas obras. Um exemplo disso é o trabalho de Waldemar Santos (1978), cuja principal preocupação foi trazer documentos, sobretudo manuscritos, para comprovar a veracidade dos fatos. Não cabe aqui retomarmos a antiga discussão sobre as precauções necessárias ao se utilizar documentos como instrumentos de veracidade absoluta. Porém, é crucial também compreendermos o cenário em que essa obra foi escrita. Afinal, somos todos influenciados pelas condições e perspectivas do nosso tempo.

A historiografia inicial sobre Ana Jansen tinha como intuito basilar apresentar uma narrativa biográfica que incluía detalhes como o nascimento, a identidade dos pais, os casamentos e a participação na política e na economia. Adicionalmente, a famosa frase que a descreve como “uma mulher além do seu tempo” traz consigo uma visão anacrônica e simplista da história. Ao adotar esse ângulo, corre-se o risco de reduzirmos as análises históricas a uma narrativa teleológica e heroica, que não leva em consideração o contexto social mais amplo. Consequentemente, essa abordagem não captura de maneira adequada as complexas interações sociais e culturais que moldaram a vida e as ações de Ana Jansen.

João de Lira Cavalcante Neto, em sua obra *A arte da biografia* (2022), oferece uma rica variedade de informações sobre os elementos que compõem uma biografia, além de realçar os cuidados essenciais que devemos observar ao escrevê-la. Um dos cuidados que Lira Neto enfatiza é que, ao biografar alguém, estamos também biografando o ambiente em que essa pessoa viveu. Ele ainda faz referência a uma citação do historiador E.H. Carr, que levanta uma questão intrigante e divertida, semelhante ao dilema do “quem veio primeiro, o ovo ou a galinha?”. Essa reflexão nos convida a questionar: a sociedade é moldada pelas pessoas ou é o contrário? Ao refletirmos sobre isso, chegamos à mesma conclusão de Lira Neto, que afirma:

Para nosso propósito imediato — o de escrever biografias e outras narrativas não ficcionais —, a discussão importa-nos para refletir sobre a própria essência do gênero. Escrever sobre personagens reais pressupõe entender de que modo indivíduo e sociedade se impactam mutualmente; como a vida privada de alguém é condicionada pelas circunstâncias de seu tempo e espaço; e, ao mesmo tempo, o quanto as ações individuais influenciaram o meio no qual essa pessoa atuou (LIRA NETO, 2022, p. 67).

Por conseguinte, a vida privada de uma pessoa é moldada pelo espaço e tempo (e por toda a conjuntura social), da mesma maneira que as ações dessa pessoa podem impactar o meio em que vive. Logo, o indivíduo e a sociedade estão relacionados mutuamente.

Seguindo essa lógica, os primeiros estudos sobre Ana Jansen não se preocuparam em avaliar os métodos e o contexto social em que ela viveu. Esses estudos, ao não problematizarem as avaliações que impuseram, resultaram em um individualismo exacerbado, retratando-a como

uma personagem heroica, aparentemente desvinculada do seu ambiente. Desse modo, essa abordagem oferece uma visão distorcida da realidade, ignorando as influências do ambiente e das circunstâncias na vida da personagem, e pode levar à equivocada impressão de que todas as mulheres oitocentistas conseguiram ser subversivas, o que não corresponde à realidade. Para uma análise mais acurada, é crucial examinar o funcionamento social e as relações de poder do século XIX. Ainda que essas limitações sejam evidentes, os primeiros trabalhos foram necessários para que a sociedade conhecesse Ana Jansen, oferecendo traços de sua trajetória baseados em pesquisas extensas, que agora servem como alicerces para qualquer estudo relacionado a ela.

Diante disso, buscamos aqui equilibrar a trajetória de Ana Jansen com o contexto social em que ela viveu, compreendendo a necessidade de articular essas duas esferas de maneira integrada. Não se trata de atribuirmos protagonismo exclusivo ao indivíduo ou ao contexto, mas de considerarmos ambos em conjunto. Nesse aspecto, muitos escritores desse gênero tendem a enfatizar excessivamente o indivíduo, negligenciando o panorama, ou, inversamente, focam nas circunstâncias estruturais, deixando de lado a singularidade da trajetória pessoal.

Nesse ínterim, Benito Schmidt (1996) nos oferece uma orientação valiosa para alcançar essa medida justa ao escrever uma biografia.

A preocupação central dos biógrafos continua sendo desvendar os múltiplos fios que ligam um indivíduo ao seu contexto, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais), nem na determinação estrutural escrita (como nas análises marxista e braudelianas) (SCHMIDT, 1996, p. 180).

De acordo com Schmidt (1996) na passagem acima, ao escrever uma biografia, é preciso saber usar o equilíbrio e nos chama a atenção para a determinação estrutural, que consiste nas análises marxistas e braudelianas. Essas abordagens, por sua vez, enfatizam as estruturas sociais e econômicas que moldam a vida dos indivíduos. Todavia, ao aprofundar essa avaliação contextual, corre-se o risco de subestimar o papel das escolhas e subjetividades individuais, tratando-as como meros produtos de forças maiores.

Conscientes dessa complexidade, procuramos em nossa pesquisa evitar os percalços que a biografia tradicional frequentemente tenta evitar. Nesta pesquisa, utilizamos tanto o panorama histórico quanto o individualismo, mas o contexto é empregado principalmente como ilustração do ambiente em que Ana Jansen viveu. Embora reconheçamos a importância desse equilíbrio Ana Jansen teve autonomia e subverteu, em certa medida, as normas da época. Não queremos cair na armadilha de uma dualidade que contrarie nossa própria análise. Já mencionamos anteriormente os primeiros estudos sobre ela, que se centraram excessivamente no individualismo, resultando em interpretações equivocadas. Apesar de reconhecermos que Ana

Jansen foi subversiva, isso não a torna uma mulher à frente do tempo, mas sim uma entre outras mulheres que, provavelmente, também ultrapassaram algumas barreiras do período.

Essa reflexão dialoga diretamente com as transformações no campo da historiografia. Consoante Yuri Costa (2018), a partir do final da década de 1970, os historiadores passaram a redescobrir e valorizar o método biográfico como uma ferramenta para dar visibilidade e voz aos sujeitos marginalizados da história. Antes disso, as biografias se concentravam notoriamente em figuras da elite, especialmente homens, refletindo uma visão limitada e excludente da história. Ademais, o método biográfico havia sido associado ao narrativismo, algo que a escola francesa se esforçou para desconstruir.

Como resultado dessa mudança, os historiadores passaram a explorar trajetórias de indivíduos e grupos até então silenciados, o que ampliou a historiografia com abordagens mais plurais. Nas palavras de Costa (2018, p. 31):

JO regresso da biografia como campo do conhecimento histórico se deu justamente com a tentativa de se restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais e enquanto forma de reação ao estruturalismo, mantendo, por isso, mesmo, a relação com a crise dos paradigmas de cunho totalizante. Daí o estudo de trajetória de vida ter se entrelaçado com análise do cotidiano, da história oral, da cultura popular e da história das mulheres, nos campos capazes de questionar uma escrita da história que insistia em apresentar o indivíduo como algo previsível, comum e passivo (COSTA, 2018, p. 31).

Nesse contexto, reconhece-se que Ana Jansen, do ponto de vista da classe social, era uma mulher da elite no Maranhão oitocentista. Entretanto, a trajetória dela é marcada por dualidades e contradições, já que atuava em espaços de poder geralmente vedados às mulheres. As diversas representações agregadas a seu nome e imagem, por outro lado, são carregadas de estereótipos negativos, construídos no imaginário popular a partir de fundamentos machistas e conservadores do século XIX.

2.1 Ana Jansen: trajetória e estratégias de poder

Ana Joaquina Jansen Pereira Leite (Figura 1) é uma figura feminina popularmente conhecida, tanto na sua época² quanto nos dias de hoje, como a “Rainha do Maranhão”, um título carregado de ironia ou reverência, reflete o reconhecimento de sua influência e poder na sociedade maranhense daquela época. No entanto, esse reconhecimento nem sempre esteve presente nos falatórios da sociedade maranhense oitocentista.

Apesar da associação com a nobreza, a família Jansen não era, de fato, uma família poderosa. O título de nobreza que ostentavam remontava a um antepassado distante e não se

² Ainda no século XIX, Ana Jansen era usualmente referida como a “Rainha do Maranhão”, uma designação encontrada no jornal *O Picapau*, edição de 22 de agosto de 1842 (p. 3), disponível na Biblioteca Benedito Leite. A reprodução dessa citação histórica será apresentada na seção de anexos deste trabalho.

estendia por múltiplas gerações. Ainda assim, o brasão de armas concedido à família funcionava como um relevante capital simbólico, sendo mobilizado estratégicamente para conferir prestígio social. Segundo Jerônimo de Viveiros (1999), a família Jansen Moller chegou ao Maranhão com o objetivo de instalar uma serraria, empreendimento idealizado por Pedro Jansen Moller, um rico comerciante português. Conforme aponta Milson Coutinho (2005), Pedro Jansen Moller recebeu de D. João V, rei de Portugal, uma carta de brasão de armas em 1719, o que lhe garantiu o status de fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, reforçando sua posição de influência.

Essa estratégia de distinção social por meio de símbolos remete às reflexões de Bourdieu (1989) acerca do poder simbólico, entendido como a capacidade de impor significados e legitimar posições sociais por meio de elementos culturais. Segundo o autor, essa legitimidade só se concretiza quando os símbolos são identificados como válidos pelos demais agentes sociais. Nessa perspectiva, ao analisarmos a trajetória de Ana Jansen, percebemos que, embora houvesse títulos nobres vinculados à família, esses possuíam um caráter muito mais simbólico que efetivamente reconhecido pelos círculos de poder da elite maranhense do período.

Por um lado, Ana Jansen descendia, por parte materna, de uma família que detinha títulos de nobreza; por outro, tal ‘herança’ não lhe conferiu privilégios concretos ao nascer, visto que sua família atravessava um período de decadência econômica e iminente falência.

Essa condição fragilizada é inclusive reforçada por uma nota publicada posteriormente no jornal *O Picapão* (veículo opositor à família Jansen), que descreve a jovem Ana como uma mulher sem titulação e em situação precária. No entanto, ao lidarmos com fontes dessa natureza, é imprescindível adotar uma postura crítica.

Como adverte Foucault (2014, p. 8), “a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Diante disso, não tomamos por verdade absoluta a narrativa que apresenta Ana Jansen enquanto totalmente desprovida de recursos na juventude. Da mesma forma, também não sustentamos a ideia de que ela já integrava a nobreza ou a elite local desde o início de sua trajetória.

Na realidade, a ascensão social e o prestígio que ela viria a conquistar parecem estar mais associados a estratégias individuais e familiares que a uma posição herdada e consolidada. A despeito disso, a genealogia da família Jansen, especialmente pelo lado materno, como apontam registros historiográficos, continha vestígios de nobreza simbólicos, ainda quando essa linhagem estivesse desprovida de capital econômico na época do nascimento de Ana Jansen.

Esse contexto nos leva a questionar em que medida o poder simbólico do sobrenome “Jansen” pode ter contribuído, ainda que de forma indireta, para fortalecer a trajetória de Ana Jansen. Como observam as historiadoras Elizabeth Abrantes e Sandra dos Santos (2023), é difícil mensurar essa influência com precisão. No entanto, é inegável que a fama dos Jansen se tornou mais visível e consolidada a partir da figura de Ana Joaquina Jansen Pereira Leite, que imortalizou o nome da família nos anais da História maranhense.

A historiadora Edyene Moraes dos Santos (2021), ao tratar dos partidos políticos e da construção das elites políticas, menciona que, no contexto colonial, muitas famílias de elite do Maranhão continuaram a exercer domínio político. Porém, grande parte dos novos políticos não se restringia apenas a essas famílias tradicionais. Foi a partir desse contexto que, na segunda metade do período imperial, surgiram outras famílias influentes, como a família Jansen de Ana Jansen, que se destacou por sua riqueza e poder, tornando-se uma das mais influentes do Maranhão na época. Tal menção pode ser percebida quando Santos (2021) se refere à família Jansen:

Na segunda fase do Império, outros sobrenomes foram acrescidos ao panteão político-administrativo da província, a exemplo da poderosa família Jansen, mas, de forma geral, a base dos membros da classe política provincial praticamente não se alterou até a década de 1840, quando a ascensão dos partidos pôde proporcionar novas inserções no cenário político (SANTOS, 2021, p. 82).

Em síntese, podemos observar que, ao chegarem ao Maranhão, a família Jansen não era originalmente associada à riqueza ou ao poder, e tampouco desfrutava de grande reconhecimento, apesar de possuir certos títulos de nobreza que, ao que tudo indica, não exerceram influência significativa. Não obstante, foi somente através de Ana Joaquina Jansen Pereira Leite que a família alcançou destaque, conquistando riqueza, poder e prestígio. Portanto, sua trajetória pessoal foi fundamental para transformar os Jansen em uma família notória na história da região.

Figura A- Retrato de Ana Jansen (São Luís do Maranhão, 1865).



Fonte: Coleção José Jansen/mapoteca do Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Ana Joaquina de Castro Jansen Albuquerque, seu nome de solteira, nasceu em São Luís do Maranhão, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Catedral, entre 1787 e 1798³. Era filha de Vicente Gomes de Albuquerque⁴ e Rosa Maria Jansen de Castro Moller. Conforme afirmam Abrantes e Santos (2023), A família materna de Ana Jansen possuía títulos de nobreza, como já salientamos, ainda que de forma predominantemente simbólica. Apesar de contar com alguns recursos, essa linhagem já enfrentava dificuldades financeiras no período de seu nascimento, o que refletia um processo de decadência social. Essa condição, no entanto, começaria a se modificar com a inserção do sobrenome Pereira, marcando uma reconfiguração estratégica que viria a fortalecer sua posição social ao longo do tempo. Era neta de Teodoro Jansen Muller⁵ e D. Maria de Castro Cavalcante.

Nesse cenário, o Maranhão no século XIX foi marcado por uma cultura fortemente influenciada pela religião cristã, especialmente pela Igreja Católica, na qual o casamento era visto como um elemento central na organização social e moral. Embora nem todas as jovens da época conseguissem se casar, o matrimônio ocupava um lugar significativo no imaginário coletivo,⁶ representando um caminho idealizado para o status e a segurança. Nesse aspecto, Ana Jansen não escapou dessa lógica, mas é possível que em algum momento tenha questionado essa possibilidade devido à falta de dote e por ser mãe solteira.

Apesar dessas adversidades, essa dúvida logo foi superada, porque Ana Jansen casou-se com um dos maiores influentes do Maranhão oitocentista, consolidando sua posição social e estabelecendo relações ‘calculadas’ que contribuíram para sua ascensão e notoriedade.

Esse relacionamento de Ana Jansen levanta questões instigantes ao refletir sobre como uma mulher cuja família, apesar de titulada, estava falida e sem dote conseguiu se casar com um dos homens mais ricos do Maranhão. A falta de riqueza e de dote era vista como uma desvantagem significativa que, em geral, comprometia a imagem das mulheres na época e tornava o casamento improvável. Segundo Débora Cristina Alves (2013), o dote era de grande importância tanto no período colonial quanto no imperial, servindo como uma garantia financeira para o casamento e a consolidação de alianças sociais. Não obstante, mesmo sem

³ A historiografia sobre Ana Jansen frequentemente se apoia nas informações do jornal *Publicador Maranhense*, que, em sua edição de 12 de abril de 1869, noticiou seu falecimento, afirmando que ela teria morrido aos 82 anos de idade. No entanto, registros de batismo indicam que, em 1832, Ana Jansen tinha 34 anos, o que contradiz a idade mencionada na publicação do jornal. Conforme aponta Rezende (2012, p. 3),

⁴ A habilitação do casamento dos pais de Ana Jansen Vicente Gomes de Albuquerque e Rosa Maria Jansen de Castro Moller constará na parte de anexo desse trabalho

⁵ O documento de habilitação de casamento do Teodoro Jansen Moller com D. Maria de Castro Cavalcante constará na parte de anexo deste trabalho.

possuir essas vantagens, Ana Jansen conseguiu casar-se com Isidoro Pereira, o que marcou uma reviravolta em sua vida. A partir desse matrimônio, a trajetória passaria por grandes transformações, a ponto de se tornar uma figura de destaque na sociedade do Maranhão do século XIX.

De acordo com o pesquisador Leonel Fadigas (2021), Isidoro Rodrigues Pereira nasceu em Maiorga, Alcobaça, Portugal, em 7 de maio de 1758, e faleceu em 17 de agosto de 1825, em São Luís do Maranhão. Foi casado com Vicêncio Teodora Rosa até o falecimento dela, em 1822, sem que tivessem tido filhos. Isidoro Pereira foi um negociante, grande proprietário de fazendas e estava ligado ao momento da colonização do Brasil e até mesmo à independência do Brasil.

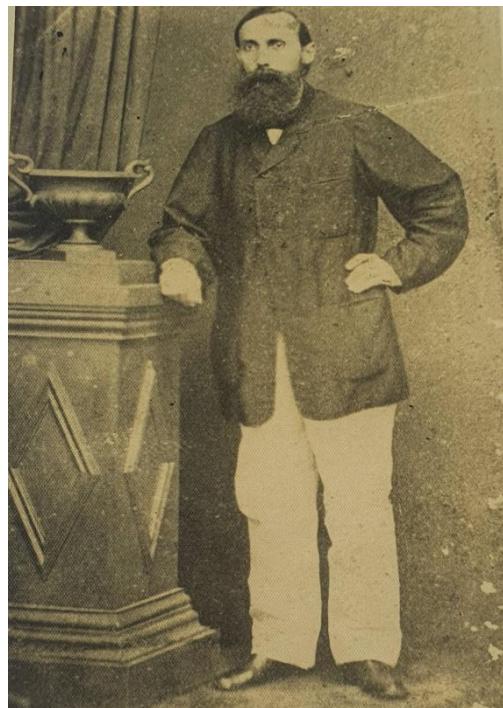
Durante o casamento com Vicêncio, Isidoro manteve um relacionamento com Ana Jansen, do qual nasceram cinco filhos antes de oficializarem a união. O casamento entre Isidoro e Ana Jansen ocorreu em 1822, e, após a cerimônia, tiveram Ana Augusta, em 1824. Ao todo, o casal teve seis filhos.

Antes do casamento com Isidoro Rodrigues Pereira, Ana Jansen teve o primogênito, Manuel Jansen, cuja paternidade permanece desconhecida até hoje. Ao se casar com Isidoro, este, embora não fosse o pai biológico, decidiu legitimar Manuel, que passou a adotar também o sobrenome Pereira, sendo reconhecido como filho de Isidoro. Essa atitude é destacada no testamento de Isidoro, em que ele faz questão de reafirmar sua decisão de legitimar Manuel como seu herdeiro.

Segundo Jomar Moraes (1989), Manuel Jansen Pereira foi o primogênito de Ana Jansen, cujo pai ela nunca revelou. Ana Jansen afirmou que “o mesmo meu filho foi exposto na casa da viúva Inês Maria Moreira”. Temendo o julgamento da sociedade e as possíveis consequências que isso poderia acarretar, ela optou por manter esse fato em segredo, dado o peso que o matrimônio tinha naquela época, especialmente para uma mulher solteira. Esse episódio é frequentemente apontado em trabalhos sobre Jansen, pois oferece uma perspectiva crucial para entender o comportamento feminino no século XIX e as complexas relações de poder que permeavam aquela sociedade. Além disso, no acervo dos documentos da Arquidiocese do Maranhão do APREM, podemos encontrar o assento de batismo em que Ana Jansen, no ano de 1834, revela o parentesco com Manuel⁷ e solicita um requerimento para a legitimação.

⁷ O requerimento e a petição de legitimação de Manuel Jansen Pereira serão incluídos na seção de anexos deste trabalho.

Figura B - Retrato de Manuel Jansen Pereira (São Luís do Maranhão, (ano desconhecido))



Fonte: Coleção José Jansen/mapoteca do Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Em relacionamento extraconjugal com Isidoro Rodrigues Pereira, Ana Jansen teve cinco⁸ filhos: Isidoro Jansen Pereira, Joaquim Jansen Pereira, Bruno Jansen Pereira, Anastácio Jansen Pereira e D. Angélica Jansen Pereira. No século XIX, a maternidade fora do casamento representava uma grave transgressão social, visto que mulheres nessa situação eram severamente estigmatizadas, rotuladas como “desonradas” ou até mesmo “prostitutas”, independentemente de suas circunstâncias pessoais. Tal perda de honra não apenas comprometia as chances de conseguir um bom casamento, mas também dificultava a aceitação e integração na sociedade.

Ana Jansen, consciente da rigidez moralista da sociedade oitocentista, sabia que seu comportamento, ao conceber filhos fora do casamento, já era alvo de especulação e crítica, especialmente por envolver um homem influente como Isidoro Rodrigues Pereira, figura proeminente da Província do Maranhão. Para mitigar esse impacto e proteger a reputação, ela tomou medidas para legitimar todos os filhos concebidos antes do casamento com Isidoro Rodrigues Pereira. Além de proteger a reputação da família e garantir maior aceitação social, a legitimação também oferecia benefícios jurídicos e patrimoniais, uma vez que ocorreu após o

⁸ No Arquivo Público do Estado do Maranhão, consta o requerimento de legitimação dos filhos que Ana Jansen teve antes de seu casamento com Isidoro Rodrigues Pereira. Esse documento, até onde sabemos inédito sobre a genealogia de Ana Jansen, será incluído na seção de anexos deste trabalho.

falecimento de Isidoro, realçando a importância do testamento e da herança na proteção dos direitos dos filhos.

Diversos estudiosos da trajetória de Ana Jansen apontam que a base de seu poder está diretamente relacionada ao falecimento de Isidoro Rodrigues Pereira, em 1825, e à herança que ela recebeu após esse acontecimento. É bem sabido que Isidoro era um dos homens mais ricos do início do século XIX, e sua morte conferiu a Ana Jansen uma posição financeira privilegiada. Segundo Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina de Novaes Marques (2001), ao investigarem o papel das heranças, as autoras destacam a ordem jurídica que regia os direitos sucessórios e o lugar ocupado pelas mulheres nesse âmbito. No mundo luso-brasileiro, as leis sobre heranças eram baseadas nas Ordenações Filipinas de 1603 e, mesmo após a independência do Brasil, não houve uma ruptura imediata com essa jurisprudência. Essa estrutura jurídica permaneceu em vigor, com algumas modificações, até a promulgação do Código Civil de 1916 (MELO; MARQUES, 2001).

Logo, trata-se de uma longa tradição que se manteve no direito luso-brasileiro, sustentada por uma perspectiva negativa em relação ao papel das mulheres na sociedade. Aos olhos de quem produzia as leis, as mulheres eram vistas como frágeis ou mesmo incapazes, necessitando de proteção e submissão ao pai ou ao marido. Nesse contexto, é importante apontar a análise das pesquisadoras sobre as heranças no período imperial, pois ela é fundamental para compreendermos como a herança deixada por Isidoro Rodrigues Pereira transformou a trajetória de Ana Jansen.

Contudo, apesar dos atributos negativos imputados às mulheres e dos claros limites à sua atuação legítima, a sociedade luso-brasileira não negligenciava a preservação do bem-estar dos filhos. Ao menos no âmbito da lei positiva, mantinha-se a tradição do direito romano, onde, com a morte do marido, o sistema de partilha dos bens do casal reservava à mulher a posse de metade dos bens do casal e permitia à viúva assumir a cabeça da família. Da metade que pertencera ao marido, um terço podia ser disposto, por testamento, conforme a vontade do falecido. Os restantes dois terços dos bens eram divididos entre os filhos legítimos nascidos no matrimônio e os filhos reconhecidos de uniões anteriores, sem discriminação entre varões e mulheres. Na ausência de descendentes do marido dispostos em linha de sucessão desde os filhos, passando por netos e pais, até chegar a algum parente em décimo grau, podia a mulher se tornar herdeira universal dos bens do marido, pela absorção das duas metades (MELO; MARQUES, 2001, p. 4).

No contexto aqui tratado, quando o marido falecia, metade dos bens do casal automaticamente passava para a esposa, que também podia assumir a chefia da família — uma função tradicionalmente reservada aos homens. A outra metade, pertencente ao falecido, era dividida em três partes: um terço seguia as disposições do testamento, conforme a vontade do marido, e os outros dois terços eram repartidos entre os filhos legítimos e os reconhecidos de uniões anteriores, sem discriminação de gênero entre meninos e meninas.

Nesse quadro, é possível observar claramente como Ana Jansen assumiu a posição de chefe de família, judicialmente permitido às viúvas, e assim, utilizando a herança deixada pelo marido, transformou sua trajetória. Ela multiplicou esse patrimônio, tornando-se uma das mulheres mais ricas da época. Ademais, a crescente influência, tanto econômica quanto social, permitiu que Ana Jansen desempenhasse um papel relevante na sociedade e até mesmo na política, apesar das limitações jurídicas impostas às mulheres frente ao patriarcalismo.

Após seu primeiro casamento, Ana Jansen manteve uma relação amorosa com o desembargador Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo, da qual nasceram quatro filhos: Francisco Higino Jansen Vieira de Melo, Joaquina Honorata Jansen de Melo Rocha, Maria Ludgera Jansen de Melo e Luís Venâncio Vasconcelos Vieira de Melo. A existência dessa relação, bem como o reconhecimento formal dos filhos, está registrada em testamentos e inventários que evidenciam não apenas o vínculo afetivo, mas também a importância dessas crianças na vida de Ana Jansen. Ademais, no próprio testamento de Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo, transscrito na obra *Por Carta de Mercê: as biografias dos desembargadores do Maranhão Colonial e Imperial (1813-1889)*, publicada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (2023), consta o reconhecimento dos filhos com Ana Jansen. O magistrado declara: “Nunca fui casado, porém tive quatro filhos com Anna Joaquina Jansen Pereira, uma das figuras mais marcantes da sociedade maranhense no século XIX, e do relacionamento nasceram os filhos de nomes Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello, Joaquina Honorata Jansen de Mello, Maria Ludgera Jansen de Mello e Luís Venâncio de Vasconcelos Vieira de Mello” (TJMA, 2023).

Nesse sentido, Waldemar Santos, na obra *Perfil de Ana Jansen* (1978), revela essa informação:

DECLARO que no estado de viúva, tive por fragilidade minha, quatro filhos, a saber: Francisco Higino Jansen Vieira de Melo, Joaquina Honorata Jansen de Melo Rocha (já falecida), Maria Ludgera Jansen de Melo e Luís Venâncio Vasconcelos Vieira de Melo. Os quais criei em minha casa e, portanto, os reconheço (...) (SANTOS, 1978, P. 27) (grifo no original).

No que se refere ao segundo matrimônio, Ana Jansen casou-se com Antônio Xavier da Silva Leite, um comerciante da cidade do Pará. Esse casamento, contudo, não gerou descendentes. No inventário de Ana Jansen, localizado no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, há menções a esse vínculo conjugal, assim como a disputas jurídicas em torno da partilha de seus bens entre o seu inventariante Isidoro Jansen Pereira. Em requerimento datado de 1873, os administradores da massa falida da firma de Antônio Leite argumentam que, como não foi celebrado contrato pré-nupcial entre o casal, o casamento deveria ser considerado regido pela comunhão universal de bens, conforme os costumes jurídicos do Império e as determinações das Ordenações Filipinas. Com base nisso, solicitam a inclusão dos bens

deixados por Ana Jansen na massa falida, a fim de saldar as dívidas da sociedade comercial, uma vez que ela faleceu um dia antes da decretação da falência de seu marido, sendo os bens do casal, portanto, solidariamente obrigados. Além de desconsiderarem a disposição testamentária de Ana Jansen quanto à quantia deixada ao seu marido, o inventariante também ignora sua vontade expressa, não atendendo ao que foi por ela determinado em vida.

Luiz de la Rocque e Joaquim Henrique [...] administradores da esposa falecida de Antonio Xaviver da Silva Leite é filho da cidade do Pará, como provam com os documentos n^{os} 1 e, vêm apelar da setença que julgou a partilha dos bens da finada D. Anna Jansen Pereira Leite, pelos motivos que posam a expender.[...] Não procedeu a esse casamento contracto algum matrimonial, e d'ahi se deve entender que os esposos casaram segundo os costumes do império, ou por carta de metade, como dispõe a [...] L4 Tet.46pr. Em um tal regime os bens dos conjugues são em regra comuns, e obrigado ás dívidas contrahidas durante o matrimonio ora falecendo a mulher do sócio Leite no dia anterior á fallencia da sociedade é consequentemente que todos os bens do seu casal estão sujeitos ás dívidas contrahidas por ele, comprehendidas as da firma social pela sua obrigação solidaria como sócio. Não altera esta consequência o facto de se verificar a respeito do casamento de D. Anna Jansen o caso previsto na Ord. L4 Tet.105, por que a esse tempo ella era viúva, tinha filhos e outros descendentes sucessíveis, e contava mais de cincuenta anos de idade. Não obstante esse facto, subsiste o princípio- que na ausência de contrato anti-nupcial, entende-se o casamento celebrado com comunhão universal de bens, e a citada Ord. Aplicado ao caso, apenas influe na quantid^e de bens que a mulher quem quagenia pode trazer para a comunhão.[...] prejudicada por tanto a massa falida pela sua exclusão do inventário e da partilha, sendo esta e aquelles nulos; em defesa dos seus direitos d'lla desrespeitados, vêm os supp^{es} apelar para o tribunal Superior da Relação da setença que julgou a partilha, e requerem á VS^a se digne mandar que se tome por termo o seu recurso, que deverá depois ser intimado aos interessados. (Arquivo Do Tribunal De Justiça Do Maranhão/Inventário de Ana Joaquina Jansen Pereira Leite/Requerimento Cinco De Dezembro De 1873).

Diante do exposto, diversos conflitos emergiram em decorrência da partilha dos bens de Ana Jansen. Entre eles, destacam-se acusações de que os filhos do primeiro relacionamento não teriam direito à herança, por serem frutos de uma união extraconjugal considerada, à época, como um caso de “adultério” entre Ana Jansen e Isidoro Rodrigues Pereira. Observa-se, ainda, que os filhos tidos como ilegítimos receberam uma quantia inferior à dos demais herdeiros, em clara contrariedade à vontade expressa da mãe em seu testamento, no qual solicitava a divisão igualitária de seus bens entre todos os filhos.

Chama atenção, ainda que de forma indireta, o desrespeito à vontade de Ana Jansen, cujos desejos foram corrompidos por interesses econômicos e pessoais. Tal situação evidencia não apenas os conflitos familiares e patrimoniais, mas também a fragilidade da autonomia feminina no século XIX, quando as vontades das mulheres, mesmo aquelas com prestígio social e poder econômico, podiam ser invalidadas ou ignoradas diante das estruturas patriarcais e dos interesses de terceiros.

Tabela 1 - Relação de filhos de Ana Jansen

Filho Legítimos	Filhos Naturais
Coronel Isidoro Jansen Pereira	Dr. Manoel Jansen Pereira
Major Joaquim Jansen Pereira	Dr. Francisco H. Jansen Vieira de Melo
Bacharel Bruno Jansen Pereira	Joaquina H. Jansen de Melo
Capitão Anastácio Jansen Pereira	Maria Ludgera Jansen de Melo
Angela Jansen Pereira	Luís Venâncio de V. Vieira de Melo
Anna Augusta Jansen Pereira	

Fonte: Sampaio (2015, p. 77); Sampaio, Gomes e Porte (2017, p. 70).

Ana Jansen reconheceu todos os filhos que teve fora do casamento, atribuindo-os à alegada “fragilidade” feminina, comum no discurso da época. Adicionalmente, ela justificou que os filhos foram criados em outras casas por questões de decência. Ao todo, teve 11 filhos, sendo 7 homens e 4 mulheres.

Essa postura era necessária devido às pressões sociais enfrentadas por mulheres de sua posição, especialmente em uma sociedade que não via com bons olhos o fato de uma mulher ser mãe fora do casamento. Logo, Ana Jansen, em um primeiro momento, negou a existência de seus filhos provenientes de relacionamentos extraconjogais para preservar a imagem de mulher recatada, sustentando uma falsa aparência de moralismo e reprimindo publicamente os prazeres sexuais. Naquele período, acreditava-se que as mulheres eram indiferentes ao desejo sexual, algo que se associava exclusivamente aos homens.

Nesse aspecto, a atitude de Ana Jansen é vista por Abrantes e Santos (2011) como uma manobra estratégica para manter as aparências. Embora considerada um “mau exemplo” pela sociedade, as mulheres da elite, assim como aquelas das classes mais baixas, utilizavam-se de artifícios para exercer sua sexualidade. Porém, a liberdade sexual feminina era intolerável, sobretudo em um contexto marcado pelo surgimento do ideal romântico e pela crescente crítica aos casamentos arranjados pelas famílias, sem o consentimento dos noivos (ABRANTES; SANTOS, 2011).

Essa visão, de acordo com as autoras, é marcada por essa noção de que a mulher era, antes de tudo, um reflexo do ideal de maternidade e pureza, esse discurso oriundo de prerrogativas religiosas e científicas do século XIX idealizou e padronizou o modelo de mulher ideal, limitada aos espaços domésticos (ABRANTES; SANTOS, 2011, p. 53).

Ana Jansen, além de cumprir os papéis tradicionais destinados às mulheres da época, precisou adotar posturas típicas dos homens ao assumir a chefia da família, um direito garantido pela lei às viúvas. Para sobreviver e proteger interesses, ela teve que atuar em esferas

tradicionalmente vedadas às mulheres, como os negócios e a administração familiar. No entanto, a política era um espaço particularmente restrito, em que a participação feminina era inadmissível. As mulheres não eram consideradas formalmente como cidadãs e, por isso, não tinham permissão legal para ocupar posições que influenciavam diretamente a condução da sociedade. Contudo, mesmo com as limitações, Jansen estava presente nas discussões políticas e nos bastidores.

Além disso, ao refletir sobre as representações⁹ das mulheres no Maranhão oitocentista, é fundamental reconhecer, em primeiro lugar, as distorções frequentemente presentes ao se associar a ideia de uma hegemonia feminina homogênea. Já salientamos que essa visão é equivocada. A distinção entre essas mulheres no século XIX começa, sobretudo, pela hierarquia social, que determinava posições e papéis, mas também por subjetividades, já que nenhum ser humano é idêntico. Cada mulher, inserida em diferentes contextos e relações de poder, vivenciava de forma singular a condição social, familiar e política. Todavia, algo em comum estava presente: o patriarcalismo. Embora algumas conseguissem burlar esse sistema, ainda assim estavam imersas nessa estrutura.

Podemos perceber essa perspectiva nas imagens criadas sobre as mulheres em seu cotidiano. As generalizações nos discursos e representações das mulheres brancas eram quase uniformes, muitas vezes retratando-as como ociosas, confinadas ao lar, sem outra função além de supervisionar e dar ordens aos escravizados. Michelle Perrot (2019) ressalta que esses discursos e imagens são, na maioria das vezes, construídos a partir da fala dos homens. De forma semelhante, Françoise Frontisi-Ducroux (1979) reforça essa ideia ao afirmar que é quase impossível captar o verdadeiro olhar das mulheres, uma vez que suas representações são, em grande parte, uma elaboração do imaginário masculino.

Segundo Hahner (1978), grande parte das imagens e estereótipos sobre as mulheres das elites está vinculada às visões dos estrangeiros, que traziam consigo preconceitos enraizados nas culturas de origem. Entre os relatos desses viajantes, Hahner destaca a figura de John Luccock:

Em 1808, Luccock comentou caoticamente sobre o envelhecimento prematuro das mulheres da elite carioca, seu constante mau humor e crescente ganho de peso. Aos

⁹ O conceito de *representação* aqui aproxima-se do proposto por Roger Chartier, em que a representação está interligada à realidade, sendo esta informada e incluída por meio de discursos, práticas e objetos culturais. Nesse sentido, Chartier entende a representação como um processo no qual o significado é negociado, construído e reconfigurado em diferentes contextos históricos e sociais. Para ele, as representações não são meros reflexos da realidade, mas formas de produzir e organizar conhecimento, influenciar percepções e construir identidades. Chartier ressalta como as representações moldam nossa compreensão do mundo e as relações de poder presentes (CHARTIER, 1990). Da mesma forma, concordamos com o conceito de *poder simbólico* desenvolvido por Pierre Bourdieu, que demonstra como o poder não se manifesta apenas de forma física ou coercitiva, mas também de forma simbólica, por meio de representações que moldam as relações de dominação. (BOURDIEU, 1989).

13 ou 14 anos, meninas atraentes com “ar vívido e risonho” eram obrigadas a assumir “os cuidados de um lar”. Aos 18, “a natureza da mulher brasileira já atingiu sua maturidade completa. Alguns anos depois ela se torna corpulenta e inclusive difícil de lidar [...] e aos 25, ou 30 no máximo, ela se torna uma velha perfeitamente enrugada.” O observador estrangeiro atribuiu essa deterioração aos hábitos de reclusão e ao ócio, argumentando que as mulheres “eram raramente vistas fora de casa, exceto quando na missa[...]. O exercício que essas senhoras fazem é quase completamente confinado ao lar [...]. Elas são cercadas de escravos e têm o privilégio de ter todos os seus da época, podemos ver na corpulência das senhoras e na sua falta de ocupação sinais de alto status: acesso à comida em abundância e poder para delegar o cumprimento de tarefas e outras pessoas (HAHNER, 1978, p. 53).

Esses relatos contribuíram, por muito tempo, para perpetuar a ideia de que as mulheres brasileiras do século XIX estavam confinadas. Essa visão estigmatizou muitas mulheres do passado. Contudo, hoje podemos observar que esses estereótipos não eram aplicáveis de forma universal a todas as regiões e contextos sociais. Logo, o que podemos afirmar é que os comportamentos femininos variavam conforme a classe social. As pressões que cercavam as mulheres da elite expressavam as normas do período no que se refere à honra feminina, visto que características como pureza sexual e recato eram altamente valorizadas.

Por outro lado, essa realidade não se aplicava a todas as mulheres. As mais vulneráveis, principalmente as das camadas populares, não tinham os mesmos recursos para se defender. Nesse caso, é viável perceber que a honra feminina e familiar estava intimamente ligada à hierarquia social. Embora essas mulheres estivessem cientes dos códigos morais da época, dificilmente conseguiam aderir a esses comportamentos devido, sem dúvida, às condições sociais. Seria possível, por exemplo, que uma mulher escravizada seguisse esses padrões de comportamento? Muito provavelmente, não.

Ademais, as imagens construídas e disseminadas pelos estrangeiros nem sempre refletiam com precisão a realidade das mulheres de famílias privilegiadas. Algumas dessas mulheres não apenas administravam propriedades, mas também assumiam a liderança de suas famílias, desempenhando papéis centrais no exercício do poder.

Nesse escopo, Hahner (1978), Abrantes e Santos (2011) concordam que esses atributos eram exigidos das mulheres da elite. No entanto, a ideia de que as mulheres eram ociosas é equivocada. A historiadora Marize Helena de Campos, na obra *Senhoras donas* (2010), desconstrói tal visão ao investigar testamentos de mulheres da elite colonial maranhense. A pesquisa aprofundada por ela foi essencial para desmantelar essas imagens estereotipadas.

Além disso, um exemplo claro da atuação dessas mulheres em suas ações cotidianas, contrapondo-se aos discursos que as tratavam como sujeitos subalternos e secundários, pode ser encontrado no artigo de Maria de Lourdes Monaco Janotti, intitulado *Três mulheres da elite maranhense* (1995), no qual a autora examina a trajetória de D. Marta Abranches, Emília

Branco e Ana Jansen. O estudo investiga como essas mulheres se integraram ao jogo de poder no Maranhão oitocentista, vivenciando e influenciando transformações no país, atuando como agentes ativas dessas mudanças.

Ana Jansen, na primeira metade do século XIX, testemunhou profundas transformações na província e na capital. Esse momento foi marcado por um crescimento urbano acelerado, intensos conflitos políticos, revoltas sociais e uma economia que oscilava entre fases de glória e instabilidade. A inserção de Ana Jansen no contexto socioeconômico foi crucial para consolidar a posição dela no jogo de poder, sobretudo durante as lutas do período regencial. Notavelmente, essa fase foi particularmente favorável às classes dominantes, destacando-se as famílias da elite, como os Jansen, que desempenharam um papel central na definição e conquista do espaço político e econômico da sociedade maranhense.

Por fim, Ana Jansen estabeleceu uma relação de poder significativa em sua vida privada, especialmente na educação de seus filhos, que posteriormente consolidaram carreiras de prestígio em espaços públicos, bem como na administração dos bens da família. Nesse ambiente, esse papel foi crucial para que ela pudesse, eventualmente, exercer influência nos eventos políticos da sociedade maranhense, o que resultou, entre outras coisas, em prestígio e notoriedade para a família naquele contexto. A maestria do seu poder começa com a centralidade na educação dos filhos, oferecendo as oportunidades que as famílias de elite podiam proporcionar.

O desenvolvimento do Maranhão no século XIX foi impulsionado, em parte, pelo letramento de sua elite, que buscava se afirmar como uma sociedade erudita e civilizada. Para isso, era comum que muitos jovens maranhenses fossem enviados para estudar na Europa, principalmente na Universidade de Coimbra. Entre esses jovens estavam os filhos da elite local, como Isidoro Jansen Pereira e Manuel Jansen Pereira, ambos filhos de Ana Jansen, além de figuras de destaque como o poeta Gonçalves Dias. Para aqueles que não tinham condições financeiras de arcar com os custos de estudar no exterior, o governo da província oferecia financiamento, com a contrapartida de que os beneficiados deveriam trabalhar durante três anos gratuitamente para a Província. As leis e decretos da Província do Maranhão de 1849, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Maranhão, detalham como funcionava esse sistema de financiamento educacional. De fato, esse período ficou conhecido como “Atenas brasileira”.

Na sua tese de doutorado, intitulada *A Athenas equinocial: A fundação de um Maranhão no Império brasileiro* (2009), o professor Henrique de Paula Borralho aborda a sociogênese do Maranhão e a busca por reconhecimento e identidade, questionando, assim, a construção de

uma identidade regional associada à Grécia clássica. Borralho menciona que essa idealização da cultura clássica contribuiu para moldar uma sociedade maranhense profundamente eurocêntrica e excludente, reforçando preconceitos e hierarquias sociais ao valorizar referências culturais europeias como modelo de civilização e erudição.

Os maranhenses e aqueles que participaram da ereção do epíteto da Athenas Brasileira têm em comum com os forjadores da civilização ocidental o caráter racista e preconceituoso, pois tal como na Grécia Clássica, escravista, em que culturas como as afro-asiáticas tiveram papel predominante na sua formação e ainda assim foram sistematicamente negligenciadas, no Maranhão, imerso na escravidão, a fundação de uma província com características específicas, dotada de figuras “geniais”, privilegiou aspectos europeizantes em detrimento dos africanos e indígenas. Esta escolha foi consciente.

Em uma ilha a 2º graus do Equador, em uma sociedade ensimesmada, entrópica, envolta numa guerra civil de proporções como a Balaiada (1838-1841), ao longo do período imperial, algumas lideranças intelectuais e políticas encontraram no referencial grego uma “resposta” ao caos provocado por essa guerra, ao mesmo tempo em que costuraram uma articulação política entre o emergente estado imperial brasileiro e a recém-formada província do Maranhão, outrora Estado de vastas dimensões territoriais.

A Athenas Brasileira, além do seu caráter racista e preconceituoso, é também uma “resposta”, tal como foi o Renascimento para as sociedades que eram paralelas à Europa, ante o “isolamento” geográfico, cultural, político do Maranhão, mas sobretudo dos habitantes da ilha de São Luís. O Maranhão, tal como sua capital, é quase também uma ilha, exceto pela ramificação da Serra do Gurupi.

O comportamento insular de alguns habitantes da São Luís oitocentista é coadunado, por um lado, pela auto-referenciação de seus costumes, das práticas cotidianas de moradores que, olhando por sobre a baía de São Marcos, enxergavam um horizonte distante da velha Europa e de outros centros do Brasil como o Rio de Janeiro; por outro lado, pela busca incessante de ligação desse mesmo horizonte com a Europa e com outros centros do Brasil. Esse suposto “isolamento” da corte tornava o Maranhão mais próximo a Portugal (BORRALHO, 2009, p. 3).

Como agente e produto de sua cultura social, Ana Jansen desempenhou um papel ativo ao financiar e incentivar a educação dos filhos. Embora o financiamento de estudos no exterior fosse uma prática presente na sociedade maranhense, vale ressaltar que nem todos tinham acesso a essa oportunidade. Aqueles que conseguiam estudar fora, ao retornarem ao Brasil, notavelmente ao Maranhão, desfrutavam de grandes chances de ocupar cargos no governo. Esse cenário, inclusive, aplicava-se aos filhos e parentes de Ana Jansen, que se beneficiaram dessa estrutura social para ascender politicamente, o que, mais tarde, influenciaria a atuação na política.

Em adição a isso, num panorama de intenso crescimento urbano e de busca pelo prestígio de uma sociedade civilizada, o Maranhão, principalmente em São Luís, passou por grandes transformações, especificamente na segunda metade do século XIX. As melhorias urbanas incluíram a organização dos serviços públicos, o embelezamento da cidade e a promoção da higiene. Com efeito, o aumento populacional exigia maior controle sobre o espaço público e os habitantes, sobretudo os escravizados e os pobres livres, para que estes

contribuísssem para a imagem de uma sociedade refinada, seguindo os moldes europeus. Para atender a essa necessidade, foram criadas leis de postura que normatizavam o comportamento e a convivência nos espaços públicos.

Jomar Moraes (1989), em *Guia de São Luís do Maranhão*, realça o crescimento urbano e suas consequências, como o aumento das demandas por serviços básicos, incluindo o abastecimento de água. No período, a água potável era retirada diretamente de poços e nascentes pela população ou distribuída por aguadeiros que a vendiam em pipas transportadas por carroças. Segundo a historiografia, Ana Jansen controlava grande parte desse comércio, utilizando os escravizados para buscar água nas fontes do Apicum e Vinhas, lucrando com a venda. Dessa maneira, podemos elucidar a primeira atuação em espaços públicos, conforme as historiografias, a partir de sua monopolização do sistema de água em São Luís do Maranhão.

Além disso, os jornais da época evidenciavam o atraso e a insatisfação da população com a poluição e a precariedade do abastecimento de água potável, refletindo os desafios enfrentados pela cidade em meio ao processo de urbanização e modernização. De acordo com Abrantes (2014):

Em 1850 o governo provincial foi autorizado a incorporar uma companhia que se encarregasse de canalizar as águas do rio Anil para o abastecimento de São Luís. O projeto foi entregue ao jovem engenheiro Teixeira Mendes, formado em Paris, que assinou em 1856 o contrato para instalação da Companhia das Águas do Rio Anil. A companhia concluiu seus trabalhos em 1862, tendo recebido uma concessão de 60 anos para a venda de água na capital (ABRANTES, 2014, p. 42).

Para sanar o problema do abastecimento de água que afetava a província, o governo provincial autorizou a criação de uma companhia de água. A iniciativa enfrentou forte oposição, especialmente de Ana Jansen, que via a medida como uma ameaça aos seus interesses comerciais, pois era uma das principais fornecedoras de água na região. Logo, após a instalação da companhia, ela foi alvo de repetidos ataques, que resultaram na contaminação e deterioração do serviço, levando à sua decadência. Como consequência, o projeto de canalização foi interrompido e a população permaneceu dependente dos métodos tradicionais de abastecimento.

No decorrer da vida, Ana Jansen manteve o controle sobre o comércio de água na capital. Somente em 1874, o poder público fez uma nova tentativa de modernizar o sistema, inaugurando a Companhia das Águas de São Luís. Entretanto, a iniciativa não resolveu o problema de forma definitiva, pois beneficiava principalmente a elite econômica da cidade (ABRANTES, 2014, p. 43).

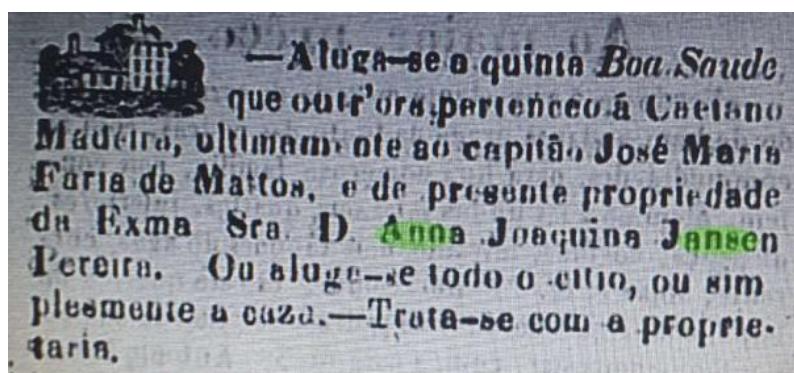
Nessa perspectiva, podemos perceber que, enquanto Ana Jansen esteve ativa, o monopólio do sistema de água continuava em suas mãos. Isso se alinha à clássica noção de

poder de Max Weber, que define o poder como “poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1984, p. 43). Desse modo, o controle de Ana Jansen sobre o abastecimento de água é uma demonstração de como ela conseguiu impor à vontade em um contexto de oposição e mudança, usando o poder econômico, político e artimanhas para resistir à interferência do governo provincial e manter seu monopólio.

Ana Jansen, além de deter o monopólio sobre o sistema de abastecimento de água em São Luís, liderou diversos outros negócios que não apenas aumentaram sua riqueza, mas também fortaleceram sua influência na sociedade e ampliaram seu reconhecimento. Entre os negócios que Ana Jansen administrava, estava o aluguel ou a venda de algumas de suas propriedades, o que gerava um bom capital de giro e lucros. Nos periódicos do século XIX, essas atividades eram frequentemente mencionadas, e um dos principais jornais a abordá-las foi *O Publicador Maranhense*.

Sendo um jornal de cunho oficial, ele circulava três vezes por semana até 1862. Constantemente, trazia anúncios de aluguel ou venda dessas propriedades, além de anúncios de escravizados fugitivos ou de outras vendas que, embora não estivessem diretamente relacionadas a Ana Jansen, mencionavam suas propriedades como referência. Através dessas menções, podemos concluir sobre sua relevância e os poderes que exercia na sociedade. Vejamos alguns anúncios:

Figura C - Anúncio de aluguel de casas da Ana Jansen



Fonte: Hemeroteca Nacional/ Jornal Publicador Maranhense, terça-feira, 10 de agosto de 1858.

Outra entre as diversas propriedades de Ana Jansen que chamaram a atenção da sociedade foi, em especial, aquela envolvida em uma transação com o governo provincial. Essa propriedade, localizada na Rua do Quebra Costas, foi alugada para a Tesouraria Provincial por um período de dez anos, destacando-se pela relação direta com o poder público e reforçava a influência de Ana Jansen nos negócios da época. Mais uma vez, o jornal *Publicador*

Maranhense trouxe essas informações, características de suas publicações externas a anúncios de vendas, aluguéis e assuntos relacionados ao governo provincial. A seguir, destacamos a notícia:

D. Anna Joaquina Jansen Pereira o aluguel de uma casa de sua propriedade na rua do Quebra Costas pelo espaço de dez anos a rasão de 750\$ rs. Annuas, para onde foi transferida a dita Repartição depois de haver a proprietária feito todos concertos e acomodações exigidas pelo respectivo Inspetor e confio que dareis a esse acto da Presidencia o vosso assentimento consignando na lei do orçamento a quantia necessária para pagamento do aluguel. (*Publicador Maranhense*, 04.10.1844. n. 867 p. 04).

O aluguel gerou grande repercussão na época, inclusive entre aqueles que não compartilhavam simpatias políticas ou demonstravam estranhamento diante das projeções de poder exercidas pela família Jansen. O jornal *A Revista* foi um dos periódicos que mais atacaram a família, tendo como redator Sotero dos Reis, que era conhecido pelos Jansen como 'Gavião Mucura Sotero' (*Jornal Guajajara*, 13.04.1840, n. 4, p. 14). Em suas publicações, Sotero dos Reis ironizava a situação, insinuando que Ana Jansen já havia deixado claro, de alguma forma, que sua família não dependia de nenhuma ação do Estado.

Vejamos a notícia escrita por ele:

Traz-nos á memoria este ticto do Correio certo facto recentissimo, acontecido entre nós. Umpredio que possué a Sra D. Anna Jansen na rua do Quebra-Costas, e acostumava a alugar-se por 4000:0000 por anno, acaba de ser alugado pelo para assento do Thesouro propincial, por 10 anos, á rasão de 750:000 por anno, com a condição, segundo na informação, de serem todas as acomodações e reparos precisos para o estabelecimento da reparticipação e conservação do mesmo prédio, feitos á custa da fazenda, e de não ser tesouro transferido d'ahi para outro edificio que não seja publico! [...] No prédio do Snr. Fereira ficava o Thesouro muito mais bem acomodado tanto no respeita a sitio como no edifício, e poupavão-se certamente á gasenda bons 3:500\$000 reis em acomodações e reparos, mas como o proprietário não é potencia eleitoral, não foi aceito o seu offerencimento, alias razoável. Assim se economisão os dinheiros públicos! Mas que importa isso? Os Jansen não vivem do Estado. (*A Revista*, São Luís, n. 265, 20 dez. 1844, p. 3).

A citação evidencia as críticas direcionadas a Ana Jansen e sua influência nas negociações políticas e econômicas da época. O trecho da *Revista* (1844) sugere um possível favorecimento político no contrato de aluguel de um prédio de sua propriedade para o Tesouro Provincial. Além do valor elevado do aluguel, as reformas e a segurança do imóvel seriam custeadas pelo erário público. No entanto, o jornal também apresenta uma informação contraditória, comparando anteriormente no periódico *Publicador Maranhense* (1844), que Ana Jansen seria a responsável por todos os reparos. Essa discrepância torna difícil determinar a verdade dos fatos ou identificar possíveis interesses por trás das narrativas, evidenciando um cenário de intensos conflitos e disputas por poder. Além disso, a menção ao prédio do "Snr. Ferreira", que oferece melhores condições por um valor mais vantajoso, reforça a ideia de que a decisão foi guiada por interesses políticos, e não por critérios econômicos ou práticos.

Esse episódio ilustra como Ana Jansen operou nos bastidores dos poderes, utilizando sua rede de influências para obter benefícios financeiros e políticos. Para além do interesse econômico óbvio, a manobra também demonstra o domínio que ela exerceu sobre as decisões administrativas, sendo capaz de direcionar políticas públicas para favorecer seus interesses pessoais.

A crítica final, que sugere que “os Jansen não vivem do Estado”, revela a percepção pública de que, apesar das evidências de favorecimento, a família se apresentava como autossuficiente, o que poderia ser visto como uma tentativa de camuflar sua dependência das estruturas estatais para manutenção de seu status e sua relação com o clientelismo muito característico do século XIX.

Outras menções ao nome de Ana Jansen no jornal *Publicador Maranhense* estão relacionadas a vendas e comercializações de produtos em frente de alguma das suas propriedades. Isso possivelmente ocorreu devido à sua notoriedade na sociedade da época, facilitando a localização e a identificação dos espaços referenciados.

Observe-se a seguinte notícia, que exemplifica esse contexto.

Attenção, No estabelecimento de Luis Ferreira Pimenta, vende-se os seguintes gêneros à saber: vinho fino do porto, em garrafas de diversas qualidades, dito de Lisboa, vermut, absinto, marasquino, latas de biscuitos de diversas qualidades, doces de calda em latas, chá muito superior, chocolate, queijos frescos, churutos da Bahia muitos finos, tudo vende-se por preços razeavets na rua Grande n. 13 defronte da Exmo Sra D. Anna Jansen (*Publicador Maranhense*, 27.02.1867. n 48, p. 3) (grifo no original).

É percebido o destaque de Ana Jansen na sociedade oitocentista por meio das notícias da época, seja em menções relacionadas à venda e aluguel de imóveis ou na referência a suas propriedades como pontos de localização e identificação.

Uma outra notícia que nos chamou a atenção e que está diretamente relacionada aos fatores mencionados anteriormente sobre a influência de Jansen diz respeito à dualidade na forma como a sociedade da época articulava a concepção da Igreja e seus ensinamentos, especialmente no que se refere às mulheres. Ao mesmo tempo, revelaram como determinadas situações associadas a essas percepções também puderam representar projeções de poder exercidas pelas senhoras da elite maranhense no século XIX.

A prática religiosa sempre esteve enraizada na vida social do Maranhão desde os seus primórdios. No século XIX não foi diferente. A Igreja Católica se posicionava como uma autoridade superior aos poderes terrenos, regulando a vida de cada indivíduo. Como destaca Fadigas (2021, p. 112), “O número de igrejas e clérigos existentes em São Luís do Maranhão tornou-se presente e visível aquele poder, que a sociedade aceitava por tradição e temor.”

A frequência dos atos religiosos era uma obrigação que resultava mais de uma

imposição social que de um fervor religioso; mas nem por isso deixaria de contribuir para a manutenção e reforço da presença religiosa como expressão do domínio do poder clerical sobre uma sociedade que se preocupava, acimade tudo, com os seus negócios. A prática religiosa funcionava, deste modo, como um seguro para garantir no céu, após a morte, uma recompensa que afastasse o terror dos infernos. Aliás, a promessa de uma recompensa post mortem era uma das formas utilizadas para alimentar o fervor religioso; mesmo que ele fosse às vezes, mais aparente que real. (FADIGAS, 2021, p. 112).

Nesse período, a Igreja Católica exerceu um papel fundamental na orientação e condução da vida das pessoas, incluindo Ana Jansen, que era devota de Santo Antônio. No registro de seu óbito, *o Publicador Maranhense* anunciou que seria celebrada uma missa em sua memória na Igreja de Santo Antônio, no dia 17 de abril de 1869.

Antes de seu falecimento, Ana Jansen esteve constantemente presente na vida religiosa, não apenas participando das missas, mas também contribuindo financeiramente para igrejas, cemitérios e instituições de amparo social. Um exemplo disso foi o apoio à Casa dos Expostos, que acolhia crianças em situação de vulnerabilidade.

Segundo Desilson Pinheiro (2023), no Brasil, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia teve um papel fundamental no acolhimento e na educação de crianças abandonadas. Fundada em Portugal em 1498, esta instituição de caridade cristã se expandiu para diversas regiões sob o domínio da Coroa Portuguesa. Seu objetivo era prestar assistência às mais vulneráveis, incluindo pessoas em situação de pobreza, crianças, mulheres, prisioneiros e enfermos.

Nesse contexto, a Casa dos Expostos foi criada no âmbito da Santa Casa de Misericórdia para acolher crianças abandonadas, garantindo-lhes cuidados e educação. Além dela, havia outros estabelecimentos com finalidades semelhantes, que, segundo Pinheiro (2023), eram caracterizados como instituições de caráter “caritativo”.

A relação de Ana Jansen com a Casa dos Expostos é mencionada em uma publicação do *Publicador Maranhense* de 1848, que registra sua contribuição financeira para a assistência da instituição. No entanto, a conexão remonta a um período anterior. No testamento de seu primeiro cônjuge, Isidoro Rodrigues Pereira, consta a doação de 2:000\$000 réis para a construção da roda dos enjeitados. Essa informação é corroborada tanto por César Marques, no seu livro *Dicionário Histórico e Geográfico* (1870), quanto pela própria fonte testamentária.

Nesse contexto, toda pessoa que contribuía com doações, esmolas ou promovia eventos para arrecadação de recursos em benefício dos serviços de caridade das misericórdias era conhecida como benfeitor. Como forma de agradecimento, esses colaboradores muitas vezes recebiam reconhecimento público, inclusive na imprensa. Além disso, as misericórdias costumavam exibir em uma sala um quadro com os nomes dos benfeiteiros, conferindo-lhes

prestígio e reconhecimento por suas contribuições à instituição (PINHEIRO, 2023).

Contudo, mesmo com a iniciativa de ajudar os mais necessitados, esse estabelecimento enfrentava crises constantes, tanto devido a dificuldades financeiras quanto a problemas administrativos. Nesse sentido, Pinheiro (2023) ressalta que a Casa dos Expostos passou por diversas dificuldades econômicas, apesar do apoio de alguns benfeiteiros. Essas crises estavam diretamente relacionadas à conjuntura econômica do Maranhão, especialmente às oscilações do setor agroexportador. Como consequência dessas dificuldades administrativas e financeiras, a continuidade dos serviços assistenciais prestados aos chamados "expostos" ou "enjeitados" tornou-se cada vez mais desafiadora.

Diante dessas instabilidades, é possível supor que a instituição precisou passar por constantes mudanças, tanto internas quanto externas. Talvez por esse motivo, o *Publicador Maranhense*, a pedido da Santa Casa da Misericórdia, tenha publicado em 1848 notícia agradecendo às senhoras que contribuíram para a reconstrução da Casa dos Expostos.

Observem a notícia:

Publicação a pedido. Tendo chegado ao conhecimento da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericordia por intermédio do Irmão Inspector a relação abaixo transcripta das Senhoras que concorrerão com esmolas para ajudar-se a reconstruir a casa dos Expostos, manda publicar pela imprensa os nomes das mesmas Senhoras para conhecimento do publico, aproveitando este meio para dar-lhe um testemunho de seu reconhecimento por aquelle beneficio prestado ao estabelecimento [...] D. Anna Joaquina Jansen Pereira 21 milheiros de telhas. (Publicador Maranhense, terça feira 21 de março de 1848. p. 4).

O ato de caridade ao ajudar o próximo está profundamente vinculado “aos mandamentos de Jesus Cristo”, remetendo à dimensão espiritual que motiva as pessoas a praticarem a solidariedade. No século XIX, em particular, o cristianismo permeou amplamente a sociedade, influenciando valores e comportamentos. Nesse sentido, Cláudia Tomascheweski (2007) corrobora essa perspectiva em sua dissertação, reforçando a relação entre a fé cristã e as práticas de assistência aos mais necessitados.

Durante o século XIX, os textos são sempre no sentido de uma caridade que teria seus méritos no céu e daria prestígio entre os homens; uma caridade que se funda na miséria extrema, no socorro dos pobres que somente com ajuda de mãos tão piedosas poderiam suportar seu sofrimento na terra. (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 144).

Embora a concepção religiosa de ajudar os mais necessitados tenha um fundamento real, acreditamos que, de fato, havia um forte vínculo com a espiritualidade e a crença de que essas ações poderiam aproximar os indivíduos da vida eterna ao lado de Deus.

Prova disso é que, ao analisarmos alguns testamentos do início à metade do século XIX, percebemos que a prática de deixar esmolas para igrejas e até mesmo para escravizados reflete essa busca por piedade divina e a esperança de alcançar a glória para a alma.

No entanto, seria ingênuo supor que, mesmo em um século profundamente influenciado pela religiosidade, essa fosse a única motivação por trás das práticas assistenciais. Outros interesses, como status social, prestígio e reconhecimento público também desempenhavam um papel significativo.

Esse contexto nos leva à Ana Jansen, que não perdia oportunidades para conquistar visibilidade e respeito na sociedade. Suas ações assistenciais poderiam contribuir para tal projeção, especialmente porque, com frequência, essas iniciativas eram divulgadas na imprensa. Isso também evidencia a transformação de sua imagem: de “costureirazinha” a uma senhora influente que se envolvia em causas públicas.

Segundo, Pinheiro (2023) é importante destacar que, em geral, aqueles que faziam parte da mesa administrativa das instituições assistenciais eram convidados e precisavam ter recursos financeiros. Esse não era o caso de Ana Jansen, pois, sendo mulher, ela não poderia ocupar tais posições. No entanto, sua atuação como benfeitora existiu, especialmente por suas doações, incluindo a contribuição para telhados um elemento que curiosamente fazia parte de um dos negócios que ela administrava.

Outro ponto relevante é que as ações filantrópicas realizadas por mulheres se tornaram mais expressivas no século XX. Embora este não seja o foco principal de nossa investigação, os trabalhos bibliográficos consultados não indicam a atuação de mulheres, nesse período, em iniciativas benficiais voltadas para os estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia. Porém, acreditamos que outras fontes, assim como a aqui analisada, possam revelar novas evidências sobre essa participação feminina na beneficência da época.

As ações de Ana Jansen em prol da sociedade não se restringiram a iniciativas isoladas. Mais uma vez, as fontes pesquisadas indicam que a sua busca por notoriedade estava diretamente ligada ao poder econômico, um fator que não apenas consolidava seu reconhecimento, mas também assegurava sua participação nas principais discussões e iniciativas de solidariedade voltadas às causas públicas da sociedade oitocentista.

Um exemplo significativo desse envolvimento foi a contribuição para a construção do Cemitério dos Passos, demonstrando seu papel ativo em projetos de impacto social da época.

A mesa da irmandade do Senhor Jesus dos Passos manda publicar os nomes dos Irmãos fundadores actuaes do Cemiterio da mesma Irmandade, que são os os seguites:
 Dt sucessor de José Antonio Rodrigues
 Antonio Gonçalves d' Oliveira
 Antonio Pedro dos Santos
 Antonio Marcolino Da costa
 Antonio Rodrigues das Neves
 [...] D.Anna Joaquina Jansen Pereira (PUBLICADOR, quinta-feira 24 de maio de 1849 n.810, p.04)

Portanto, como era costume, essas instituições filantrópicas dependiam de doações e apoios financeiros para sua criação e manutenção. Com o Cemitério dos Passos a situação não foi diferente. No entanto, o que diferencia essa iniciativa em relação à Casa da Misericórdia é que, nessa publicação, Ana Jansen aparece como a única mulher mencionada entre os benfeiteiros.

Esse fato é significativo, pois evidencia sua inserção em espaços tradicionalmente dominados por homens, reforçando uma posição de influência na sociedade oitocentista. Sua atuação não se limitava apenas à caridade, mas também à consolidação de sua imagem como figura pública de prestígio.

Além disso, essa presença exclusiva pode indicar tanto o reconhecimento de sua capacidade de mobilização quanto as limitações impostas às mulheres da época, ao menos no que diz respeito à participação em instituições filantrópicas formais. Ainda assim, Ana Jansen se destacou, utilizando suas contribuições como estratégia para se manter visível e influente nos círculos sociais.

Dessa forma, sua atuação na construção do Cemitério dos Passos não apenas reafirma o papel como benfeitora, mas também sugere uma estratégia de afirmação social, em que a filantropia se tornou um meio de legitimar sua posição.

De fato, o Cemitério dos Passos, assim como o Cemitério da Santa Casa da Misericórdia, foi um dos primeiros a ser construído em São Luís do Maranhão. De acordo com Agostinho Júnior Holanda Coe (2015), a criação desses cemitérios estava diretamente ligada à concepção de higienização urbana, uma preocupação crescente na época.

Ao longo do século XIX, vai se desenvolvendo a ideia da higiene urbana em São Luís, difundida por médicos versados em tais práticas. Tal discursão tinha como objetivo dar ao espaço urbano de São Luís “ares de civilidade”. Uma das medidas mais urgentes a serem implementadas era acabar com os sepultamentos realizado dentro das igrejas, considerados a partir daquele momento como uma das causas da recorrência de surtos epidêmicos. Assim, ao longo do século XIX, foi-se amadurecendo o projeto de construção de novos cemitérios na capital longe do ambiente urbano, com o intuito de proteger a população dos “miasmas”, vapores perniciosos advindos principalmente da decomposição de material orgânico, no qual se incluíam os cadáveres. (COE, 2015, p.125).

Dessa maneira, embora os sepultamentos não ocorressem mais dentro das igrejas, os cemitérios continuavam a ser considerados espaços sagrados. A historiadora Cláudia Rodrigues (2005) ressalta que os locais destinados a esse fim, quando situados fora dos templos, deveriam ser estabelecidos sob a orientação da principal autoridade eclesiástica.

Nesse contexto, “os novos locais de sepultamento eram comumente chamados de campos santos” (RODRIGUES, 2005, p. 252-253), o que indica que a participação de Ana

Jansen nesse projeto não se limitou apenas a um ato de caridade, mas também esteve vinculada à religiosidade e ao desejo de prestígio social.

Além do caráter religioso, o Cemitério dos Passos era amplamente associado às camadas mais abastadas da sociedade, diferindo do Cemitério da Santa Casa da Misericórdia, que, embora também recebesse essa população, não se comparava em termos de quantidade de sepultamentos. O aspecto reforça a relação entre poder, status e os espaços de sepultamento na São Luís oitocentista.

Sua criação foi discutida por muitos anos desde a sua ideia central de surgimento até o dia definitivo da sua estalação. As primeiras discussões sobre sua instalação foi de 1834, mas somente por volta de 1841 o cemitério obteve autorização. Todavia, mesmo com autorizações, segundo alguns médicos da época (COE, 2015), não haveria condições para sua abertura, por ser um espaço localizado perto da cidade e assim poderia contaminar a população. A abertura oficial aconteceu somente em 1849.

É provável que outras pessoas, além das mencionadas na publicação do *Publicador Maranhense*, que se referia aos "irmãos fundadores atuais do cemitério", também tenham contribuído para a instalação. Esse registro evidencia o papel fundamental da elite de São Luís nesse processo, especialmente das camadas sociais mais altas, que exerceram influência direta na consolidação do empreendimento.

Essa participação se justifica pelo fato de que, desde sua origem, o Cemitério dos Passos já possuía um público-alvo bem definido: a elite social da cidade, que buscava garantir para si e seus familiares um local de sepultamento condizente com seu status. Um exemplo disso é a própria Ana Jansen, cuja família teve membros sepultados nesse espaço, incluindo ela mesma.

Em relação à derrocada do cemitério, de acordo com o *Publicador Maranhense* (1870), ocorreu por conta da lei que fechou o local.

Vejamos:

Art.1. Fica revogada a lei n. 366 de 24 de lho do ano de 1854, e prohibidos os enterramentos no cemitério da irmandade de Santa Cruz do Senhor Bom Jesus dos Passos sito nas proximidades da fonte publica do Apicum.

Art.2. Fica o presidente da província autoctorisado a desapropriar, desde já, o terreno em que se acha o cemitério da irmandade de Santa Cruz do Senhor Bom Jesus dos Passos, podendo recorrerá á qualquer operação de credito para tal fim, submetendo-a á aprovação d' esta lei, será arrasando o cemitério para ser o terreno plantado de arvores, afim de conservar e melhorar as aguas da sobredita fonte.

&1. Os mausoléus do actual cemitério serão transferidos para o da Misericordia á expensas do Thesouro Provincial, tendo direito os irm~]aos fundadores d'aquele cemitério, e os que tiveram comprado catacumbas e carneiros á iguaes porções de terreno, se o o reclamarem, no da Santa Casa da Misericordia. (PUBLICADOR, quarta feira, 03 de agosto de 1870, n 169, p. 01).

A notícia nos leva a refletir sobre a possível transferência dos restos mortais de Ana

Jansen, conforme aponta a narrativa oral¹⁰, após o fechamento do Cemitério dos Passos. De acordo com essas narrativas, tanto Ana Jansen quanto sua filha, Ana Augusta, foram sepultadas no Convento e Santuário Santo Antônio, na Praça Antônio Lobo, ao lado da Escola Modelo Benedito Leite, no centro de São Luís, Maranhão.

A professora Maria de Lourdes Lauande Lacroix desenvolveu um trabalho notável sobre a história dessa igreja em sua obra *Bom Jesus dos Navegantes: Irmandade & Capela* (2024). No livro, a autora menciona a existência de uma lápide com os nomes de Ana Jansen e Ana Augusta, erguida por Manuel Jansen Ferreira, esposo de Ana Augusta e sobrinho de Ana Jansen, como uma homenagem às duas.

Entretanto, alguns membros da família não tiveram o mesmo destino. Joaquim Pereira Jansen e Manuel Pereira Jansen, também sepultados no Cemitério dos Passos, não tiveram seus restos mortais transferidos. Essa hipótese se torna plausível ao observarmos que Isidoro Jansen Pereira, filho de Ana Jansen que faleceu alguns anos depois, foi sepultado na mesma freguesia, ainda que, naquele período, os sepultamentos dentro de igrejas já não fossem comuns.

Diante dessas possibilidades, resta uma dúvida: Ana Jansen realmente foi transferida para a Igreja de Santo Antônio ou seu destino foi o novo cemitério da Santa Casa de Misericórdia? A autorização oficial para a remoção dos restos mortais do Cemitério dos Passos para esse novo espaço reforça essa incerteza, tornando o destino final de Ana Jansen um mistério ainda a ser desvendado.

É evidente que grande parte das iniciativas de Ana Jansen no prol da sociedade estavam diretamente vinculadas ao seu poder econômico e à sua influência, fatores que lhe garantiam mecanismos de permanência inseridos no jogo político da época. Seus recursos financeiros e o controle que exerceram sobre determinados setores foram fundamentais para consolidar sua presença nos espaços de poder, um deles foi sua atuação no setor agroexportador.

Conforme Kuznessof (1989), na coleção de leis reais instituídas no período colonial, de 1751 a 1802, há menções à regulamentação dos comerciantes. A partir de 1755, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, determinou-se que os negócios deveriam ser realizados por meio da companhia. Ser comerciante, nesse contexto, deixou de ser algo que prejudicava a titulação da nobreza de uma pessoa e passou a ser visto como uma oportunidade para adquiri-la. Assim, percebe-se como a Coroa incentivava a participação das pessoas nessa

¹⁰ A suposta transferência dos restos mortais de Ana Jansen constitui-se como uma narrativa oral transmitida entre gerações, o que levou a professora Maria Lacroix a mencioná-la em sua obra *Bom Jesus dos Navegantes: Irmandade & Capela* (2024). No livro, embora não haja confirmação documental da transferência, a autora destaca a existência de uma lápide com os nomes, inclusive o de Ana Jansen.

atividade, algo que anteriormente era visto de forma negativa, já que o termo “comerciante” carregava uma conotação depreciativa.

Na província do Maranhão, com a política de expansão agroexportadora promovida por D. José I e seu ministro, o Marquês de Pombal, através da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a região experimentou crescimento em diversas áreas, especialmente na economia. Segundo a professora Regina Faria (2012), um dos principais avanços ocorreu na exportação de algodão e arroz, produtos de destaque nesse período. No século XIX, entretanto, essa dinâmica se desfez por inúmeros motivos. Faria sintetiza algumas dessas causas: "Tais momentos decorrem de fatores múltiplos e diferenciados, tais como: demanda internacional, facilidade de financiamento, disponibilidade de mão de obra e de novas terras, revoltas, guerras e até problemas ecológicos" (FARIA, 2012, p. 41).

Ana Jansen não foi contemporânea ao momento de glória da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. No entanto, ela herdou os benefícios que essa dinâmica deixou aos comerciantes e fazendeiros da época. No âmbito econômico, Jansen se destacou com o cultivo de arroz e algodão, além de comercializar telhas e tijolos na Rua Grande, no Centro da cidade de São Luís, dentre tantos outros negócios na qual Ana Jansen foi protagonista (SAMPAIO; GOMES; PORTE, 2017).

Ser comerciante, especialmente na segunda metade do século XIX, abria portas para a inserção de indivíduos na política, algo que anteriormente era limitado devido à centralização do poder em outros grupos. De fato, com o prestígio alcançado após o auge da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, os comerciantes passaram a ocupar esses espaços, valendo-se de suas riquezas e influência econômica. Como resultado, a construção dos partidos políticos na província do Maranhão contou, em grande parte, com a participação de negociantes. Santos (2021) destaca, entre eles, a influência da família Jansen.

No caso da província do Maranhão, podemos identificar que os partidos eram basicamente compostos por membros de famílias abastadas, provenientes tanto da lavoura de exportação como do comércio. Não era incomum, por exemplo, que famílias de plantadores acumulassem como função econômica as lidas do comércio ao mesmo tempo em que recrutavam sua parentela e clientela para ocupar as funções mais elevadas da administração pública, assim como os cargos eletivos. Uma das famílias que ocupou postos nos três dos mais destacados partidos locais – os Jansen – possuía entre seus membros pessoas que acumulavam todas essas ocupações econômicas (SANTOS, 2021, p. 72).

Dessa forma, sua riqueza no campo econômico conferiu notoriedade e poder à Ana Jansen na sociedade maranhense do século XIX, buscando complementar tal influência à Corte imperial. Um exemplo de sua busca por reconhecimento foi a contribuição de Ana Jansen ao governo imperial durante a Revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

A Guerra dos Farrapos foi a mais longa das revoltas do Império do Brasil, com duração de dez anos, ocorrendo principalmente no Rio Grande do Sul. Sua longevidade representou uma ameaça significativa ao Império brasileiro. Ana Jansen teve uma participação nesse contexto, oferecendo ao à Corte mil arrobas de arroz descascado por ano, com o objetivo de auxiliar na derrota dos “revoltosos da Província do Rio Grande do Sul”. No Arquivo Público do Estado do Maranhão, encontra-se o documento que registra essa ação de D. Ana Jansen, datado de 1841.

Eis a transcrição integral do documento.

Sendo presente a Sua Magestade Imperador o Officio de V. Exa, de 29 de março próximo passado, comunicando que D. Anna Joaquina Jansen Pereira, oferece annualmente ao Estado mil arrobas de arroz descascado e ensacados, em quando durar a guerra com os rebeldes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; (...) e há por bem que V. Exa louve a sobretida D. Anna Joaquina Jansen Pereira a sua generosa dedicação a Causa Pública. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de maio de 1841. (Arquivo Público do Estado do Maranhão/ -Avisos e Ofícios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ao presidente da Província do Maranhão - 1841).

De certo modo, a ação desperta curiosidade ao questionarmos as reais intenções de Ana Jansen ao contribuir economicamente para o enfraquecimento da Revolta Farroupilha. Quais seriam seus verdadeiros objetivos ao apoiar o governo imperial? Estrategista, Ana Jansen talvez tenha conseguido atrair a atenção de todo o Brasil durante esse período, recebendo, inclusive, o reconhecimento do governo imperial. Como evidenciado na transcrição do documento, há um agradecimento oficial por sua contribuição à “causa pública”.

Os periódicos da época frequentemente mencionavam suas iniciativas, tanto de forma positiva quanto pejorativa. No jornal *O Picapaó*, que costumava utilizar suas publicações para atacar a família Jansen, Ana Jansen foi diretamente alvo de críticas. Um exemplo é a edição de 22 de agosto de 1842, em que vemos um ataque direto à sua figura.

E que tal?!! A rainha do Maranhão queria chupar hum baronato, com comendas a hábitos para os filhos, e não sabendo o que fazer de huma porção de arroz velho e podre, e grande parte cuim, ofereceu – a Nação não sabemos quantas arrobas para a Guerra do Sul; arroz que nem os porcos e cavalos querião comer e que lhe commodava a fabrica. Mas a Nação que sofre tudo recebe o arroz podre!!! E sem duvida já estará hum requerimento no Rio, allegando este relevante serviço, da mesma sorte que e e bigorrilhas bem esbofeteado em 8. (*O Picapaó*, 22 de agosto de 1842 p. 03/ Biblioteca Benedito Leite, transcrição integral do documento).

A citação do jornal *O Picapaó* apresenta nuances interessantes que merecem uma análise mais aprofundada. A própria visão de seus opositores sobre Ana Jansen chama atenção. Ela era frequentemente mencionada nesses periódicos, seja por meio de ironias e indiretas, ou, como no caso deste jornal, através de ataques diretos. Em uma época em que as mulheres não eram consideradas cidadãs plenas, por não ocuparem posições de destaque na sociedade, Ana Jansen estava surpreendentemente presente nas discussões e nos principais meios de comunicação da época, mostrando sua relevância no cenário público.

Por outro lado, um elemento que chama atenção é a menção ao baronato, talvez refletindo um desejo anterior a esse acontecimento, no qual Ana Jansen buscava provar que merecia tal reconhecimento. Foi a partir de sua atuação na luta contra as revoltas populares durante o período regencial que a matriarca se convenceu de possuir méritos que pudessem justificar títulos nobiliárquicos, especialmente por sua contribuição à repressão da Balaiaada e da Farroupilha. Em 1843, Ana Jansen solicitou a D. Pedro II o título de Baronesa de Santo Antônio. De acordo com Janotti (1995), ela também pediu a Comenda da Ordem de Cristo para seus filhos Isidoro Jansen e Manuel Jansen, e o Hábito da mesma ordem para Anastácio Jansen, Bruno e Joaquim Jansen. No entanto, seu pedido não foi concedido, nunca se concretizando o almejado título, que lhe conferiria nobreza em âmbito nacional.

Ana Jansen não conseguiu o título de baronesa, mas seu nome e seu poder continuaram a reverberar na sociedade. Uma das principais evidências dessa influência está na imprensa da época que, como já destacamos, frequentemente mencionava seu nome. As notícias vão desde ações para instituições filantrópicas até transações imobiliárias, como aluguel e venda de casas, além de anúncios relacionados à busca por escravizados fugitivos e ao comércio de pessoas escravizadas. A compra e venda de escravizados era uma forma de consolidar poder e riqueza na sociedade oitocentista, na qual, quanto mais escravizados se possuísse, maior era a posição econômica. De fato, Ana Jansen foi conhecida como uma das maiores escravocratas do Maranhão oitocentista.

Cristiane Fernandes Lopes Veiga estuda mulheres viúvas do Império Luso no Rio de Janeiro (1763-1808), percebendo a relação de dominação exercida por mulheres da elite, especialmente as viúvas, dentro do sistema escravista.

A mão de obra era mais empregada nas mais diversas ocupações tanto na cidade quanto no campo. Possuir escravos, na sociedade colonial, assegurava ao senhor uma fonte de rendimentos que o isentava de trabalhar, era um componente importante para a manutenção de um negócio ou uma propriedade agrícola e ainda conferia status a quem os tivesse. Para as viúvas poderia significar uma importante fonte de manutenção e de independência. (VEIGA, 2017, p. 145).

Esse pensamento não é sem razão. Primeiro porque, segundo Veiga (2017), quando o marido falecia, ocorria a partilha dos bens e os escravizados, enquanto patrimônio do casal, eram utilizados para o pagamento de dívidas contraídas ao longo do matrimônio. Os que restavam eram então distribuídos conforme o valor que cada parte deveria receber. Uma parte significativa desses bens era destinada aos herdeiros e à viúva. Além disso, caso os herdeiros ainda não tivessem atingido a maioridade, a viúva poderia usufruir desses bens até que eles alcançassem a idade adulta.

Ao contrário da visão tradicional que associava a mulher do período colonial e imperial

a uma posição subordinada na estrutura patriarcal, Veiga (2017) demonstra que muitas viúvas da elite conseguiam exercer autoridade e domínio sobre seus bens, incluindo o controle sobre os escravizados. Isso lhes permitiria manter ou até expandir sua posição econômica e social, negociando alugueis, compra e venda de escravizados, administrando propriedades e até mesmo investindo em negócios urbanos.

Assim, a escravização não apenas sustentava a economia da época, mas também era um mecanismo de poder e autonomia para algumas mulheres da elite, que, apesar de inseridas em um contexto patriarcal, concretamente realizavam a administração da mão de obra escravizada, encontrando nela um meio de garantir sobrevivência e influência social.

Logo, considerando sua grande riqueza, é natural concluir que Ana Jansen possuía um número significativo de escravizados. Essa informação pode ser confirmada por seu inventário e testamento, além das frequentes menções na imprensa da época. Em seu inventário, datado de 1871, há uma relação de matrícula dos escravizados que lhe pertenciam. A lista inclui informações como nome, cor, idade, naturalidade e filiação. No entanto, em muitos casos, a origem dos escravizados não era registrada, refletindo sua condição de marginalização, muitas vezes tratados como coisas. Além disso, o documento trazia dados sobre a aptidão para o trabalho, a profissão e observações específicas, como o caso de uma criança de dois anos que ainda precisava ser batizada. As idades dos escravizados variavam amplamente, indo de 2 a 90 anos.

A relação e a estrutura de posse de escravizados por casais escravistas e viúvas são analisadas novamente por Veiga (2017). Em seu estudo, a autora classificou os plantéis em três categorias: pequenos (1 a 4 escravizados), médios (5 a 19 escravizados) e grandes (20 ou mais indivíduos). Dentro dessa classificação, Ana Jansen se enquadraria como uma grande proprietária de escravizados.

Segundo tais parâmetros, Ana Jansen foi uma das grandes escravocratas e sua trajetória deve ser compreendida dentro das estruturas de poder e dos interesses econômicos que sustentaram a escravização no século XIX. Seu legado está diretamente ligado à manutenção desse sistema.

Nas fontes disponíveis sobre sua relação de domínio com os escravizados, destaca-se seu testamento, cuja íntegra foi localizada por Santos (1978). Nele, Ana Jansen deixou escravizados como parte da herança para seus familiares, uma prática comum naquele período, já que, no contexto escravista, a mão de obra escravizada era considerada um bem valioso, equivalendo a outros ativos de expressão.

Além do testamento, há também um documento encontrado no Arquivo Público do

Estado do Maranhão, no acervo de códices, que menciona um dos filhos de Ana Jansen, chamado Luís Mello. Nesse documento, consta seu requerimento para ter acesso à herança deixada por sua mãe, incluindo o direito à posse de pessoas escravizadas. O Palácio do Governo do Maranhão, por meio do Conselheiro João Alfredo Corrêa d’Oliveira, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, informou ter recebido o aviso oficial referente ao pedido feito por Luís Mello.

[..] em virtude do artº (...) da Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 devem ser decretados libertos os escravos da finada D. Anna Jansen Pereira Leite que em partilha foram lanaçados na parte de herança de seus filhos o Comendador Luiz Vinancio de Vasconcellos Vieira de Mello, por esta cedida ao Estado. (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Palacio do Governo do Maranhão 16 de abril de 1874).

A transmissão de escravizados como herança revela não apenas a dimensão patrimonial da escravização, mas também como essa prática reforçou a estrutura de poder e riqueza da elite. Para os grandes proprietários, como Ana Jansen, um grupo de escravizados fez mais que força de trabalho; era um símbolo de status social e uma garantia de manutenção do poder econômico da família.

Por conseguinte, outro aspecto de seu testamento que merece atenção é a concessão de alforria a alguns escravizados: “Declaro que deixo forros os meus escravos seguintes, pelos bons serviços que me tem feito: Eustácio, Ferreiro, crioulo; Manoel, pedreiro, crí, críoulo; Felipe, cafusa, que me serve em casa; Maria, caseira, também me serve em casa” (SANTOS, 1978, p. 21).

A adoção dessas medidas por uma grande proprietária de pessoas escravizadas levanta questionamentos sobre as razões subjacentes a tais gestos, frequentemente interpretados como expressões de generosidade. A pesquisadora Jalila Ayoub Jorge Ribeiro (2024), em sua obra *A desagregação do sistema escravista no Maranhão*, oferece uma análise que contribui significativamente para o entendimento dessas práticas no contexto do esfacelamento do regime escravocrata na província.

Nesse sentido, Ribeiro (2024) aponta que a desagregação do sistema escravista na província do Maranhão ocorreu, sobretudo, na segunda metade do século XIX, impulsionada por uma série de fatores. Entre eles, destacam-se as pressões e resistências exercidas pela própria população escravizada, a abolição do tráfico atlântico em 1850 e as elevadas taxas de mortalidade, que, sem dúvida, foram determinantes para o avanço das legislações que culminaram na “abolição definitiva”. Ademais, outros elementos também contribuíram para o enfraquecimento do regime escravista, como o tráfico interprovincial e o aumento das manumissões.

Conforme destaca Ribeiro (2024), por meio do processo de manumissão, um expressivo número de pessoas escravizadas obteve a liberdade. Tal prática, contudo, não era novidade, uma vez que, desde o período colonial, os senhores já concediam alforrias aos seus escravizados. Isso se devia ao fato de que a legislação escravocrata vigente no Brasil não impunhava impedimentos à libertação por decisão voluntária do senhor. Além dessas alforrias concedidas por livre arbítrio, novas possibilidades de acesso à liberdade passaram a surgir, especialmente a partir da década de 1870, quando as crescentes pressões do movimento abolicionista que resultaram na promulgação da Lei do Vento Livre asseguraram aos escravizados o direito de buscar sua própria alforria.

O fato é que Ana Jansen concedeu a manumissão a alguns de seus escravizados sob a justificativa de "bons serviços prestados". Ribeiro (2024) destaca que essa motivação podia estar associada a diversos fatores, como concepções religiosas ou humanitárias, mas também a aspectos práticos, como a idade avançada dos escravizados ou a presença de alguma deficiência.

Essa perspectiva nos remete à dissertação de mestrado da historiadora Antônia de Castro Andrade, que estuda os laços de compadrio entre escravizados no sul do Maranhão, no período de 1854 a 1888, destacando as complexas relações entre escravizados e seus senhores. Em suas análises, Andrade (2017) ressalta que essas relações eram marcadas por conflitos, mas também por constantes negociações no cotidiano. A partir do exame de inventários de senhores de escravizados, a autora buscou informações sobre alforrias e identificou ou ao menos conjecturou estratégias utilizadas pelos escravizados para alcançar a liberdade ou melhores condições de vida, revelando dinâmicas sutis de resistência e adaptação dentro do sistema escravista.

Diante desse cenário, as leituras indicam que muitos escravizados não tiveram a mesma sorte. Conforme aponta a professora Ribeiro, embora a manumissão tenha sido uma prática recorrente no período, em termos quantitativos ela representava uma parcela reduzida entre as diferentes formas de acesso à liberdade. No que se refere ao caso de Ana Jansen, não é possível afirmar com precisão as motivações que a levaram a conceder alforrias. Contudo, é possível situá-la entre o grupo de senhoras que, por decisão própria, libertaram alguns de seus escravizados de forma gratuita. Ainda assim, nem todos os escravizados pertencentes à Ana Jansen foram contemplados com tal benevolência. A análise de seu inventário revela casos de escravizados que buscaram comprar suas alforrias, bem como outros que recorreram a diferentes estratégias para conquistar a liberdade, como as fugas estas frequentemente registradas nas páginas do Publicador Maranhense, onde Ana Jansen costumava publicar anúncios em busca de recaptura.

Ana Jansen integrava ativamente o sistema de monopólio escravista vigente no Maranhão oitocentista, sendo proprietária de fábricas, fazendas e participando diretamente do comércio de pessoas escravizadas. Sua atuação incluía a compra, venda e aluguel de escravizados, o que evidencia o envolvimento não apenas como detentora de mão de obra escrava, mas também como agente econômica inserida nas dinâmicas comerciais do tráfico interno.

A seguir, destacam-se três notícias que ilustram de forma concreta essa participação no sistema escravista:

-30 escravos à venda-

-No sobrado do Prego na praia de S. Antonio hoje pertencente a Exc. Sra D. Anna Jansen existem 30 escravos, que se vendem pôr comodo preço, quem os pertender, ali os poderá ver, e tratar. (Publicador Maranhense, sábado 14 de março de 1857 N.60. p. 03).

Nesse sentido, a notícia veiculada pelo Publicador Maranhense em 14 de março de 1857 ilustra de forma direta sua participação ativa no comércio de pessoas escravizadas. O anúncio evidencia não apenas sua condição de proprietária de mão de obra escravizada, mas também seu envolvimento enquanto agente econômica que negociava diretamente esses indivíduos, tratando-os como mercadoria.

Vende-se uma escrava parda, de idade de 26 annos, assás habilitada para diversos misteres de uma casa, saber: engoma, ava (..), faz renda, cosinha, e prepara com perfeição cabello de senhoras. Trata-se nas casas da Exm SR. D. Anna Joaquina Jansen, sita na rua da praias do Prego. (Publicador Maranhense, terça-feira 16 de dezembro de 1862. N.285. p. 04).

Outro trecho que traz à tona mais um exemplo concreto da participação ativa de Ana Jansen no comércio escravista, mas agora destacando uma escravizada individual, com ênfase em suas habilidades domésticas. A forma como a mulher é descrita “assaz habilitada para diversos misteres de uma casa” evidencia o caráter mercantil e desumanizador desse tipo de negociação, no qual atributos ligados à produtividade e à utilidade eram utilizados como estratégias de valorização do “produto” colocado à venda.

A referência por sua vez, explícita à capacidade de preparar “com perfeição cabelo de senhoras”, além de saber “fazer renda” e “cosinar”, revela não apenas o tipo de trabalho exigido das mulheres escravizadas no ambiente doméstico da elite oitocentista, mas também aponta para as exigências de uma cultura material e simbólica associada à feminilidade e ao refinamento das famílias senhoriais da qual Ana Jansen fazia parte e era também uma das agentes formadoras.

Existe para alugar um moleque de 22 annos para qualquer um serviço, principalmente para o officio de carpina: trata-se na rua da Praia de S. Antonia, casas da Sra.d. Anna Jansen. (Publicador Maranhense, quarta feira 23 de julho de 1862).

Além dos processos de venda, havia o aluguel de pessoas escravizadas uma prática que evidencia, de forma ainda mais clara, como esses sujeitos eram tratados como mercadorias multifuncionais. Sua força de trabalho podia ser temporariamente negociada, conforme as demandas do mercado e os interesses de seus proprietários.

Essas fontes evidenciam não apenas a posse de pessoas escravizadas por Ana Jansen, mas também sua atuação ativa na comercialização e locação de mão de obra escrava práticas características de uma elite senhorial consolidada. A presença de seu nome como referência para a negociação dessas pessoas revela a normalização da escravidão no cotidiano urbano e o quanto essa dinâmica estava inserida nos circuitos econômicos locais.

Essa atuação esteve ainda intrinsecamente ligada ao processo econômico do período, especialmente após a proibição do tráfico transatlântico de escravizados em 1850, o que provocou mudanças significativas nas formas de abastecimento de mão de obra cativa no Brasil. Como destaca a historiadora Cristiane Pinheiro dos Santos Jacinto (2015), ao analisar o tráfico interprovincial de escravizados, com o fim do tráfico atlântico houve uma intensificação do comércio interno de escravizados, impulsionando a organização de um mercado regional no Maranhão. Esse comércio visou atender às demandas de outras regiões, especialmente a cafeeira, mas também movimentava o próprio mercado interno maranhense. Jacinto (2015), aponta que os primeiros registros desse tipo de tráfico datam de 1849, o que coincide com a ampliação do envolvimento de agentes locais como Ana Jansen nesse sistema.

Assim, é possível compreender que a posição de prestígio social e econômico de Ana Jansen estava profundamente entrelaçada à lógica escravista. A imagem popular que a associa a uma figura “má” ou cruel, muitas vezes atribuída ao fato de possuir numerosos escravizados, embora carregue distorções e estigmas próprios das construções orais e lendárias, não se distancia totalmente de aspectos reais de sua trajetória. Sua atuação se revela como parte integrante das engrenagens do regime escravocrata, não apenas pela posse de pessoas escravizadas, mas pela gestão ativa de sua força de trabalho como capital econômico.

O controle exercido sobre essas vidas, o lucro obtido com a venda, o aluguel e a exploração de habilidades específicas dos escravizados, bem como o reconhecimento público de sua residência como local de transações escravistas, são indícios claros de que o poder exercido por mulheres da elite, como Ana Jansen, também se sustentava sobre as estruturas de dominação vigentes. Trata-se, portanto, de uma forma de poder feminino moldada a partir dos limites e contradições de uma sociedade patriarcal e escravocrata, em que o acesso à influência passava, necessariamente, pela reprodução de sistemas de opressão.

2.3 O Papel de Ana Jansen na política provincial do Maranhão: poder e estratégia

Como já apontado, o século XIX foi marcado por um sistema patriarcal no qual os espaços de poder e de decisão eram amplamente dominados pelos homens. No entanto, certas estruturas sociais e jurídicas da época permitiam que mulheres viúvas assumissem o papel de chefes de família, especialmente na ausência de um homem que exercesse essa função. Foi nesse contexto que Ana Jansen se destacou, tornando-se responsável pela administração de seus bens e da educação de seus filhos, assumindo responsabilidades tradicionalmente atribuídas aos homens.

Apesar dessas atuações, a presença feminina nos espaços de poder ainda era vista como uma extensão da figura masculina. Assim, as ações de mulheres como Ana Jansen frequentemente eram interpretadas a partir da autoridade de seu marido falecido. A historiadora Silmária Souza Brandão, em sua tese de doutorado *Linhas Partidas: Viuvez, Gênero e Geração em Salvador (1850–1920)* (2013), aponta como a viuvez, mesmo quando conferia certa autonomia às mulheres, mantinha a atuação delas atrelada à memória e ao nome dos esposos. Esse fenômeno é visível também no caso de Ana Jansen, cuja imagem pública durante muitos anos, permaneceu fortemente associada ao seu primeiro marido¹¹. A associação se devia, em grande parte, podemos cogitar à herança que ele lhe deixou, mas também à própria questão cultural relacionada as mulheres viúvas.

Dessa maneira, observamos que Ana Jansen atuou com relativa liberdade em certos espaços da sociedade maranhense, o que, por si só, já transgredia as normas impostas às mulheres no século XIX. Sua possibilidade de atuação esteve diretamente relacionada à condição financeira que possuía, o que lhe garantiu prerrogativas e acesso a esferas de decisão que dificilmente estariam disponíveis a uma mulher pobre. Como comerciante, acumulou riqueza e prestígio, ampliando sua influência tanto na esfera econômica quanto na social. Participava ativamente de ações religiosas e filantrópicas, o que lhe conferiu respeitabilidade e reforçou sua posição na comunidade, especialmente em uma sociedade fortemente marcada pelos valores do catolicismo, que legitimava a presença feminina em atividades ligadas à caridade e ao cuidado dos mais vulneráveis.

No entanto, sua atuação mais ousada e, muitas vezes, menos visível, ocorreu no campo

¹¹ Em algumas pesquisas, localizamos dois documentos nos quais representantes de órgãos oficiais, como o chefe de polícia, referem-se a Ana Jansen como "viúva do coronel Isidoro Rodrigues Pereira". Na transcrição apresentada na página 106 deste trabalho, é possível verificar essa denominação. O segundo documento será incluído na seção de anexos, referente ao uma transferência de Ana Jansen ao seu filho Joaquim Jansen Pereira em 1855, na qual podemos verificar esse fato.

da política. Não de forma institucional, como era vedado às mulheres naquele contexto, mas por meio do que podemos chamar de "sussurros do poder", ou seja, articulações realizadas nos bastidores da vida pública, em que sua presença se fazia sentir com intensidade. A partir da segunda metade do século XIX, Ana Jansen consolidou-se como uma figura de referência nas disputas políticas locais.

Nesse sentido, embora Ana Jansen não tenha ocupado cargos oficiais nem integrado os espaços formais da política provincial, sua presença e influência foram notórias. A ausência de institucionalidade não deve ser confundida com ausência de ação. Pelo contrário, por meio de alianças estratégicas, do controle de propriedades, do domínio de clientelas e da capacidade de articulação com autoridades locais, Ana Jansen exerceu diversas formas de poder que impactaram diretamente a vida política do Maranhão oitocentista.

Segundo Jerônimo de Viveiros (1999), a fortuna de Ana Jansen conferiu-lhe os meios necessários para exercer seu “espírito imperioso e dominador” (VIVEIROS, 1999, p. 31). Foi no seio familiar que ela, além de administrar sua riqueza, desempenhou um papel central em diversas esferas da sociedade. Ser chefe de sua família lhe proporcionou oportunidades únicas de influência, especialmente em uma sociedade patriarcal e conservadora do século XIX.

Não acreditamos que tal protagonismo tenha se manifestado de forma imediata ou espontânea. Pelo contrário, tratou-se de uma construção gradual, possibilitada por sua inserção em redes sociais e econômicas estratégicas. Ainda que as documentações disponíveis sejam limitadas,¹² sobretudo no que diz respeito à sua atuação direta na política institucional, há indícios suficientes para reconhecer uma participação ativa e indireta em decisões políticas relevantes de sua época. Sua trajetória revela formas alternativas de poder, exercidas a partir do espaço privado, mas que reverberavam no âmbito público, desafiando as convenções de gênero vigentes.

Ana Jansen dedicou-se intensamente à formação de seus filhos, como já mencionado, preparando-os para ocupar posições de destaque na sociedade oitocentista. Praticamente todos foram inseridos na elite maranhense, o que contribuiu para a manutenção e o prolongamento do

¹² A historiadora Michelle Perrot, em sua obra *História das Mulheres* (2019), aponta algumas razões para a invisibilidade histórica das mulheres. Segundo a autora, elas deixaram poucos vestígios diretos — sejam escritos, sejam materiais — em parte porque o acesso à escrita lhes foi negado por muito tempo. Além disso, suas produções, muitas vezes restritas ao espaço doméstico, eram rapidamente consumidas ou descartadas, o que dificultava sua preservação. Em muitos casos, as próprias mulheres apagavam ou desprezavam esses registros por considerá-los sem valor, resultado de uma visão internalizada de desvalorização de suas experiências. A ideia de que “são apenas mulheres” cuja existência não mereceria destaque — se estendia até à memória. Afinal, quem escrevia a história naquele contexto social não via as mulheres como dignas de reconhecimento. No entanto, isso não significa que elas não possuíam história, mas sim que foram sistematicamente silenciadas por um modelo historiográfico que privilegiava os feitos masculinos e públicos.

prestígio familiar. Dentre eles, destaca-se Isidoro Jansen Pereira, figura de expressiva projeção pública. Ele se destacou como grande proprietário de terras, entre as quais a Fazenda Santa Ana e outras situadas na região de Coroatá. Além disso, exerceu cargos de relevo político, como a presidência da Câmara Municipal de São Luís e o mandato de deputado¹³ pelo Maranhão na Assembleia Geral do Império, durante a 7^a legislatura (1848–1851).

Isidoro também teve participação ativa na repressão à Revolta da Balaiada, atuando na linha de frente dos combates, como o ocorrido na Vila de Icatu, em 6 de agosto de 1839 (FADIGAS, 2021). Segundo Moraes (1999), foi justamente nesse período conturbado que Ana Jansen começou a se fazer presente ainda que de forma indireta no cenário político maranhense, articulando-se por meio de sua rede de influências e de sua posição estratégica no seio familiar e social.

A revolução da Balaiada deu ensejo a que o matriarca Jansen se projetasse em cenário mais amplo, fardando e municiando com o seu dinheiro o batalhão das Guarda Nacional de que era comandante, no posto de tenente-coronel, o seu mais querido pimpolho-Isido filho de de Donana, e mandando-o ocupar a vila de Icatu, então em poder dos revoltos, os quais de lá ameçavam a capital da Província. (VIVEIROS, 1999, p. 33)

O irmão mais velho de Isidoro, Manoel Jansen Pereira primogênito da Ana Jansen, ocupou papéis de destaque também. Professor do Liceu Maranhense, lecionava Retórica e Poética em 1849 e desempenhou funções importantes como juiz municipal e dos órfãos em Guimarães, Icatu e Rosário. Manoel foi ainda deputado na Assembleia Provincial do Maranhão e na Assembleia Geral do Império, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1842 e 1845 (Fadigas, 2021).

Adicionalmente, as filhas de Ana Jansen tiveram também um papel fundamental na consolidação da imagem da sua mãe. Em especial, Ana Augusta, nascida em 14 de março de 1824, recebeu uma educação orientada para o casamento, assim como suas irmãs. O matrimônio era uma forma de garantir a continuidade do status da família na elite local. Nesse contexto, Ana Augusta casou-se com o primo, Manoel Jansen Ferreira, que foi promotor público em 1849 e várias vezes presidente¹⁴ da província do Maranhão.

Podemos então concluir que família Jansen teve um papel ativo na política nesse contexto e muitas aliaças foram construídas.

Esse casamento por sinal durou até a morte de Ana Augusta fato noticiado no jornal a Imprensa: A Exma.Sra D. Anna Augusta Jansen Ferreira, cujo passamento envolveu no lucto e na dor uma das mais antigas, distintas, maiores e nobres famílias desta

¹³ Na seção de anexos deste trabalho, será incluído o referido documento, acompanhado de suas respectivas referências, como forma de complementar e dar respaldo à informação mencionada.

¹⁴ Exerceu o cargo de presidente da Província do Maranhão, tendo sido nomeado por carta imperial em 7 de julho de 1866. Ocupou a função em três períodos distintos: de 1º de agosto a 1º de outubro de 1866, de 4 de abril a 29 de maio de 1867 e de 5 de maio a 1º de agosto de 1868.

provincia, era natural desta capital de S Luiz,filha legitima do, hoje finado,coronel Isidoro Rodrigues Pereira, e da Exma.Snra.D. Anna Joaquina Jansen Pereira: assaz conhecida por sua fortuna e meritos tanto nésta provincia,como em muitas outras do imperio,e mesmo na Europa (...) a Exma.Sra.D. Anna Augusta Jansen Ferreira, não obstante sua posições fortuna,todos os dias tratava de suas costuras,não pelo espirito de ambição,desconhecido n'ella,mas sim para dar cumprimento,não só á sua inclinação,como aos deveres de uma māi de familia,para d'ahi partir o exemplo. (A IMPRENSA, quarta-feira 28 de outubro de 1857, p. 03).

Na nota publicada pela imprensa à época, é possível perceber traços de admiração em relação à família Jansen, mesmo diante do tom apelativo e dramático característico de um momento de luto. O redator destaca a imagem da família como uma das mais antigas e nobres da capital maranhense, revelando o prestígio social acumulado ao longo das gerações. Um ponto de destaque na nota refere-se à figura de Ana Augusta, filha de Ana Jansen, elogiada por sua educação e habilidades no bordado, prática que exercia não por necessidade financeira, mas, ao que tudo indica, por apreço pessoal e como forma de dar exemplo às suas filhas, reproduzindo valores de cuidado e domesticidade atribuídos às mulheres da época. Resultado por sua vez, da boa educação dada por sua mãe.

A fatalidade que acometeu Ana Augusta reforça a dureza da realidade enfrentada pelas mulheres do século XIX. Ela faleceu jovem, aos 33 anos, ao dar à luz seu décimo primeiro filho, vítima de “hydropsia do peito”, termo da época utilizado para se referir a um quadro de insuficiência cardíaca congestiva ou acúmulo de líquidos nos pulmões. Sua morte evidencia as consequências físicas das expectativas sociais sobre a maternidade, revelando a sobrecarga imposta às mulheres mesmo dentro das camadas mais privilegiadas da sociedade.

Com o falecimento de Ana Augusta, seu esposo, Manuel Jansen Ferreira, contraiu novo matrimônio alguns anos depois. Na coleção de José Jansen, localizada na Mapoteca do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, encontram-se dois documentos avulsos que confirmam um desses fatos. Um deles, datado de 4 de setembro de 1891, é emitido pelo Consulado Geral dos Estados Unidos do Brasil e se refere ao requerimento de casamento entre Manuel Jansen Ferreira e D. Othilia Valle Almeida.

Mesmo após o segundo casamento, Manuel Jansen Ferreira se manteve como uma figura de grande prestígio e influência. Em 1894, recebeu o convite para ocupar o cargo de agente consular da França no Estado do Maranhão, demonstrando seu reconhecimento tanto nacional quanto internacional. Com diversas titulações e inserções nas redes políticas e diplomáticas da época, Manuel Jansen Ferreira se consolidou como um dos membros mais proeminentes da família Jansen, ainda que não fosse genro direto de Ana Jansen em seu segundo matrimônio. Sua trajetória ilustra a continuidade do poder e da visibilidade da linhagem Jansen nas esferas públicas do Maranhão oitocentista.

A escassez de informações sobre os demais filhos de Ana Jansen, especialmente as filhas, fruto de sua união não formalizada com Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello e Vasconcelos, levanta reflexões sobre a "invisibilidade" dessas figuras históricas. A lacuna documental é particularmente intrigante, considerando que ambos os pais eram personalidades de destaque na sociedade maranhense do século XIX. É possível que o fato de os pais manterem uma relação sem o vínculo matrimonial formal tenha contribuído para a marginalização social e histórica de seus descendentes.

Historicamente, relações sexuais fora do casamento eram frequentemente designadas pelo termo "fornicação". No contexto cristão, "fornicação" refere-se a atos sexuais entre pessoas não casadas entre si, sendo distinta do adultério, que ocorre quando pelo menos um dos parceiros é casado com outra pessoa. A condenação da fornicação está enraizada em interpretações bíblicas que associam tais atos à imoralidade sexual. Por exemplo, o apóstolo Paulo, em suas epístolas, adverte contra a imoralidade sexual, aconselhando que "fujam da imoralidade sexual" (BÍBLIA RA, 2011, 1 Co 6:18).

Portanto, a relação não oficializada entre Ana Jansen e Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, possivelmente influenciou a forma como seus filhos foram socialmente percebidos e historicamente registrados. Essa condição reflete os valores e normas sociais e religiosas predominantes no Maranhão oitocentista, que tendiam a estigmatizar descendentes de uniões consideradas "ilegítimas" pela moral da época o que os próprios agentes faziam Ana Jansen entregou seus filhos desse relacionamento a casa dos expostos como citado no seu testamento com fins "decencia" (SANTOS, 1978, p. 22).

Essa concepção pode ser observada também no inventário de Ana Jansen, onde o Francisco Mello um de seus filhos, nascido dessa relação não oficializada, questiona a quantia que lhe foi atribuída, contrariando as disposições expressas por sua mãe no testamento. O inventariante do processo foi Isidoro Jansen Pereira, filho do primeiro casamento de Ana Jansen. Esse episódio sugere, ainda que de forma indireta, a existência de tensões familiares, indicando que talvez não houvesse uma relação harmoniosa entre os meios-irmãos. Tal conflito pode ter sido agravado por preconceitos internalizados e interesses pessoais.

Entre os filhos desse relacionamento, aquele que mais se destacou foi Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello. As únicas informações que conseguimos reunir sobre esse caso foram obtidas por meio da imprensa da época, o que ressalta o papel essencial das fontes jornalísticas na reconstrução de trajetórias parcialmente esquecidas pela historiografia. Francisco Hygino atuou como promotor público da comarca da capital em 1855 e, posteriormente, como juiz de direito interino na comarca de Guimarães, por volta de 1858. Faleceu na cidade de São Luís em

1879. Seu percurso profissional revela não apenas a continuidade da inserção da família Jansen em cargos de prestígio, como também reforça o papel da educação e da estrutura financeira e alianças providas por Ana Jansen como alicerces para a ascensão de seus filhos.

Por conseguinte, parentesco e clientelismo foram características de alianças, principalmente na política como destacamos até agora. Conforme argumenta Elizabeth Anne Kuznesof (1989), os casamentos foram um mecanismo de instrução social e uma ferramenta para construir estratégias para estar e permanecer no poder. De fato, no Brasil se constituíram modelos de família herdadas de Portugal, nos quais era comum casamentos entre primos, tios e sobrinhos no período colonial, o que se estendeu ao Império. Observamos:

Casamentos entre parentes com até três graus de parentesco eram proibidos pela lei canônica, mas as dispensas eram frequentemente pedidas e concedidas. Casamentos entre primos, e entre tios, sobrinhos eram na realidade muito comuns no Brasil colonial, e eram utilizados conscientemente como um meio para impedir a dispersão do patrimônio familiar. Outra estratégia essencial era casar as filhas com jovens empresários, que contribuíram e participavam dos negócios da família. Uma vez que os casamentos entre a elite brasileira do período tendiam a ser matrilocais, os filhos que se casavam fora eram com frequência encorajados a estabelecer um outro ramo dos negócios da família em seu novo território, ou, às vezes, um negócio relacionado que permitiria uma integração horizontal em uma atividade (KUZNESOF, 1989, p. 45).

Ao compreender os matrimônios como instrumentos de manutenção e ampliação do poder, Ana Jansen operava dentro de uma lógica política que, embora moldada por valores patriarcais, permitia-lhe certa autonomia no exercício da autoridade. Sua administração dos bens familiares e sua posição como mediadora nas alianças estabelecidas entre filhos, genros e parceiros comerciais revelam não apenas um papel ativo na economia, mas também um protagonismo decisivo nas escolhas que definiam os rumos políticos da família Jansen.

A rede de relações articulada por Ana Jansen extrapolou os limites do ambiente doméstico, projetando-se nos espaços públicos e institucionais da província, em que seus filhos e aliados ocupavam cargos de destaque e influência. Esse entrelaçamento entre o privado e o público revela como as famílias da elite se constituíam no século XIX como centros de poder e articulação social.

Nesse sentido, conforme ressalta a professora Santos (2009), as famílias oitocentistas, especialmente as pertencentes às camadas mais abastadas, não apenas integravam uma complexa rede de vínculos sociais, mas atuavam como núcleos estratégicos de organização de interesses múltiplos. Longe de serem estruturas limitadas à convivência íntima, funcionavam como verdadeiras instituições que representavam coletividades amplas. A formação dessas alianças familiares obedecia a critérios bem definidos, geralmente orientados por interesses que ultrapassavam a busca por prestígio social, envolvendo objetivos políticos, econômicos e

patrimoniais de longo alcance.

A trajetória da família Jansen exemplifica esse processo. Sua inserção nos espaços políticos da província foi fortemente alicerçada em seu poder econômico e nas articulações feitas por meio de casamentos estratégicos. Como observa Viveiros (1999), “não houve Jansen, no seu tempo, que lhe fugisse à tutela. Todos, legítimos ou bastardos, consanguíneos ou afins, obedeciam-lhe cegamente” (VIVEIROS, 1999, p. 31).

Essas alianças matrimoniais merecem destaque, sobretudo porque dois membros da família, Manuel Jansen Ferreira e João Antônio de Miranda, este último casado com uma das sobrinhas de Ana Jansen, chegaram a ocupar o cargo de presidente da província. Tais vínculos possibilitaram aos Jansen acesso privilegiado a cargos públicos e maior liberdade de atuação dentro da administração provincial. Ana Jansen, por sua vez, mantinha-se constantemente próxima dos presidentes da província, ampliando a rede de influência e consolidando sua presença nas estruturas de poder.

Para tanto, é importante compreender o papel fundamental das famílias da elite na dinâmica política do Maranhão oitocentista, especialmente na formação e consolidação dos partidos políticos que, aos poucos, foram se estruturando na província.

A política brasileira do século XIX foi marcada por diversos mecanismos de reprodução do poder, envolvendo uma multiplicidade de espaços e agentes que atuavam na manutenção e na disputa por influência.

Como observa Costa:

A política no Brasil oitocentista possuía diferentes fatores de reprodução, como variados foram também os espaços e os agentes de circulação do poder. Algo, porém, parece incontestável: sua dinâmica se fez com contornos marcadamente elitistas, procurando excluir a maior parte da sociedade e orbitando instituições e agrupamentos privilegiados. Daí a necessidade de se entender os fatores de construção e de manutenção do poder das elites. (COSTA, 2019, p. 142).

O cenário político-administrativo que se delineou pouco antes da Independência e se consolidou especialmente após a emancipação política do Brasil representou, para determinadas famílias, mais do que o simples anseio de manter o controle sobre suas regiões de origem. Tratava-se de uma oportunidade concreta de inserção na formação de um novo arranjo político, voltado à defesa de interesses que extrapolavam os limites locais ou mesmo provincias (SANTOS, 2009).

Nas primeiras décadas do século XIX, o entrelaçamento de interesses ou, em outra perspectiva, as disputas e rivalidades pelo acesso ao poder transformou as instituições administrativas em verdadeiros palcos de embates, nos quais os principais protagonistas eram os grupos familiares mais influentes das províncias. No Maranhão, essas disputas e os interesses

particulares a elas vinculados se intensificaram à medida que o papel das elites locais no processo de Independência assumia contornos mais definidos. (SANTOS, 2009).

Os Jansen, por sua vez, ganharam ainda mais proeminência na província após a Independência do Brasil. A partir da adesão do Maranhão ao novo regime, em 1823, a cidade de São Luís passou a vivenciar uma intensa polarização política (SANTOS, 2009). De um lado estavam os Liberais, divididos entre moderados e exaltados, que, com ideais supostamente patrióticos, defendiam a consolidação da independência e o rompimento definitivo com a Coroa portuguesa, sendo identificados como o partido dos Bem-te-vis. Do outro lado, encontravam-se os Conservadores, representados pelo partido Cabano, que buscavam a preservação de laços com Portugal e a manutenção de uma ordem social baseada nos valores e privilégios herdados do período colonial como o poder centralizado, a influência das elites rurais e a exclusão das camadas populares da vida política. Assim, embora não desejasse restaurar literalmente a antiga estrutura colonial, os conservadores eram favoráveis à continuidade de práticas e estruturas que garantissem estabilidade e controle para os grupos dominantes. (MOTA, 2022).

De acordo com Matthias Röhrg Assunção (2005, apud Santos, 2009, p.50), no Maranhão, assim como em diversas regiões da América Latina no período pós-Independência, as disputas políticas locais estavam diretamente entrelaçadas às estratégias adotadas pelas famílias das elites para garantir o controle sobre os recursos naturais e assegurar posições institucionais para seus membros e aliados. A fundação de novas vilas e cidades, bem como a criação de novos cargos administrativos, ampliou as possibilidades de inserção e influência das camadas dominantes, permitindo-lhes reorganizar as estruturas de poder em âmbito municipal.

Nesse sentido, a família, enquanto instituição social, desempenhou um papel fundamental na articulação da política no Maranhão oitocentista. Foi por meio dela que se estruturaram alianças, disputas e estratégias de poder que marcaram profundamente a dinâmica política da província. Essa prática, no entanto, também gerou rivalidades intensas entre os grupos dominantes. Richard Graham (2021) associou as famílias das elites a uma importância central no jogo político, considerando-as como verdadeiras “fontes de capital político”.

Para o autor:

As famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumulavam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíram parte importante desses recursos e, através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias. (GRAHAM, 1997, p.35).

A disputa por cargos públicos e pela ocupação de espaços de poder impulsionou certos grupos familiares a intensificarem uma prática social que, embora tradicionalmente associada

ao meio rural colonial, passou a ser amplamente empregada nos centros urbanos como estratégia de ampliação da influência familiar: o clientelismo. Utilizado como ferramenta tanto política quanto econômica, esse mecanismo foi essencial para a consolidação do poder das elites no contexto pós-colonial. (SANTOS, 2009).

Logo, podemos compreender como funcionava o jogo de poder na província do Maranhão. O clientelismo, termo que hoje nos é bastante familiar, já fazia muito sentido no século XIX. Naquele contexto, as relações políticas eram amplamente sustentadas por redes de favores, lealdades pessoais e alianças familiares. A troca de benefícios entre os detentores do poder e aqueles que buscavam ascensão social ou proteção política era uma prática comum e amplamente aceita. Segundo Graham, para compreender plenamente os elementos que compõem a prática do clientelismo, é necessário considerar que:

Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento. Embora um pouco mais ténues, os laços de parentesco ritual também eram importantes. Ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil, como em outras culturas ibéricas, envolvia obrigações religiosas e materiais importantes, e portanto de influência e até mesmo de autoridade. Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo, de tal modo que, por extensão, muitas vezes alguém se referia de forma figurada a um protegido como afilhado, e a seu protetor como padrinho. (GRAHAM, 1997, p. 37).

No caso da família Jansen, esse sistema demonstrou-se especialmente eficaz, uma vez que suas articulações políticas e sociais ultrapassaram os limites do núcleo familiar direto, estendendo-se não apenas a filhos e parentes consanguíneos, mas também a indivíduos apadrinhados por afinidades políticas ou por sua inserção estratégica no grupo familiar. Para muitos, aproximar-se dos Jansen significava ter acesso a uma rede de privilégios e favorecimentos, consolidando um sistema de proteção mútua em que o pertencimento, seja por laços de sangue, casamento ou lealdade ideológica. Tornava-se uma via de acesso ao poder e aos espaços institucionais da província.

Em contrapartida, aqueles que se colocavam como opositores da família Jansen eram vistos como inimigos, sendo frequentemente alvo de duras críticas e até perseguições. O jornal *A Revista* chegou a se referir ao grupo como a “oligarquia jansen”, denunciando sua influência e poder concentrado.

Dessa maneira, os Jansen souberam se beneficiar do modelo político centralizado instaurado durante o reinado de Dom Pedro II, que, enquanto chefe máximo do Império, foi um dos principais articuladores das estratégias clientelistas no Brasil imperial. O Poder Moderador, atribuído ao imperador pela Constituição de 1824, conferia-lhe autoridade para intervir

diretamente nas decisões políticas, incluindo a nomeação e a destituição de presidentes de província, bem como a dissolução de Câmaras e a convocação de novas eleições. (GRAHAM, 1997).

Esse controle imperial sobre o processo eleitoral permitia que o monarca favorecesse determinados grupos e interesses regionais. No Maranhão, aqueles que assumiam a presidência da província passavam a exercer significativa influência sobre a administração local, o que incluía o preenchimento de cargos públicos e o direcionamento de recursos aspectos fundamentais para a consolidação do clientelismo.

A família Jansen, consciente das engrenagens do poder imperial, soube estabelecer alianças estratégicas tanto no âmbito interno por meio do controle familiar quanto no externo, articulando-se com presidentes da província, como já destacamos, e outras figuras influentes. O uso do apadrinhamento político foi uma de suas principais estratégias, permitindo-lhes se manter próxima às esferas de decisão do governo central. Essa rede de articulações foi fundamental para assegurar a permanência e o fortalecimento dos Jansen nos espaços de poder da província do Maranhão.

O período das eleições no Maranhão oitocentista era marcado por intensos conflitos, especialmente no campo da imprensa, como abordaremos brevemente a seguir. Era nesse contexto que o chamado “jogo de cadeiras” se intensificava, a partir da definição de quem assumiria a presidência da província e a qual partido ele pertencia, se ao Partido Cabano ou ao Partido Liberal. Quando o presidente provincial era liberal, por exemplo, tornava-se quase certo que os candidatos eleitos para cargos como o de vereador, deputado entre outros também seriam alinhados ao mesmo partido, evidenciando um sistema político fortemente baseado em favorecimentos e manipulações. (SANTOS, 2009).

Um dos principais críticos dessas práticas de corrupção e das fraudes eleitorais foi Francisco Sotero dos Reis, que por meio de textos publicados na *Revista*, especialmente na década de 1840, denunciou os abusos cometidos pelas elites locais e os mecanismos que garantiam a perpetuação de seus interesses nas estruturas de poder.

Essa atuação é evidenciada por Moraes (1999), ao relatar que apenas um presidente da província não se deixou seduzir pelos encantos políticos da família Jansen, representados metaforicamente por seu famoso "bolo de macaxeira". Trata-se do presidente Figueira de Melo, que, segundo o autor, resistiu às manobras de influência e não se submeteu ao controle que os Jansen exerciam sobre os dirigentes provinciais.

Tal resistência ao domínio político da família Jansen também encontra respaldo no periódico *A Revista* (1844), no qual é possível identificar registros que evidenciam a postura

diferenciada de Figueira de Melo diante das investidas desse grupo familiar. No trecho a seguir, observamos uma crítica contundente contra o ex-presidente da Província, João Miranda aliado a família Jansen.

Quem tiver lido no Jornal da familia Jansen, as nojentas e tediosas declamações contra o ex-presidente desta Província o Sr. Figueira de Mello, por causa do recrutamento, ha de suppôr que durante a presidencia deste digno administrador, foi recrutada a metade da população, e que os nossos olygarcas desvivem-se de amores pelas classes inferiores. Mas o quadro dos indivjduos recrutados durante todas as presidências posteriores a revolução do Rio Grande que acima fica transcripto, põe a calva da olygarchia á mostra, descobrindo toda a má fé das suas declamações. Comparai o numero dos recrutados no tempo do Sr. Figueira de Mello, com essa espantosa leva do dinheiroso Miranda, membro e protector-protégido da familia Jansen, e decidí qual dos dois é mais digno da estima ou execração dos Maranhenses. Ambos davão cumprimento á ordens do Governo Imperial; ambos administrarão a Província pouco mais de um anno. A única diferença pois que existe entre os dois presidentes, é que o ex-presidente Figueira Mello foi mais escrupuloso no exame dos individuos que estavão no caso de serem recrutados; e o expresidente Miranda recrutava á torto e a direito, moços e velhos, casados e viuvos, com filhos ou sem elles; porque só assim poderia Maranhão ver tão minguada população livre, fornecer em pouco mais de um anno tão grande numero de recrutas. Porem isto tudo são teias de aranha, que não impedem a olygarchia na sua carreira da difamação O ex-presidente Miranda é cunhado de Joze Jansen do Paço, e primo de Isidoro Jansen Pereira, é Jansen finalmente. [...] E o Sr. Figueira de Mello não quiz dar aos Jansens uma importância que elles não merecem [...] (A REVISTA, sábado 06 de abril de 1844.n 228, p.02).

O episódio revela tanto a força de atuação da família quanto as raras exceções ao seu domínio na política maranhense do século XIX. Além disso, evidencia o processo de recrutamento, que, conforme delineado por Costa (2018) e Santos (2021), não se limitava à proteção de aliados, mas também era empregado como instrumento de perseguição e retaliação. No Maranhão, essa prática foi utilizada tanto para a ocupação de cargos na Guarda Nacional quanto para a nomeação de capitães do mato. O sistema de recrutamento, nesse contexto, funcionava como uma forma de punir opositores e afastar testemunhas incômodas.

VIVEIROS (1999) também retrata o uso estratégico dos recrutamentos, inclusive referindo-se a esse episódio específico. Embora sua análise não esteja diretamente conectada à temporalidade abordada, em certa medida ele concorda com a interpretação de que o recrutamento foi intensificado durante o governo do presidente Miranda, especialmente no contexto da Revolta da Farroupilha. Assim, o recrutamento se consolidou como um mecanismo político de controle e repressão. O autor destaca:

Para a classe baixa, para o povo, a sua grande arma foi o recrutamento, arma terrível naqueles tempos, em que era a coisa mais fácil sacudir uma farda nos costados de um desgraçado e embarcá-lo para o Sul, num exílio pelo resto da vida. Desta arma abusou Donana Jansen, não em holocausto ao seu ódio, mas para gáudio dos seus cacetistas. Bastava que um deles lhe dissesse merecer Fulano ou Beltrano uma farda e lá ia o infeliz recrutado. [...] Foi justamente João de Miranda, casado na família Jansen, o que fez maior número de recrutamentos. Em menos de um ano, recrutou-se no Maranhão 1.944 homens, dos quais 909 foram servir no sul. (MORAES, 1999, p. 43).

O contexto ajuda a compreender as estratégias adotadas pela família Jansen na manutenção de seu poder político e social. Após a Revolta da Balaiada, a família Jansen esteve ligada ao Partido Liberal, representado pelos chamados "bem-te-vis".¹⁵ No entanto, sua adesão ao partido não se deu por compromisso ideológico genuíno, mas sim por conveniência política ou seja, pela possibilidade de obter vantagens concretas naquele contexto específico. A vinculação partidária dos Jansen estava muito mais relacionada aos benefícios que poderia oferecer à família do que a uma fidelidade programática (SANTOS, 2021).

Nesse sentido, o periódico *O Novo Pharol* oferece indícios relevantes sobre a complexidade em torno da fidelidade partidária no período. Tal dinâmica pode ser claramente observada no comportamento político da família Jansen, cuja atuação evidencia a volatilidade das alianças partidárias. A filiação a determinados partidos não se baseava, necessariamente, em compromissos ideológicos, mas muitas vezes se configurava como um jogo estratégico, orientado por interesses pessoais e familiares. Já na época, os jornais registravam essas práticas como táticas recorrentes de adaptação e manutenção do poder por parte de certos grupos sociais, especialmente os pertencentes às elites locais.

Naquella época, amáveis leitores, nós divididos em dois partidos, estávamos perfeitamente extremados, quem não era pela pátria, era contra ella; hoje porém estas cousas se achão tão degeneradas, que torna-se impossível definir princípios em nós. De 1836 pra cá, tem dactado a época da nossa degeneração política, as diversas parcialidades que governarão, assassinaram as mais puras intenções do coração político, mas nenhuma destas parcialidades tem accarretado sobre nós tão grandes males, como seja a facção da Estrella, que perdendo o brio lançou a imoralidade sobre tudo quanto existe! Esta facção não poupou meio algum mais reprovado que fosse para conseguir seus fins; fez do sistema eleitoral uma perfeita burla; empregou os meios do morticínio e da astúcia para corromper-nos, pregou ao mesmo tempo o saquarenismo, o liberalismo, as reformas, a centralização, e mesmo a república, conforme a occaçião, e o momento a aconselhava! Maldita Estrella! Que pretendes tu! Que queres de nós?!(O NOVO PHAROL, sexta-feira, 24 set. 1852, anno I, n. 01, p.01).

A postura pragmática levou os Jansens a mudarem de filiação política sempre que surgiam oportunidades mais favoráveis aos seus interesses. A ligação com o Partido Liberal, por exemplo, foi gradualmente enfraquecida e rompida por volta de 1849, quando a família passou a articular novas alianças mais alinhadas aos seus objetivos. *O jornal Unitário* evidencia essa volatilidade do chamado “partido Jansen”¹⁶, como podemos observar no seguinte trecho:

¹⁵ O termo bem-te-vis foi utilizado para designar um grupo político do Maranhão no século XIX, composto majoritariamente por indivíduos que haviam participado da luta pela Independência do Brasil e por simpatizantes do ideário liberal. Esses grupos sucederam os chamados exaltados, também conhecidos como marrecos ou luzias. Cf. COSTA, Yuri. Escalas de poder: grupos políticos no Maranhão oitocentista e sua relação com a Corte do Império. Outros Tempos, v. 16, n. 27, p. 141-161, 2019. ISSN 1808-8031.

¹⁶ A expressão “partido Jansen” era empregada não apenas pelo periódico *Unitário*, mas também pelo jornal *O Pecapão*. Segundo a historiadora Santos (2021), a influência dessa família era tamanha que chegou a nomear agrupamentos políticos, sendo esse fenômeno especialmente notável no caso dos Jansen. Em diversas ocasiões, o grupo familiar foi tratado como se fosse um dos partidos em disputa pelo controle da província embora aqui o

Não se jogue que a pintura que fazemos dos Jansens, esteja tão carregada por couza de alguma mesquinha paixão que por elles nutramos, engano manifesto – sabemos calar tudo em presença dos grandes interesses do partido a que temos a honra de seguir, porem a conducta e proceder constante d'esta gente nos autoriza a ssim pensarmos. Os Jansens deixaram o partido Cabano, quando entenderam que seus interesses marchavão de oposição com as vistas desse partido: hoje abandonão seu partido, e pretendem ligar-se com o partido Cabano, seu adversário constante desde 1840. Por isso se vê que para essa facção os partidos são formas, e os seus interesses privados, essencia.(O UNITÁRIO, sábado, 17 de out. 1846, n.28, p. 01).

Diante desse cenário, a presença da família Jansen em diferentes agremiações políticas inicialmente no partido Cabano, posteriormente no Partido Liberal e, por fim, na Liga Maranhense revela, mais uma vez, como a política do período funcionava em torno dos benefícios e oportunidades que essas filiações poderiam proporcionar aos agentes políticos envolvidos. Nesse contexto, observa-se que a atuação de Ana Jansen, até então discreta, ocorria majoritariamente nos bastidores, especialmente em articulações com os presidentes da província em prol de eleições que favorecessem figuras de seu grupo familiar, como Isidoro Jansen Pereira, candidato a cargos como vereador ou deputado. (SANTOS, 2021)

No entanto, foi a partir da filiação dos Jansen ao Partido Liberal, posteriormente associado ao grupo dos Bem-te-vis, que se constatam documentalmente ações mais concretas de Ana Jansen na participação política. As evidências revelam que sua atuação ultrapassava o lugar socialmente reservado às mulheres, rompendo com a condição de figura silenciosa para assumir um papel mais ativo e estratégico. Ana Jansen, portanto, esteve presente não apenas nos discursos jornalísticos e nas disputas narrativas, mas também em ações políticas efetivas, como o apoio prestado durante a Revolta Farroupilha, o que reforça a complexidade de sua trajetória como mulher em um contexto patriarcal e excludente.

Um exemplo disso pode ser observado no jornal *O Guajajara*, do qual era proprietária, que registra a realização de uma reunião do partido em sua residência. Esse episódio evidencia sua posição como articuladora e anfitriã de encontros políticos, demonstrando que, embora não ocupasse cargos públicos, Ana Jansen exercia um papel na dinâmica política da província, utilizando seu prestígio e seus espaços privados como meios de influência.

-Avio aos liberais- Avisa-se a todos os Cidadaõs liberaes que estão dispostos a fazer oposição ao partido Gavião para que amanhã, segunda-feira,31 do corrente,logo ao anoitecer,hajão de comparecer nas casas de Sobrado da Senhora D. Anna Jansen,por cima da Fonte das Pedras, e ao pé do Medico Inglez. (O GUAJAJARA, 01 de setembro de 1840, n.18, p.03).

termo “partido” deva ser entendido entre aspas. É fundamental considerar que, no embate discursivo promovido pela imprensa ligada às elites, atribuir uma identidade partidária ao adversário também configurava uma estratégia política. Não se afirma, portanto, que os Jansen constituíam um partido formalmente organizado, mas sim que a recorrente associação de seu nome a uma estrutura partidária revelava uma mensagem simbólica poderosa. Tanto aliados quanto opositores acabavam por reforçar o prestígio e a influência do clã ao compará-lo a uma espécie de organismo estatal ainda que, naquele contexto, sem reconhecimento constitucional.

Outro momento em que podemos constatar a atuação de Ana Jansen na política provincial vinculada ao Partido Liberal é quando o jornal *O Picapão* a critica ter colaborado com o esfacelamento da revolta da Farroupilha, episódio já mencionado algumas vezes. Nesse contexto, o periódico inicia uma nota com uma provocação: “Que tal a rainha do Maranhão que queria chupar um baronato?”. Ainda que de forma irônica, chama atenção o fato de Ana Jansen já ser referida no século XIX como “rainha do Maranhão”, título que, embora carregado de sarcasmo, revela o reconhecimento ou incômodo diante de sua influência econômica, política e social.

O mesmo periódico ironiza a participação de Isidoro Pereira Jansen, membro da família, em sua ida ao município de Icatu. Na ocasião, *Picapau* questiona a real liderança da ação, atribuindo sarcasticamente a Ana Jansen o comando dos acontecimentos. O jornal menciona que o verdadeiro chefe dos Jansen em Icatu teria sido Ana Jansen, mas o faz em tom depreciativo, revelando tanto o preconceito quanto a inquietação causada por sua presença ativa nos bastidores da política. O Picapão afirma:

O marcellino ainda he o Marcellino, passado presente, e futuro, não presta para nada; e para fallarmos a verdade, o principal chefe do partido dos Jansens no Icatú, é a Sirigaita do Carmo, que he huma Cigana em pedir votos, e comer os soldosa dos miseraveis soldados, junto com seu filho, e o estupidão do M....(O PICAPÃO, segunda-feira 22 de agosto de 1842)

Esse trecho, carregado de termos ofensivos e misóginos, revela não apenas a tentativa de desqualificar Ana Jansen, mas também o incômodo que sua atuação provocava em determinados setores da sociedade. Ao chamá-la de “sirigaita” e “cigana”, o jornal apela a estereótipos de gênero e classe, atribuindo-lhe um comportamento fora dos padrões socialmente aceitos para as mulheres da época, especialmente no que diz respeito à política e ao uso do poder.

O ataque direcionado à Ana Jansen e a seu filho demonstra como o espaço público, majoritariamente masculino, reagia com agressividade à presença feminina, sobretudo quando essa presença era marcada por liderança, articulação e influência. Ana Jansen, ao ser apontada como “a verdadeira chefe” do partido dos Jansen em Icatu, mesmo que com intenção de ridicularização, é reconhecida como uma figura de comando, o que reforça sua importância nos bastidores das decisões políticas da província.

Ainda que os ataques dos periódicos frequentemente se voltassem contra toda a família Jansen, é possível perceber que em diversas ocasiões Ana Jansen era o principal alvo das críticas. Mesmo sem ser reconhecida como cidadã plena ou legitimada para participar formalmente da política, sua presença no cenário público era inegável. O jornal *O Picacau*, mais uma vez, retoma sua trajetória com tom ofensivo, o que reforça a tentativa de desqualificá-

la, mas também a relevância de sua figura na articulação do poder na província.

Observemos um exemplo disso:

[...] tambem tem succedido a muitos pobres,mendigarem as esmolas deixadas pelos defundos para terem um dia de serem orgulhosos.O Maranhão, vio; e sabe que a Excelsa senhora D. A.J.J, quando solteira, e pobre orfã, e quando o seu apellido de familia era "Albuquerque" recebeo perante o juizo dos Residuos,por esmolla e para ajuda de fazer huma casinha,4000 rei da testamentaria do fiando Thomaz, ou Manoel Joaquim de Mattos, para hoje... Oh! Deôs! Ella e seus filhos estarem atormenbtando as Christão sóporque....porque não votão na chapa jansenico!! [...] Mulher tome juizo levante as maños ao Ceo;peça a Deos Misericordia e trema d'Esse juiz Severo que não quer pão-de-lo de macaxeira, e nem presentes taes e qaes. (O PICAPÃO, terça-feira 30 de agosto de 1842, n 07, p.07).

O trecho revela mais do que simples insultos. Ele materializa o incômodo que a presença política de Ana Jansen causava à elite masculina e aos seus opositores. Mesmo sem ocupar cargos formais, sua influência era tamanha que gerava reações virulentas e tentativas constantes de desmoralização pública. A virulência dos ataques serve, paradoxalmente, como indício de sua força e centralidade no cenário político maranhense do século XIX.

Por fim, uma outra fonte evidencia o incômodo provocado pela atuação de Ana Jansen entre seus opositores, especialmente no interior do Partido Bem-te-vi. O destaque dado à sua presença nas articulações políticas reforça como sua figura estava diretamente associada às decisões de filiação partidária de sua família. A saída dos Jansen Pereira do Partido Liberal no final da década de 1840, gerou intensas inquietações, não apenas pela relevância política que o clã possuía, mas também por ser interpretada como uma espécie de traição. O gesto de "bandear-se" para outro grupo neste caso, com inclinação conservadora causou estranhamento e revolta, sobretudo porque os Jansen haviam feito críticas contundentes aos conservadores durante boa parte da década de 1840. A mudança de posição resultou em perseguições por parte dos antigos aliados liberais, que passaram a hostilizar a família Jansen, incluindo Ana Jansen diretamente.

Um reflexo dessa tensão pode ser observado no requerimento feito por Ana Jansen ao chefe de polícia em 23 de maio de 1849, no qual ela denuncia as ameaças e pressões sofridas em decorrência das disputas políticas da época.

D. Anna Joaquina Jansen Pereira, viúva do Cor^{el} Isidoro Rodrigues Per^a. Tem sido avisada por diferentes pessoas, que individuos dopartido que sidiz bentevi tencionão quebrar as vidraças da Caza da Supepe^e e que ese atendado será parte em execução na noite de 27 do corr^e. Em que omesmo partido se reune no Theatro desta cidad^e. Esses avizos não devem ser despresados, porq^e tem vindo de gente do m^{mo}. Lado,que a noticia. (Arquivo Públíco do Estado do Maranhão, Sec.Polícia/chefatura-Requerimentos 1842-1858).

Tal episódio revela como as perseguições no cenário político do século XIX não se limitavam aos homens e também atingiam diretamente as mulheres que ousavam ocupar

espaços de poder. É possível que Ana Jansen, em outras situações, também tenha se valido de sua influência para pressionar adversários o que era comum nas disputas políticas da época , mas o fato de ela própria se tornar alvo de ameaças explícitas por parte do Partido Bem-te-vi indica o grau de incômodo que sua presença gerava. Isso demonstra sua atuação política era percebida, e sua voz ainda que por vezes indireta, exercida por meio de articulações familiares e redes de influência era suficientemente potente para provocar reações agressivas.

A hostilidade dirigida à sua figura ajuda a compreender por que, entre tantas mulheres brancas pertencentes à elite maranhense da época, Ana Jansen foi aquela que se destacou ao ponto de se tornar um nome constante na memória coletiva, inclusive sendo transformada em personagem de lenda. Sua visibilidade política, suas alianças estratégicas e sua disposição em enfrentar os limites impostos pelo gênero a tornaram uma figura pública que não pôde ser ignorada nem pelos contemporâneos, nem pelas gerações futuras. A construção da lenda em torno de seu nome pode ser vista, portanto, como resultado direto de sua atuação em um espaço onde a presença feminina era rara, e onde, justamente por isso, cada gesto seu reverberava com força singular.

3 PRODUTO EDUCACIONAL: NOVAS FORMAS DE APRENDIZAGEM EM *ISABELA E O ENIGMA DE ANA JANSEN: UMA VIAGEM NO TEMPO*

Este capítulo reflete sobre as possibilidades pedagógicas do uso da literatura como recurso didático no ensino de História, a partir do conto infantojuvenil *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma viagem no Tempo*, concebido em formato de *e-book*. A proposta parte do entendimento de que a História e a Literatura, quando trabalhadas de forma integrada, podem potencializar os processos de ensino-aprendizagem, despertando nos estudantes não apenas o interesse pelo conteúdo, mas também a capacidade de reflexão crítica sobre os sujeitos históricos e as transformações sociais (ABUD; MELO SILVA; ALVES, 2010).

Nesse contexto, a criação do conto surgiu na qualidade de produto educacional desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), vinculado à linha de pesquisa Linguagens e Construção do Conhecimento Histórico. Além disso, o objetivo principal da proposta foi ampliar as formas de tratamento desse conteúdo, com ênfase na História das Mulheres e nas relações de gênero.

Na narrativa, a protagonista é Isabela, uma menina negra de 13 anos que, ao lado de sua cachorrinha Lili, encontra um diário misterioso no Sítio Tamancão, localizado no bairro do Anjo da Guarda. A escolha desse cenário se deu pelo fato de que, geralmente, as histórias sobre Ana Jansen se concentram no centro histórico de São Luís do Maranhão. Assim, ao ambientar parte da trama no Sítio Tamancão uma das propriedades de Ana Jansen situada do outro lado da cidade buscou-se dar visibilidade a esse espaço historicamente importante, mas pouco explorado.

A leitura do diário transporta Isabela para o século XIX, onde ela passa a vivenciar os desafios e dilemas de um período marcado por profundas desigualdades. É nesse contexto que a jovem conhece Ana Jansen, figura emblemática da história maranhense, cercada por lendas, poder e controvérsias.

Por intermédio desse encontro entre passado e presente, *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo* propõe reflexões sobre a construção social dos papéis de gênero, a presença feminina em espaços de poder, o cotidiano escravista no século XIX e a valorização da História Local como ferramenta essencial para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

A opção por uma narrativa ficcional ancorada em um passado justifica-se pela busca de um ensino mais acessível, envolvente e significativo, voltado especialmente para os estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental, público-alvo do produto. Dessa forma, o conto cumpre uma

dupla função: possibilita tanto a abordagem de conteúdos como o regime escravista, as relações sociais e o papel das mulheres no século XIX, quanto despertar a imaginação, a empatia e o protagonismo juvenil através da identificação com a personagem Isabela.

Para alcançar esse objetivo, a utilização de linguagem simples e acessível, combinada a elementos de aventura, mistério e descobertas, visa romper com a ótica tradicionalmente conteudista da disciplina de História. Como destacam Abud, Melo Silva e Alves (2010), obras literárias romances, contos e crônicas constituem ferramentas didáticas que, por serem simultaneamente desafiadoras e prazerosas, contribuem para diversificar a prática docente e viabilizar múltiplas interpretações do passado.

Além disso, o trabalho literário foi concebido em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), que inclui, entre suas competências específicas, o estímulo à leitura literária, ao desenvolvimento do pensamento crítico e à valorização da diversidade dos sujeitos históricos. Complementando essa proposta, o conto é acompanhado de atividades pedagógicas e propostas de discussão que permitem ao professor trabalhar em sala de aula os conteúdos com base em uma linguagem mais lúdica e dialógica. Desse modo, espera-se que a experiência literária promova a formação de estudantes mais críticos, conscientes do papel social e capazes de reconhecer tanto a importância da participação feminina na História do Maranhão quanto a representação da invisibilidade do poder no século XIX.

No entanto, pensar a Literatura enquanto recurso no âmbito historiográfico escolar, embora contribua para tornar as aulas mais atrativas, não elimina os desafios inerentes à construção de um trabalho literário que respeite, simultaneamente, os princípios da linguagem artística e da narrativa memorável. É crucial destacar que ambas as áreas, Literatura e História, mantêm as identidades disciplinares, preservando seus limites epistemológicos e especificidades metodológicas. Assim, quando essas duas formas de conhecimento dialogam, a responsabilidade de salvaguardar suas naturezas e propósitos distintos deve ser assumida com seriedade e sensibilidade.

Vale ressaltar que, ao recorrer à Literatura como fonte para a História, o enfoque principal não reside em verificar a fidelidade da representação do passado construída pelo autor em relação aos relatos, até porque essa não constitui a finalidade da criação literária. Na verdade, o principal interesse da História, nesse caso, dirige-se ao contexto temporal de produção da obra, visando compreender as concepções de mundo nela expressas e, principalmente, desvelar as mentalidades predominantes em determinado período (Pensavento, 2003).

Nessa perspectiva, cabe à História averiguar os processos de transformação e as

permanências nos modos de pensamento ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de apreender de que modo os sujeitos (ou figuras) percebiam e vivenciavam sua realidade sociocultural. Isto posto, a Literatura, na condição de documento histórico, oferece acesso privilegiado a essas estruturas mentais, configurando-se enquanto recurso metodológico valioso entre as diversas possibilidades de investigação. Na qualidade de fonte, propicia ao pesquisador examinar a maneira pela qual se formulam e expressam os sistemas de valores de indivíduos e grupos sociais, exibindo: o que cada sociedade elege como central ou periférico; o que classifica como aceitável ou reprovável; quais tabus mantém ou questiona; e de que maneira certos preconceitos são naturalizados ou contestados (ABUD; MELO SILVA; ALVES, 2010).

Para aprofundar essa relação, a conexão entre tais disciplinas pode ser mais produtivamente compreendida mediante a análise do conceito de representação, amplamente discutido na historiografia contemporânea, em particular nos trabalhos do historiador francês Roger Chartier (1990). No que concerne a isso, a ‘representação’ não se reduz a um simples reflexo da realidade, mas envolve um processo complexo de construção simbólica e cultural através do qual sujeitos históricos e formações sociais elaboram significados sobre o mundo e sobre si mesmos.

Consoante Chartier (1990, p. 17), “a representação não é uma reprodução fiel do real, mas uma construção cultural que obedece a códigos, convenções e expectativas sociais”. Em outras palavras, a representação denota tanto os modos de ver quanto as disputas por significados no interior de uma sociedade. Sob esse olhar, Pensavento (2003, p. 33) interpreta esses termos como atos de representação, em que,

[no] caso, este entendimento da História como narrativa sobre o passado liga-se ao conceito da representação, que encarna a ideia de uma substituição, ou ainda da presentificação de uma ausência. Assim, no sistema de representações sociais construídas pelos homens para atribuir significado ao mundo, ao que se dá o nome de imaginário, a Literatura e a História teriam o seu lugar, como formas ou modalidades discursivas que têm sempre como referência o real, mesmo que seja para negá-lo, ultrapassá-lo ou transfigurá-lo.

Esse debate teórico ganha relevância prática no campo do ensino, onde o uso da Literatura como recurso didático no ensino de História possibilita explorar camadas de representação: a maneira pela qual o passado é reconstruído, reinterpretado e narrado, seja por meio da memória, da ficção ou da historiografia. Tal enfoque amplia o horizonte de compreensão, ao colocar os estudantes diante de diferentes modos de se representar uma época, um sujeito ou uma estrutura social (ABUD; MELO SILVA; ALVES, 2010).

Contudo, ao inserir uma área enquanto fonte para a outra, os pesquisadores apontam

alguns desafios a serem considerados, conforme já mencionado anteriormente, sobretudo no que diz respeito ao entendimento das fronteiras entre ambas as áreas. Conforme Nunes, Fialho e Machado (2016, p. 5), “os conceitos de verdade e verossimilhança, o que caracteriza cada uma, o que as aproxima, o que as diferencia. Como se vê pelas disputas de ideias...”. Tais questões geram questionamentos sobre o que é ficção e o que é verdade dentro das narrativas.

Essas tensões revelam a complexidade da relação entre Literatura e História, exigindo do pesquisador uma postura crítica diante das fontes ficcionais, sem desconsiderar o potencial de representar sensibilidades, experiências e visões de mundo. Logo, é essencial discernir o papel de cada uma dessas áreas e refletir sobre as possibilidades de sua articulação no contexto escolar. Como pondera Gonçalves Filho (2000) a Literatura, por sua natureza simbólica e subjetiva, é um campo cultural amplo e multifacetado:

A literatura, parafraseando Nietzsche, serve para tudo e para nada, e talvez, para uma sociedade que parece tomar conta de todos os nossos sentidos e prazeres, para nada. A literatura se apresenta como uma instância cultural que facilita a configuração, por parte de seu usuário, de variados tipos de reação, desde a alienação escandalosa ao engajamento radical, o refinamento intelectual à grosseria pedagógica – em síntese: o mergulho na loucura ou ao repouso na sabedoria. (GONÇALVES FILHO, 2000, p. 34).

Para Pesavento (2003), embora ambas se dediquem a representar o passado ou a realidade contemporânea, cada uma o faz a partir de perspectivas e compromissos distintos. A narrativa histórica está ancorada em eventos que realmente ocorreram, baseando-se em personagens e fatos comprováveis, enquanto a Literatura não exige esse vínculo com a realidade factual. Entretanto, ambas convergem na busca pela verossimilhança, ou seja, a capacidade de produzir uma impressão de verdade ou proximidade com o real. A diferença fulcral reside na intenção: enquanto o historiador constrói a narrativa com a pretensão de verdade, baseada em fontes e métodos, o escritor literário tem liberdade para criar universos ficcionais que dialogam com o real sem a obrigação de comprová-lo.

É nesse diálogo entre liberdade criativa e rigor histórico que se insere *Isabela e o Enigma de Ana Jansen*. Ao articular ficção e realidade, o conto constrói uma ponte entre a imaginação literária e o debate historiográfico, tornando-se um recurso eficaz para tratar de temas estruturantes da sociedade oitocentista maranhense: o poder, a escravização e as dinâmicas sociais. Nesse contexto, o pensamento crítico no que concerne às questões de gênero emerge como ferramenta de leitura crítica do passado.

Essa produção literária aqui apresentada neste capítulo dialoga com os pressupostos de Joan Scott (1995), ao compreender o gênero não apenas enquanto sinônimo de ‘mulheres’ ou

na forma de uma simples oposição de categorização binária entre os sexos ‘homem’ e ‘mulher’, porém como uma categoria analítica fundamental para entender as formas pelas quais as relações de poder são construídas, mantidas e naturalizadas na sociedade. Nesse quadro, Scott (1995) enfatiza que as mulheres não formam um grupo homogêneo e que as identidades são atravessadas por outras dimensões, tais como classe, raça e etnia. Assim, o uso do conceito de gênero no conto não se restringe à representação feminina, no entanto busca evidenciar de que modo as hierarquias sociais são estruturadas por meio de construções simbólicas e culturais que envolvem o poder.

Além dessa fundamentação teórica, *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo* também se inspira nas reflexões de Michelle Perrot (2019), ao enfatizar a importância de recuperar as experiências das mulheres que por muito tempo foram apagadas pela historiografia tradicional. Como discutido no primeiro capítulo desta dissertação, é inegável que hoje já não vivemos o mesmo silenciamento em relação às mulheres de décadas atrás. No entanto, não se pode ignorar que, mesmo com esse progresso, a presença das mulheres em narrativas ainda é frequentemente tratada enquanto um ‘complemento’ ou colocada em espaços marginais, secundários, na condição de curiosidades ou reduzidas a notas de rodapé.

Essa problemática encontra eco ainda na observação de Scott (1995) acerca da forma pela qual as discussões de gênero permanecem incompatibilizadas com escrutínios de poder na prática educativa. Consequentemente, nos livros didáticos e nas práticas escolares, as mulheres ainda figuram predominantemente na posição de coadjuvantes dos ‘grandes eventos’, raramente aparecendo como agentes centrais das transformações sociohistóricas. Logo, o que antes era ‘silêncio’ hoje assume a forma de uma inclusão superficial, exigindo crítica e aprofundamento teórico-metodológico.

É precisamente contra essa marginalização que o conto propõe sua intervenção pedagógica. Ao eleger Isabela como protagonista da narrativa *Isabela e o Enigma de Ana Jansen*, buscou-se novas formas de compreender a História. A personagem, ao viajar no tempo e desvendar os mistérios que envolvem Ana Jansen, não apenas interage com fatos do passado, mas também vivencia situações que dialogam com questões ainda presentes no cotidiano escolar dos estudantes. Através dessa estratégia narrativa, a obra evidencia de que modo as relações de poder estão profundamente interligadas à construção cultural dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, demonstrando a maneira pela qual essas concepções moldaram e ainda moldam as estruturas sociais.

Ao acompanhar a trajetória de Ana Jansen sob o olhar curioso e crítico de uma jovem negra do século XXI, os leitores são convidados a refletir sobre as permanências e rupturas em

torno das desigualdades de gênero, da escravização e das disputas por reconhecimento e representatividade. Dessa forma, o conto assume um papel formativo ao promover uma leitura crítica do passado, estabelecendo pontes com o presente e contribuindo para a construção de uma consciência mais sensível às múltiplas vozes que compõem a história.

Essa proposta coloca em evidência a necessidade de refletir sobre a prática docente e sobre como podemos atuar, de forma efetiva, para o enfrentamento das desigualdades de gênero, que é um dos eixos centrais deste trabalho. Nesse sentido, questiona-se: até que ponto em *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo* pode ser um instrumento de transformação? Não existe e talvez nem deva existir uma ‘receita pronta’ para o enfrentamento dessas desigualdades, especialmente no contexto escolar. A sala de aula é um espaço de múltiplas experiências, subjetividades e disputas simbólicas, o que torna qualquer proposta de transformação necessariamente complexa e contínua. Embora tenhamos consciência de que há inúmeros desafios a serem superados, isso não significa que a mudança seja inviável ou que não possam ser construídas ações concretas em direção à equidade. Como bem sintetiza Abud (2018)

Cada professora, ao analisar sua prática, pode pensar quais são as melhores medidas a serem tomadas, sem que isso seja retirado de um manual e aplicado diretamente na sala de aula [...] Tão insuportável quanto um texto que parece querer “dar receitas” é aquele que aponta problemas sem ajudar a pensar soluções (ABUD, 2018, p. 80).

Essa perspectiva reforça a importância de valorizar a autonomia docente e o olhar crítico sobre o cotidiano escolar, atentando que cada contexto educacional possui suas particularidades e demandas específicas. Trata-se, assim, não de seguir um modelo rígido, mas de construir, a partir da realidade concreta da sala de aula, estratégias pedagógicas sensíveis às desigualdades de gênero e capazes de promover transformações significativas (ABUD, 2018).

Nesse cenário, o conto apresenta-se como uma dessas possibilidades de intervenção. Ao articular História e Literatura, realidade e ficção, permite abordar de forma acessível e crítica temas complexos como relações de poder, escravização, identidade e representatividade. A proposta vai além da transmissão de conteúdos: busca despertar nos estudantes a capacidade de questionar as narrativas dominantes, compreender os silenciamentos e valorizar a pluralidade de experiências que compõem o passado.

Desse modo, entende-se que a luta por uma educação mais igualitária não se faz apenas com teorias, mas também com práticas concretas, criativas e comprometidas com a transformação social. O produto educacional aqui proposto é, portanto, uma tentativa de contribuir com essa construção, sem a pretensão de oferecer verdades absolutas, mas com o

desejo de provocar questionamentos, abrir caminhos e legitimar outras vozes na escrita e no ensino da História.

Além de destacar o objetivo principal deste trabalho, refletimos sobre seu potencial para fortalecer o ensino da História local. Ana Jansen, como figura emblemática maranhense, ocupa um lugar de destaque na memória coletiva¹⁷ do estado, seja por meio das lendas que a cercam, da presença do sobrenome em ruas e espaços públicos ou dos diversos estudos que buscam compreender sua trajetória multifacetada.

Diante disso, a proposta apresentada, assim sendo, insere-se nesse esforço de resgate e valorização da História do Maranhão, oferecendo aos estudantes a oportunidade de constatar a importância de personagens locais nas construções sociais, políticas e culturais do passado. Com isso, depreende, sobretudo, que o conhecimento local não foi construído apenas por homens, mas também por mulheres que exerceram influência, protagonismo e poder, ainda que muitas vezes silenciadas pelas narrativas tradicionais.

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos... (SAMUEL, 1989, p. 220).

Vale realçar que o estudo da História Local permite ao pesquisador — ou ao aluno, no contexto socioeducativo — ter um contato direto com os vestígios do passado. Ou seja, a história deixa de ser algo apenas ‘dos livros’ e passa a ser percebida no ambiente em que se vive: nos nomes de ruas, nos monumentos, nos mercados, nas construções antigas, nas práticas culturais e até nas conversas populares.

Nesse sentido, a metáfora usada por Samuel (1989, p. 220) “dobrando a esquina e descendo a rua” ilustra bem essa ideia de que o passado está presente no cotidiano e pode ser acessado de maneira sensível e imediata. Por essa razão, a História Local se torna uma ferramenta potente para despertar o interesse dos estudantes, pois os ajuda a reconhecer que fazem parte de uma continuidade histórica, e que seu território, sua comunidade e seus antepassados também são dignos de estudo, valorização e memória. Dessa maneira, ao integrar figuras como Ana Jansen ao ensino, o trabalho propõe justamente a aproximação entre o

¹⁷ O conceito de *memória coletiva* adotado neste trabalho dialoga com a perspectiva de Jacques Le Goff, para quem a memória “não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (Le Goff, 1990, p. 435). O autor destaca que o controle da memória constitui uma forma de dominação simbólica, especialmente evidente em sociedades cuja tradição ainda é fortemente oral ou que se encontram em processo de consolidação de uma memória escrita. Nesses contextos, torna-se mais visível a disputa pela apropriação da recordação e da tradição, o que evidencia o caráter político da memória e sua função na construção de identidades coletivas e na legitimação de hegemonias sociais.

passado e o presente, entre a história acadêmica e o cotidiano dos alunos.

Tal reflexão nos leva a questionar de que forma o passado está presente no cotidiano no ato de ‘escutar’ memórias, ao descer uma rua ou ao observar os espaços da cidade. Tomemos, como exemplo, Ana Jansen. Existe, em São Luís, uma localidade denominada ‘Lagoa da Jansen’. Seria essa uma referência direta à figura de Ana Jansen? Ou ainda, ao caminhar pelas ruas do Centro Histórico, é comum ouvir, principalmente de avós e moradores antigos, relatos sobre uma carruagem que assombrava as noites de sexta-feira, ecoando lendas ligadas ao seu nome. Por que essas memórias, tão enraizadas na cultura local, não são debatidas na sala de aula? Por que não investigamos o motivo de Ana Jansen ter sido marcada como uma ‘mulher má’, enquanto outras mulheres brancas da elite, igualmente envolvidas em práticas violentas e perversas, não foram estigmatizadas da mesma forma?

A resposta certamente é complexa. Contudo, apenas parte dela buscamos abordar neste trabalho, pois ainda haveria muito a ser debatido. Consoante Fonseca (2003), é imprescindível repensar as relações entre a historiografia e os processos de produção e difusão do saber histórico no espaço curricular da disciplina na Educação Básica. Nesse aspecto, compartilhamos dessa perspectiva, porque entendemos que a valorização da História local no ambiente escolar pode promover uma aproximação mais significativa entre os estudantes e os saberes sobre tempos anteriores. Ao reconhecer os acontecimentos, personagens e espaços que compõem a memória de sua própria comunidade, os alunos são convidados a refletir sobre esses processos a partir de realidades que as são familiares.

Contudo, essa inserção ainda enfrenta desafios, como a escassez de materiais didáticos específicos, a limitada formação docente para lidar com a abordagem aqui proposta e a predominância de uma narrativa centrada no âmbito nacional, que tende a invisibilizar as experiências locais. Diante disso, discutir o passado local no currículo escolar é também repensar as formas pelas quais o conhecimento é selecionado, legitimado e transmitido, abrindo espaço para outras vozes, outros territórios e outras vivências que compõem o tecido social do país (MATEUS, 2020).

Nesse panorama, o historiador Sampaio Mateus, em sua dissertação de mestrado intitulada *A BALAIADA NA SALA DE AULA: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”* (2018), buscou examinar alguns trabalhos por volta das dificuldades do ensino de História Local/Regional/do Maranhão, e percebeu que, ao passar dos anos, algumas problemáticas continuam presentes.

Um dos primeiros estudos a ser analisado é da pesquisadora Maria do Socorro Coelho Cabral no artigo *O ensino de História do Maranhão no 1º Grau* (1987), que, segundo Sampaio

Mateus (2018), foi um dos primeiros trabalhos ao sondar o registro do passado maranhense nos livros didáticos, o que resultou em uma perspectiva em que a memória local estava interligada a uma visão mítica da realidade. Nessa narrativa, as ações, os movimentos e o cotidiano da população maranhense são colocados em segundo plano, permanecendo à margem do discurso histórico dominante. Ademais, o relato do passado é apresentado sob a ótica de um grupo específico e, ao ser difundida nas instituições escolares, acaba por se consolidar como a versão hegemônica daquela que passa a compor o imaginário coletivo e a ideia de história no senso comum (MATEUS, 2018).

Outro aspecto relevante, apontado por Sampaio Mateus (2020), é que, em seu parecer sobre os livros didáticos utilizados no ensino de maranhense, destaca a falta de materiais que abordem de forma adequada a História Local. Essa ausência contribui diretamente para o desinteresse dos alunos referente ao passado do estado. Segundo o autor, um dos fatores que intensificou esse distanciamento foi a vinculação das universidades públicas ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cuja estrutura prioriza conteúdos de abrangência nacional, levando os estudantes a dedicarem menos atenção aos temas regionais.

Diante desse cenário, revela-se um desafio pedagógico considerável: como tornar o ensino da disciplina mais significativo para os estudantes se suas próprias vivências e identidades regionais são negligenciadas nos materiais e nas avaliações? Logo, valorizar a História Local é, portanto, uma estratégia não apenas de inclusão de novos sujeitos e territórios na narrativa, mas também de fortalecimento do sentimento de pertencimento e da consciência crítica dos estudantes sobre o lugar que ocupam na sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) mencionam a importância da História Local para os alunos:

O Ensino e aprendizagem de História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas (BRASIL, 1997, p. 49).

Ou seja, o estudo das particularidades regionais e locais tem por finalidade aproximar o saber sobre o passado da vivência do estudante, permitindo que ele se perceba enquanto parte integrante dos processos históricos. Outrossim, essa abordagem estimula uma leitura dos acontecimentos pretéritos que parte do contexto local e regional, ampliando-se progressivamente até alcançar a apreensão da história nacional e de suas narrativas oficiais (MATEUS, 2018).

Nesse contexto, a História Local configura-se como um conjunto de saberes construídos

a partir de uma determinada realidade específica, que exerce influência direta no processo de produção do conhecimento. É fundamental internalizar que essa questão não deve ser tratada como um tratamento isolado ou inferior às dimensões do regional, nacional ou mundial. Pelo contrário, a relevância reside justamente na possibilidade de estabelecer conexões entre essas diferentes escalas, proporcionando uma compreensão mais contextualizada e integrada dos processos históricos (OLIVEIRA JUNIOR; BRAGA; MARTINHO; RODRIGUES DOS SANTOS, 2023).

Vale ressaltar que, ao destacar a importância da História Local, não se pretende desvalorizar os estudos voltados à História Nacional e Mundial. Afinal, essas dimensões são igualmente essenciais para a formação do sujeito, pois dilatam a percepção de pertencimento e inserção em contextos mais amplos. No entanto, a História Local possui um potencial pedagógico singular, porque permite ao aluno se reconhecer como parte ativa do processo histórico, a partir de experiências e referências próximas à sua realidade cotidiana.

Dentro dessa perspectiva, figuras como Ana Jansen ganham relevância, ainda que pertençam à elite maranhense, grupo que historicamente tem sido o foco predominante dos estudos voltados à memória do Maranhão.

No entanto, é pertinente destacar que, mesmo dentro da elite, a presença da figura da mulher foi frequentemente invisibilizada nos registros. Nesse sentido, a trajetória de Ana Jansen oferece, portanto, uma oportunidade de lançar um novo olhar sobre a História Local, permitindo vislumbrar como uma mulher exerceu influência em um contexto marcado por estruturas patriarcais e pela centralidade masculina nos espaços de poder. Sua atuação, ainda que permeada por contradições, contribui para expandir a compreensão sobre as múltiplas formas de agência feminina no século XIX e dos mecanismos através dos quais essas experiências podem e devem ser integradas à narrativa regional.

Por fim, mas não menos relevante, *Isabela e o Enigma de Ana Jansen*: uma viagem histórica busca promover nos estudantes a consciência histórica, conforme propõe Jörn Rüsen (2010), ao articular passado, presente e futuro por meio da narrativa. Ao mesmo tempo, ao acompanhar a personagem Isabela em sua viagem ao século XIX, os alunos são incentivados a refletir sobre as permanências e mudanças na história maranhense, entendendo o passado como parte de sua própria formação. Dessa forma, a experiência literária desperta dimensões emocionais, cognitivas e práticas, cruciais para uma aprendizagem pretérita significativa, que favorece a construção de identidades e o reconhecimento do aluno como sujeito histórico ativo.

3.1 Elaboração do Produto Educacional

Esta subseção apresenta os caminhos metodológicos adotados na construção do produto educacional. Para isso, buscamos inicialmente compreender o que caracteriza um ‘produto educacional’ e quais cuidados são necessários em sua elaboração.

Nesse sentido, entendemos que um produto educacional, especialmente no âmbito dos programas de pós-graduação profissionais, deve articular conhecimento teórico e prática pedagógica, com vistas à inovação no processo de ensino-aprendizagem. Mais do que um recurso didático, trata-se de uma proposta que dialoga com a realidade da escola, com os desafios da sala de aula e com os saberes dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Dessa forma, a construção desse produto exigiu uma reflexão crítica sobre os conteúdos a serem abordados, os objetivos formativos, o público-alvo e as possibilidades metodológicas capazes de promover o engajamento dos estudantes (FREITAS, 2021).

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (BRASIL, 2019 p. 15).

Diante dessas considerações, optamos por desenvolver um conto juvenil intitulado *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo*. Além disso, nosso trabalho está inserido, de forma mais precisa, nas unidades temáticas do 8º ano do Ensino Fundamental II, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), especificamente no tópico ‘Brasil no século XIX’.

Esse eixo temático oferece um espaço propício para a discussão e o amadurecimento de propostas pedagógicas voltadas ao entendimento dos processos históricos desse período, possibilitando abordar, entre outros aspectos, a trajetória de Ana Jansen e sua atuação nos espaços de poder no Maranhão oitocentista. Desse modo, o conto foi pensado como um recurso didático que articula narrativa ficcional e conhecimento histórico, despertando o interesse dos estudantes pela ludicidade, identificação com a protagonista e exploração de elementos da História Local.

A produção literária *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo* foi elaborada em quatro etapas principais. A primeira consistiu no levantamento e estudo de fontes documentais e bibliográficas sobre a trajetória de Ana Jansen e o contexto social, político e econômico do Maranhão oitocentista. Essa fase foi essencial para garantir a lembrança e a

contextualização dos conteúdos abordados, mesmo quando transpostos para uma linguagem literária mais acessível ao público juvenil.

Na sequência, na segunda etapa, dedicamo-nos à ampliação das leituras, aprofundando não apenas o conhecimento sobre a figura de Ana Jansen, mas também explorando produções e reflexões teóricas sobre o gênero textual *conto*. Esse momento marcou o início da construção concreta da narrativa ficcional, orientada por preocupações estéticas e pedagógicas. Para tanto, foi realizado um estudo sobre a linguagem e a estrutura do conto, compreendendo os principais elementos (enredo, personagens, espaço, tempo, clímax e desfecho).

Posteriormente, com base nesses elementos, estruturamos o roteiro da trama, cuidando para que cada parte da narrativa contribuísse para o desenvolvimento do tema central: a trajetória de Ana Jansen nos espaços de poder do século XIX.

Em seguida, a terceira etapa envolveu a redação definitiva do gênero textual escolhido e sua diagramação na plataforma *Canva Pro*, na qual também foram inseridas as ilustrações iniciais. Essas imagens foram posteriormente finalizadas e coloridas com o auxílio do software *Clip Studio Paint*, garantindo maior apelo visual e coesão estética à obra. Após essa fase, o material passou por uma revisão ortográfica e gramatical, assegurando a correção textual e o alinhamento com os objetivos pedagógicos propostos.

Por fim, a quarta etapa da construção do conto corresponderam às partes complementares da obra, como a elaboração de atividades pedagógicas e a inserção de curiosidades históricas. A criação das atividades foi orientada pelas diretrizes da BNCC, com foco nas habilidades previstas para os anos finais do Ensino Fundamental, garantindo, assim, o alinhamento do material às competências exigidas.

Ademais, considerando que a dissertação e o produto educacional devem dialogar de forma orgânica, buscamos manter uma estreita conexão entre ambos. Os dados, reflexões e análises presentes neste trabalho acadêmico encontram-se igualmente integrados à narrativa de *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo*, assegurando unidade entre a fundamentação teórica e a proposta didática. Vale realçar que o processo de busca por essas fontes, realizado em arquivos públicos, bibliotecas e acervos pessoais, confirmou-se exigente e por vezes desafiador. No entanto, foi um percurso necessário para embasar historicamente tanto a escrita da obra literária quanto as reflexões apresentadas na dissertação, garantindo maior rigor acadêmico e compromisso com o contexto dos fatos representados na ficção.

Nesse ínterim, o processo de construção do conto coincidiu com a realização do estágio supervisionado desta mestrande, conduzido com os alunos do primeiro período do curso de História. A experiência se revelou significativa, especialmente na disciplina Introdução ao

Estudo e à Pesquisa em História, que proporciona uma reflexão inicial sobre os fundamentos da prática historiográfica. Ao longo das aulas, procuramos estimular reflexões sobre a produção do conhecimento temporal, a importância das fontes e as possibilidades de transposição didática do saber acadêmico para o espaço escolar.

No desenvolvimento dessas discussões, apresentei aos alunos alguns espaços que possibilitam o acesso a fontes primárias. Realizamos, por exemplo, uma visita de estudo ao Arquivo Público do Estado do Maranhão, ocasião em que destaquei a relevância dessa instituição tanto para a construção da minha dissertação quanto para o desenvolvimento do meu produto educacional. Os alunos demonstraram grande entusiasmo ao vivenciar a experiência de ter contato direto com documentos antigos, o que contribuiu para aproximá-los da prática da pesquisa histórica.

Figura D- Estudo do meio no Arquivo Público do Estado do Maranhão



Fonte: Arquivo Pessoal

Na continuidade do processo formativo, ressaltei que, embora a visita presencial tenha sido enriquecedora, atualmente é possível acessar diversas fontes primárias por meio de acervos digitalizados. Expliquei que arquivos e bibliotecas, como a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Benedito Leite, disponibilizam seus materiais online, o que amplia significativamente as possibilidades de pesquisa, sobretudo para aqueles que não têm acesso físico a essas instituições.

No segundo momento, destaquei que é possível realizar pesquisas com fontes primárias sem, necessariamente, visitar presencialmente os locais onde elas estão guardadas. Expliquei que atualmente muitos arquivos e bibliotecas disponibilizam acervos digitalizados, como é o caso da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Benedito Leite, o que amplia o acesso às fontes históricas.

Figura E – Demonstração de pesquisas virtuais



Fonte: Arquivo pessoal

Após a introdução sobre o que é uma pesquisa histórica, decidi compartilhar com os licenciandos a experiência que estava desenvolvendo: a criação de um conto infantojuvenil como produto educacional, inspirado na trajetória de Ana Jansen. A turma demonstrou grande interesse para conhecer o trabalho. Embora a experiência não tenha se constituído uma testagem do produto da forma como entendemos mais adequada, certamente serviu para a apresentação de elementos centrais do conto, para o recebimento da crítica dos alunos e para a incorporação dessas críticas na versão final do produto pedagógico.

Importante ressaltar que durante essa apresentação uma aluna fez um questionamento que se revelou extremamente relevante para o aprofundamento das discussões. A estudante, que se identificou como mulher negra, manifestou que não se sentia representada pela figura de Ana Jansen. Seu posicionamento provocou um debate intenso na sala, dividindo opiniões entre os discentes. Alguns alunos concordaram que o sentimento de não identificação era legítimo, especialmente considerando as implicações históricas de classe, raça e poder na sociedade escravista do século XIX. Outros, por sua vez, defenderam que, embora a trajetória de Ana Jansen não contemplasse a experiência de todas as mulheres, sua história ainda era importante de ser estudada e problematizada, justamente para evidenciar as contradições de seu tempo.

Esse momento de troca foi extremamente rico para a construção do produto educacional. As falas dos alunos me alertaram para a necessidade de abordar, no conto, essas múltiplas camadas da história de Ana Jansen, sem romantizações. Assim, a partir dessa experiência, fiz algumas alterações importantes no desenvolvimento da narrativa: intensifiquei o cuidado em

problematizar o contexto escravista em que Ana Jansen estava inserida e deixei mais explícito, na condução da história, que a análise de personagens históricos precisa considerar suas contradições, seus privilégios e suas limitações.

Além disso, passei a trabalhar no conto com a ideia de apresentar vozes múltiplas, permitindo que a protagonista da história uma jovem negra se posicionasse de forma crítica diante das figuras históricas que encontrava ao longo da trama. Esse recurso buscou valorizar a perspectiva da aluna e de outros estudantes que trouxeram reflexões similares, reforçando o compromisso do produto educacional não apenas com a memória histórica, mas também com uma formação crítica e sensível às questões de identidade e representação.

Outro momento importante para promover ajustes no produto educacional surgiu a partir da observação atenta dos alunos durante a apresentação. Eles perceberam que as ilustrações, inicialmente propostas, estavam excessivamente enfatizadas, ocupando mais espaço do que o necessário em relação ao texto, o que poderia comprometer a fluidez da narrativa. Além disso, apontaram que a linguagem utilizada ainda apresentava traços muito acadêmicos, o que poderia dificultar a compreensão dos estudantes do Ensino Fundamental, público-alvo do conto.

Essas observações me fizeram repensar tanto o equilíbrio entre texto e imagem quanto a escolha vocabular e a estrutura das frases. A partir desse retorno, optei por ajustar as ilustrações, tornando-as mais harmônicas e complementares ao enredo, sem que sobrecarregassem visualmente a leitura. Também revisei o texto, buscando uma linguagem mais acessível e envolvente, que respeitasse a complexidade dos temas históricos abordados, mas sem recorrer a termos excessivamente técnicos ou elaborados.

A troca que se estabeleceu foi bastante enriquecedora, permitindo não apenas o aprimoramento da narrativa a partir das observações dos alunos, mas também o fortalecimento do diálogo entre universidade e escola. Como destacam Azevedo e Lima (2011), é possível (e necessário) levar as pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico para a Educação Básica por meio das diferentes configurações das linguagens históricas, o que contribui de maneira didática para a facilitação do processo de aprendizagem dos estudantes.

Contudo, como já ressaltado, mesmo sem ter realizado uma testagem com a íntegra do produto educacional, a contribuição dos licenciandos enquanto futuros professores de História e recém-formados no ensino básico foi de extrema relevância para o desenvolvimento da proposta.

Quanto à trama escolhida para o conto infantojuvenil, possui ela os seguintes personagens:

Narrador: em terceira pessoa, onisciente e com foco principal na personagem Isabela.

Características: sabe o que Isabela sente, pensa e percebe. Descreve os ambientes, ações e diálogos com riqueza de detalhes. Às vezes se aproxima de um estilo quase intimista, revelando emoções e reflexões da protagonista.

Personagem Isabela: a protagonista é uma garota negra de 13 anos, corajosa e curiosa, que vive com seus pais e a inseparável cachorrinha Lili no bairro do Anjo da Guarda em São Luís do Maranhão. Sua rotina se transforma quando encontra um diário misterioso que a transporta para o século XIX, dando início a uma jornada repleta de descobertas. Ao longo da trama, ela se descobre como uma estudante investigadora e crítica, cuja consciência histórica está em constante formação, representando o olhar questionador das juventudes diante do passado e das memórias que o cercam.

Personagem Lili: cachorrinha de estimação de Isabela. Acompanha a protagonista em toda a aventura e, em vários momentos, parece perceber perigos e pistas determinantes. Simboliza lealdade, afeto e sensibilidade.

Personagem Ana Jansen: figura central da narrativa. É apresentada de forma complexa: poderosa, estratégica, com ações contraditórias. Participa ativamente da história no século XIX e ajuda Isabela a entender o enigma e a importância de revisitar o passado das mulheres.

Personagem Joaquim: menino negro do século XIX, da mesma idade de Isabela. Vendedor de água que ajuda Isabela na nova época. Tem conhecimento sobre a rotina da época, sobre Ana Jansen e sobre a dura realidade da escravização. Representa a voz da infância negra silenciada na História oficial.

Personagem Manuel: homem mais velho que trabalha no Sítio Tamancão. Pessoa de confiança de Ana Jansen. Acolhe Isabela quando ela chega ao sítio no século XIX. Figura de sabedoria e apoio.

Personagens secundários — Carlos e Regina: pais de Isabela. Atuantes apenas no tempo presente. Não acreditam no relato da filha, tratando-a como um sonho.

A história de Ana Jansen é marcada por uma complexa mistura entre fatos pretéritos e elementos lendários, o que contribuiu para a construção de uma imagem ambígua e enigmática. Considerada por alguns como uma mulher poderosa e influente, e por outros figura envolta em mistérios e crueldade, sua trajetória reflete as contradições e tensões da sociedade maranhense oitocentista. Ao revisitarmos, somos convidados a refletir sobre os papéis das mulheres e as relações de poder no Maranhão do século XIX.

No entanto, o produto, por sua vez, parte dessa memória coletiva em que Ana Jansen é lembrada quase exclusivamente pela lente da maldade e do medo. Nesse panorama, através da

personagem Isabela, uma jovem curiosa e corajosa, a narrativa busca desvendar o enigma por trás da figura emblemática e compreender os caminhos que levaram à construção de sua lenda e imagem. Além disso, *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo* propõe uma reflexão crítica sobre a diversidade da experiência feminina no século XIX, deixando claro que Ana Jansen não representa todas as mulheres da época. É justamente nessa diferenciação que a obra encontra seu valor, ao mostrar que as mulheres não são um grupo homogêneo, porém sujeitos históricos com trajetórias distintas, marcadas por contextos, escolhas e possibilidades diversas.

Quanto à produção, as tecnologias utilizadas na construção do produto educacional incluíram o *Canva Pro*, plataforma na qual foi inserida a narrativa acompanhada de ilustrações e recursos gráficos disponibilizados pela própria ferramenta. Ademais, o *software Clip Studio Paint* foi utilizado para auxiliar na produção visual, especialmente nas ilustrações presentes nas seções de atividades e curiosidades, contribuindo para uma apresentação mais atrativa e adequada ao público infantojuvenil.

No que diz respeito à distribuição, o produto é disponibilizado em dois formatos: PDF e EPUB. Por um lado, recomenda-se a utilização do formato EPUB em ambientes domiciliares, por meio de dispositivos como celulares e computadores, uma vez que esse formato preserva com maior fidelidade a formatação original do e-book, proporcionando uma experiência de leitura mais fluida e adaptável às telas. Por outro lado, o formato PDF será mais indicado para o uso em sala de aula, pois permite a impressão das páginas, facilitando o acesso dos alunos que não possuem dispositivos móveis ou que estudam em escolas onde há restrições quanto ao uso desses aparelhos por estudantes dessa faixa etária. Vale realçar ainda que, além do nível de escolaridade do público ao qual o e-book se destina, o material foi elaborado de forma a privilegiar o uso de imagens que estimulem a interpretação, a reflexão e o debate entre os alunos.

Outro momento significativo na construção do produto educacional foi, além da busca por fontes como manuscritos e jornais da época, a vivência proporcionada pelas visitas a locais ligados à trajetória de Ana Jansen. Embora não tenhamos conseguido visitar¹⁸ todas as propriedades associadas a ela, conseguimos conhecer algumas que ainda se encontram preservadas no centro histórico de São Luís do Maranhão.

¹⁸ Fizemos algumas visitas a propriedades atribuídas a Ana Jansen, localizadas no Centro Histórico de São Luís do Maranhão, especificamente nos seguintes endereços: Rua Oswaldo Cruz, nº 782; Rua Rio Branco; Rua Oswaldo Cruz (sem número especificado); Avenida Pedro II, nº 199; e Rua das Hortas, nº 26 — todas mencionadas na obra de Waldemar Santos (1978). A última visita foi ao Sítio Tamancão, situado na Rua do Apicum, 6-198, no bairro Anjo da Guarda, cuja referência foi consultada diretamente no inventário de Ana Jansen.

Dentre essas visitas, destaca-se a ida ao Sítio Tamancão, espaço central da narrativa do e-book, que se revelou uma experiência marcante. Isso porque se trata de um patrimônio histórico e cultural maranhense que, mesmo com reformas e intervenções ao longo do tempo, ainda preserva elementos arquitetônicos que remetem ao século XIX, permitindo uma conexão direta com o passado.

Por fim, a escuta atenta aos moradores da região também foi uma etapa proveitosa dessa vivência. Muitos deles compartilham histórias que, embora permeadas por lendas e interpretações populares, vêm sendo transmitidas oralmente por gerações. Não por acaso, relatos sobre a figura de Ana Jansen, comumente descrita como uma mulher perversa, circulam no imaginário coletivo, mesmo entre aqueles que pouco conhecem sua real trajetória.

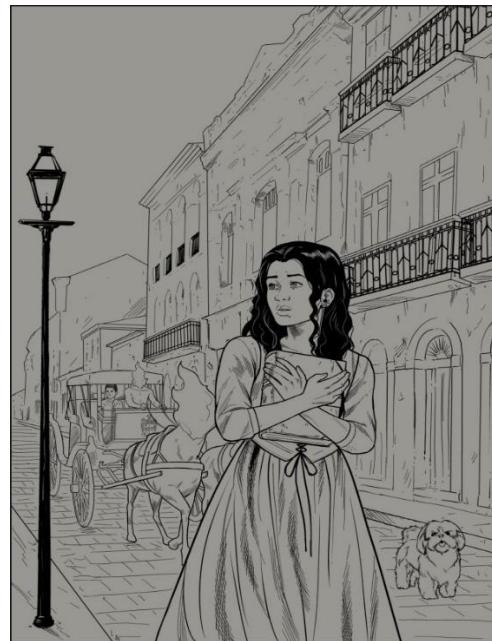
Durante nossa visita, ouvimos de um morador que antigas construções dentro do local teriam sido demolidas para dar lugar à instalação de instituições governamentais. Embora não tenhamos conseguido comprovar a informação, pois o sítio estava fechado para visitação no momento, estar fisicamente presente naquele espaço, cenário da história contada no produto educacional, foi uma experiência emocionante e enriquecedora para o desenvolvimento do projeto.

Essas visitas contribuíram de maneira expressiva para a produção das ilustrações, um elemento essencial em contos infantojuvenis, pois facilitam a compreensão da narrativa e despertam o interesse dos leitores. Para isso, contamos com o apoio de um ilustrador, um colorista e um diagramador, que colaboraram na construção da identidade visual da história e deram forma ao universo imaginado.

Nessa etapa, ao dialogar com o ilustrador, foi necessário definir aspectos visuais dos personagens, como cor da pele, estatura, acessórios e, sobretudo, as vestimentas, elemento que merece maior destaque. Para garantir precisão histórica, realizamos uma pesquisa sobre os estilos de roupas utilizados no século XIX, pois naquele contexto as vestimentas e itens como chapéus, particularmente entre os homens da elite, funcionavam enquanto marcadores simbólicos de poder e status social. Em contrapartida, a aparência de personagens, por exemplo, Joaquim, um jovem escravizado, descalço e de vestes simples. Esses elementos visuais, articulados com a narrativa, têm papel didático crucial, já que permitem que os leitores reflitam sobre desigualdades sociais e relações de poder na História do Maranhão.

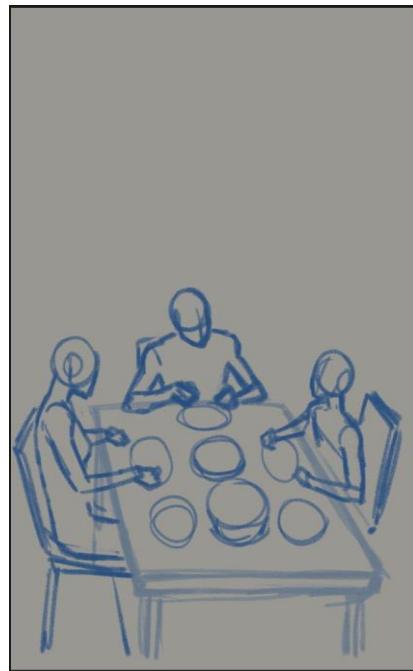
Apenas para ilustrar o processo criativo, eis alguns esboços das ilustrações do produto.

Figura F - Rascunho da ilustração (Capa)



Fonte: Arquivo pessoal

Figura G - Rascunho da ilustração (Família de Isabela)



Fonte: Arquivo pessoal

Figura H - Rascunho da ilustração (Lendo o Diário)



Fonte: Arquivo pessoal

Figura I - Rascunho da ilustração (Mercado)



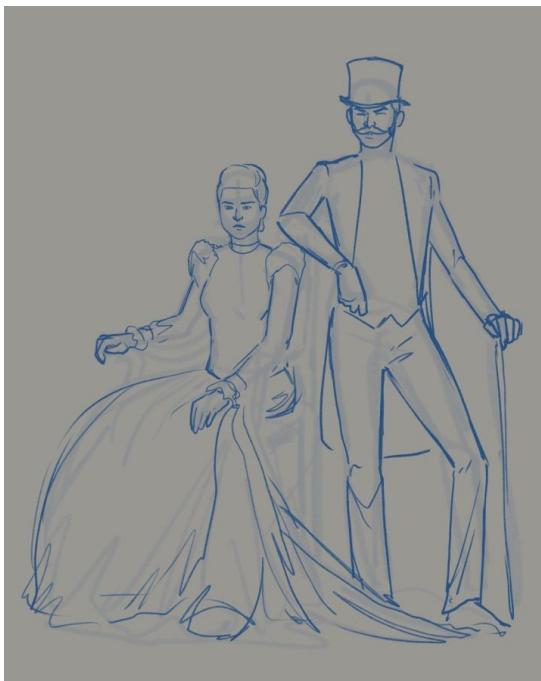
Fonte: Arquivo pessoal

Figura J - Rascunho da ilustração (Viagem no Tempo)



Fonte: Arquivo pessoal

Figura K - Rascunho da ilustração (Ana Jansen e Isidoro Pereira)



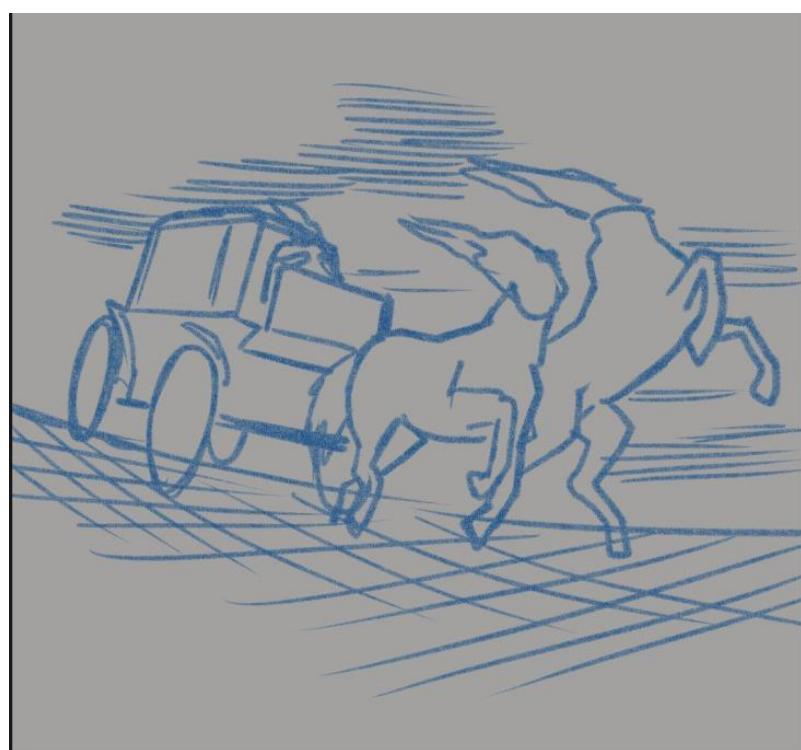
Fonte: Arquivo pessoal

Figura L - Rascunho da ilustração (Encontro com Joaquim)



Fonte: Arquivo pessoal

Figura M - Rascunho da ilustração (Carruagem de Ana Jansen)



Fonte: Arquivo pessoal

Diante do percurso apresentado, comprehende-se que a construção do conto *Isabela e o Enigma de Ana Jansen: Uma Viagem no Tempo* se traduz em uma proposta pedagógica comprometida com o ensino crítico da História, com a valorização das experiências femininas e com o resgate da memória local. Ao articular diferentes linguagens, textual, visual, histórica e literária, o produto educacional propõe uma abordagem interdisciplinar e sensível às múltiplas dimensões que compõem a formação dos sujeitos históricos. Logo, reafirma-se o potencial da Literatura como ferramenta significativa no ensino de História, não apenas por sua capacidade de representar o passado, mas por sua força em provocar questionamentos, despertar afetos e entender narrativas complexas como a trajetória de Ana Jansen e a construção da sua imagem representada no conto.

Ao inserir no centro da trama uma jovem negra que interroga o passado para apreender seu presente, o ‘produto’ convida estudantes a assumirem um papel ativo na construção de uma história mais plural, representativa e comprometida. Essa é, em última instância, a contribuição que este trabalho busca oferecer: a abertura de caminhos para que outras histórias, tantas vezes silenciadas ou distorcidas, possam enfim ser contadas, escutadas, representadas e ensinadas.

Considerações finais

Analisamos ao longo deste trabalho os primeiros passos da História das Mulheres e os desafios enfrentados para sua legitimação no campo historiográfico, bem como a consolidação dos estudos de Gênero. Observamos, ainda, como essas abordagens foram se estruturando ao longo do tempo, superando uma visão limitada centrada nas mulheres brancas e buscando valorizar a diversidade das experiências femininas, incluindo as vivências de mulheres negras, indígenas e de outras identidades historicamente marginalizadas. Reconhecemos, assim, que cada mulher carrega uma trajetória própria, marcada por sua singularidade, e que é fundamental considerar a pluralidade na construção de uma história verdadeiramente inclusiva.

Com o avanço e o reconhecimento da História das Mulheres e das relações de Gênero no campo historiográfico, esses temas passaram a integrar os conteúdos da disciplina de História, sendo incorporados aos livros didáticos, às propostas pedagógicas e às práticas de profissionais em sala de aula. No entanto, apesar das leis e das mudanças estruturais na educação brasileira, ainda não se observou um concreto rompimento com as desigualdades de gênero no ambiente escolar. Ao longo deste estudo, constatamos que inúmeros fatores contribuem para a perpetuação de comportamentos que muitas vezes são naturalizados a ponto de não serem percebidos no cotidiano.

A ausência de uma problematização efetiva nos livros didáticos, por exemplo, evidencia como ainda persiste uma abordagem superficial desses temas. Embora a História das Mulheres e os estudos de Gênero não sejam tão invisibilizados nas narrativas históricas, o desafio atual é superar sua apresentação como meras curiosidades ou conteúdos secundários. A luta contemporânea, portanto, consiste em garantir que a História das Mulheres e as relações de gênero sejam tratadas de forma transversal, crítica e integrada aos grandes processos históricos, reconhecendo seu papel fundamental na construção das sociedades.

Não existe um manual de instruções e talvez sequer seja possível existir – sobre como eliminar as desigualdades de gênero em sala de aula. Cada profissional da educação pode e deve buscar formas de ser um agente de mudança, compreendendo que a transformação desejada não envolve apenas o ambiente escolar, mas toda a sociedade. Muitas dessas ações surgem de iniciativas individuais ou de pequenos grupos, mas já representam importantes práticas de resistência.

Entretanto, é preciso reconhecer que a construção de uma educação mais igualitária exige mudanças mais amplas, que passam pela reformulação do próprio sistema educacional de forma estruturada e sistemática. Essas transformações podem ser impulsionadas por meio da

formação inicial e continuada de professores, pela ampliação dos trabalhos acadêmicos voltados à temática de gênero e pela promoção de uma integração mais efetiva entre as universidades e as escolas.

Dessa maneira, ao trazer Ana Jansen para o centro da análise, buscamos compreender uma experiência singular dentro de um quadro muito mais amplo e diverso de histórias de mulheres. Nesta dissertação, sua figura serviu para problematizar as narrativas históricas tradicionais, ainda que sem homogeneizar a pluralidade das vivências femininas. Com isso, reafirmamos a necessidade de construir uma história que valorize a diversidade, reconheça as desigualdades internas ao próprio grupo das mulheres e integre essas múltiplas trajetórias aos grandes processos históricos.

Ao analisar a trajetória de Ana Jansen, compreendemos também os desdobramentos de sua imagem, consolidada popularmente, sobretudo no Maranhão, tanto como uma mulher poderosa a “Rainha do Maranhão”, quanto como uma figura associada à perversidade. A investigação dessas representações permitiu demonstrar como a memória histórica é construída a partir de interesses sociais, políticos e de gênero, revelando a complexidade das formas pelas quais as mulheres foram (e ainda são) lembradas e interpretadas na História.

REFERÊNCIAS

IMPRESSOS

- A Imprensa*, 28/10/1857, nº 3, p. 03
- A Revista*, 06/04/1844, nº 228, p.02
- A Revista*, São Luís, 20/12/1844, nº 265, p. 3.
- A Revista*, São Luís, 20/12/1844, nº 265, p.3
- O Guajajara*, 01/09/1840, nº 18, p.03
- O Novo Pharol*, 24/09/1852, anno I, nº 01, p.01
- O Picapaó*, 22/08/1842, nº 07, p. 07
- O Picapaó*, 22/08/1842, nº 7, p. 3
- O Picapaó*, 30/08/1842, nº 07, p. 07
- O Unitário*, 17/10/1846, nº 28, p. 01
- Publicador Maranhense*, 03/08/1870, nº 169, p.01
- Publicador Maranhense*, 04.10.1844. nº 867, p.04
- Publicador Maranhense*, 14/03/1857, nº 60, p. 03
- Publicador Maranhense*, 16/12/1862, nº 285, p. 04
- Publicador Maranhense*, 10/08/1858, nº 704
- Publicador Maranhense*, 21/03/1848, p. 4
- Publicador Maranhense*, 23/07/1862
- Publicador Maranhense*, 27/02/1867, nº 48, p. 4
- Publicador Maranhense*, 28/10/1857, p. 03

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO – MANUSCRITOS ACERVO DA ARQUIDIOCESE DO MARANHÃO- INVENTÁRIO DO CÓDICES

Autos de habilitação de casamento do Teodoro Jansen Moller e D. Maria de Castro Cavalcante. 1764- Livro 86 de registro de casamento da Freguesia de N.S. da Vitória (Sé) 1759-1773

Autos de habilitação de casamento do Vicente Gomes de Albuquerque e Rosa Maria Jansen de Castro Moller. 1792- Livro 88 de registro de casamento da Freguesia de N.S. da Vitória (Sé) 1790-1798.

Registro de óbito do Isidoro Rodrigues Pereira. 1825 - Livro 8 de registro de óbitos da Freguesia N.S. da Vitória da Igreja Catedral da (Sé) 1819-1826.

CERVO DA ARQUIDIOCESE DO MARANHÃO – AUTOS DA CÂMARA ECLESIÁSTICA EPISCOPAL

Autos para declaração de filiação dos órfãos do Coronel Isidoro Rodrigues Pereira, o Requerimento de Dona Anna Joaquina Jansen Pereira 1832. Doc 4339 1803-1841 Cx :125

Autos de justificação de batismo do justificante José Jansen do Paço 1832. – Docs 3826 1830-134 Cx: 107 Requerimento e Petição de D. Anna Jansen Pereira 1834. – Docs 531 1833-1837 Cx: 12.

ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. Documentos do Setor de AvulsoFundo: Secretaria do Governo

Avisos e Ofícios do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ao Presidente da Província do Maranhão- 1841.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império 1849.

Requerimento/ Processos de sesmaria na Ribeira do Alto do Mearim da Anna Joaquina Mollerde Castro – 1804.

MUSEU DESEMBARGADOR LAURO DE BERRETO MARTINS

Registro de testamento de Margarida de Castro Jansen Esteves 1824. Fl 93 v. 99 Data de realização: 15/12/1824

Da abertura: 29/12/1824 Local: São Luís do Maranhão

Registro de testamento de Joana Michaela de Castro Jansen 2016. Fl 126-134 Data de realização: 17/08/1815

Data de abertura:

06/08/1816 Local: São Luís- Maranhão

Registro de testamento do Isidoro Rodrigues Pereira 1825. Fl 247-257 v Local: São Luís.

Arquivo Judiciário - Acervo Permanente – Processos Judiciais

Inventário de Ana Joaquina Jansen Pereira Leite. Parte 2

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativeiro**. São Luís: Alumar, 1992

ABRANTES, E. S. **A educação do “Bello Sexo”** em São Luís na segunda metade do século XIX. São Luís: Editora Uema, 2014.

ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A senhora do Maranhão: uma biografia de Ana Jansen**. São Luís: Editora UEMA, 2023.

ABRANTES, Elizabeth; Santos, Sandra. **Ana Jansen a mulher e o mito**. São Luís, 2011.s, 1994.

ABUD, Katia Maria. **A construção de uma Didática da História**: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. *História*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 183-193, 2003.

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2013. (Coleção Ideias em Ação).

ALVES, Débora Cristina. **Alianças Familiares: estratégias de uma elite de Antigo Regime** (Guarapiranga – 1715 a 1790). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

ANDRADE, Antônia de Castro. [Título da dissertação]. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, São Luís, 2017.

ASSUNÇÃO, Matthias. **Estruturas de poder e evolução política, 1800-1841**. Mimeo, s/d.

AUAD, Daniela. **Relações de Gênero na Escola: repensando a construção das identidades de gênero**. 1^a ed., São Paulo: Editora Autêntica, 2011.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; LIMA, Aline Cristina Silva. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. In: *Roteiro*. v. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun, 2011.

BÍBLIA. A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada. São Paulo-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

BITTENCOURT, Joana, Maria. **História de Ana Jansen na visão do mamulengo**. São Luís: sociedade Artística e Cultural Beto Bittencourt, 2022.

BLOCH, Marc. **Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien**. Paris: Armand Colin, 1949..

BORRALHO, Henrique. **A Athenas Equinocial**. A fundação de um Maranhão no império brasileiro. 2009. 332f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Silmária Souza. Linhas partidas: viuvez, gênero e geração em Salvador (1850-1920). 2013. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e

Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013

BRASIL, CAPES. Documento de Área – Ensino. Brasília, 2019a.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso: 11 setem. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415/17, de 16 de fevereiro de 2017**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/431644888/lei-13415-17>. Acesso: 11 setem. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as leis de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 11 setem. 2024

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CAMPOS. Marize. **Senhoras Donas**. Economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822). São Luís: Café & Lápis; FAPEMA,2010.

CARR, Edward. **Que é História?** Trad. De Lúcia Maurício de Alverga. São Paulo: Paz e terra,1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **Questões de higiene pública? debates acerca de um bom cemitério nos periódicos ludovicenses do século XIX**. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Org.). O Maranhão Oitocentista. 2. ed. rev. e ampl. São Luís: Café & Lápis; Editora Uema, 2015. p. 117-148.

COSTA, JÚNIOR, Flávio Pereira. **Entre o popular e o erutido: as lendas como representação do maranhão oitocentista**. Monografia (Graduação em História- Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.

COSTA, YURI. **Escalas de poder: grupos políticos no Maranhão oitocentista e sua relação com a Corte do Império**: Outros tempos, v. 16, n 27,2019,p.141-161.

COSTA, Yuri. **Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX**. Revista Brasileira de História & Ciência Sociais – RBHCS. São Luís, Vol. 10N. (P. 01-23) 20, julho- dezembro 2018.

COSTARD, Larissa. **Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História**. Fronteiras & Debates, Macapá, v. 4, n. 1, p. 102-115, jan./jun. 2017. ISSN 2446-8215

COUTINHO, Milson. **Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense**. São Luís: Instituto Geia,2005.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 35, d ez. 2009.

- DUBY, Georges. **História social e ideologia das sociedades**. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs). História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- FADIGAS, Leonel. De Alcobaça à Independência do Brasil. O corenel Isidoro Rodrigues Pereira e as transformações sociais, econômicas e políticas no Maranhão colonial entre 1775 e 1825.
- FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FARIA, Regina Helena Martins. **A Transformação do Trabalho nos trópicos: propostas e realizações**. Recife: UFPE, 2001. Mestrado em História do Brasil.
- FARIA, Sheila de Castro. **História da família e da demografia histórica**. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FERNANDES, C. S.; BARROSO, F. M. **Presença e atuação de mulheres em espaços culturais** o Rio de Janeiro do século XIX: o que podem as mulheres em festa? Revista Contratempo, Niterói, v. 38, n. 1, p. 7-21, abr./jul. 2019.
- FERREIRA, Juliana Kummer Perinazzo. **O lugar das mulheres na história ensinada: o que nos dizem os saberes e práticas de professoras que atuam em escolas no município de Caldas Novas - GO**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24. ed. – São Paulo: Edições Loyola (Leituras Filosóficas), 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado, - 7^a ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete.42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FRANCO, Aléxia Pádua et al. **"Marias, Mahins, Marielles, malês": mulheres na história e no ensino de História do Brasil**. In: FONSECA, Sérgio C.; JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de (org.). Ensinar História: currículo, práticas e sujeitos históricos. São Carlos: Pedro & João Editores: 2022, p. 181-203.
- FRANCO, Aléxia Pádua. **Apropriação docente dos livros didáticos de história das séries iniciais do ensino fundamental**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FRANCO, Aléxia Pádua; SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da; GUIMARÃES, Selva. **Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões.** Ensino Em ReVista, n. 24, v. 4, p. 1016-1035, dez. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46455/24952>. Acesso: 03 nov. 2022. <https://doi.org/10.14393/ER-v25n3e2018-10>

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021.

GONÇALVES FILHO, Antenor Antônio. **Educação e literatura.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HAHNER, June. **A mulher no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JACINTO, Cristiane Pinheiro dos Santos. **Fazendeiros, negociantes e escravos: dinâmica e funcionamento do tráfico interprovincial de escravos no Maranhão (1846 - 1885).** In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Org.). **O Maranhão Oitocentista.** 2. ed. rev. e ampl. São Luís: Café & Lápis; Editora Uema, 2015. p. 241-268.

JANOTTI, M d. L. M. **Três mulheres da elite maranhense.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, p. 225-48. 1996

KUZNESOF, Elizabeth Anna. “**A família na Sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)**”. Revista de Brasileira de História. São Paulo – ANPUH/Marco Zero, vol. 09, nº 17, setembro de 1988 / fevereiro de 1989.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **Bom Jesus dos Navegantes: Irmandade e Capela.** São Luís: Passagens, 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994. (Coleção Repertórios).

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança.** Educação & Sociedade, Campinas, ano XX, n. 68, p. 351-378, dez. 1999.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas famílias: poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823).** 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2009.

Lisboa, Teresa Kleba. **Educação Popular Feminista: saberes e práticas.** 1^a ed., Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

LOURO, Guaciara Lopes. **Curriculum, Gênero e Sexualidade.** Porto: Editora LDA, 2000.

LOURO, Guaciara Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

- LOURO, Guacira. **Mulheres na sala de aula.** In: PRIORI, Mary Del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi. História das mulheres no Brasil. 10. ed., 8. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.
- MARQUES, César Augusto. **Diccionario Histórico-Geographico da Província do Maranhão.** – Maranhão: Typ, do Frias, 1870.
- MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A Balaiada na sala de aula: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”.** 2018. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.
- MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **Maranhão oitocentista na sala de aula: a Balaiada nos materiais didáticos.** In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 5., 2019, São Luís. Anais... São Luís: Editora UEMA, 2019. p.264-274.
- MELO, Hildete Pereira de; Marques, Teresa Cristina de Novaes. **A partilha da riqueza na ordem patriarcal.** Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 155-179, jul./dez. 2001.
- MORAES, J. **Guia de São Luís do Maranhão.** 1 ed. São Luís, Editora Legenda, 1989.
- MOTA, Antônia da Silva. **Família e fortuna na Capitania do Maranhão (1780-1820): estudo em testamentos e inventários.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004. Projeto de pesquisa de doutoramento em História do Brasil. A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão. Tese de Doutorado, Recife, 2007.
- MOTA, Brenda. **Mulheres em espaço de poder no maranhão oitocentista: um estudo sobre a participação da Ana Jansen na política provincial.** TCC (Monografia em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2022.
- NETO, Lira. **A Arte da Biografia.** 1^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- NOVAES, I. R. M. **Ana Jansen: empreendedorismo feminino no século XIX.** Tese (Doutorado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, entro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 141
- NUNES, Maria Lúcia da Silva; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos. **Reflexões em torno da relação entre História e Literatura.** Quaestio, Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 793-805, 2016.
- OLIVEIRA JUNIOR, Bezaliel Alves; BRAGA, Cristiano Marinho; MARTINHO, Mailson; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A história local, memória e identidade: aspectos fundantes no processo identitário dos estudantes.** Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v. 16, n. 9, p. 17652-17666, 2023.
- PERROT, M. **As mulheres e a História.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- PERROT, Michelle. **Minhas histórias das mulheres.** Tradução de Angela M. S. Côrrea. 2. ed., 6. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História- operários, mulheres, prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra. **O mundo como texto: leituras da História e da Literatura**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas. nº 14, Set. 2003, pp 31- 45.

PINHEIRO, Denilson Costa. **Os expostos da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão: assistência à infância desvalida no século XIX**. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História, São Luís, 2023.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: **A utopia da cidade disciplinar**: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. (2021). BNCC e **Ensino de História: horizontes possíveis. Educar Em Revista**. 37. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77056>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrrBnKnft/?format=pdf>. Acesso: 19 set. 2024. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77056>

RÉMOND, René. **Por uma história política**.trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV,2003.

RIBEIRO, Jalila Ayyoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão: 1850-1888**. 2. ed. São Luís: APEM, 2024.

RIBEIRO, M. J. B. **Maranhão de outrora (1819-1924): memórias de uma época**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1942.

RODRIGUES LOBATO. M.J. **Educação feminina no recolhimento do Maranhão: o Redefinir de uma instituição**. São Luís,2010- Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão,2010.

RODRIGUES, Claudia. Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizado histórico**. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 41-50

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1969.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAMARA, Eni. de Mesquita. **O dote na sociedade paulista do século XIX: legislação e evidências**. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Tomo XXX, 1981.

SAMPAIO, E. S.; GOMES, D.; PORTE, M. **História da contabilidade e o gênero feminino: o Caso de Anna Jansen, a rainha do Maranhão (séc. XIX)**. De Computis, Revista Española de História de la Contabilidad – Spanish Journal of Accounting Histpry, n. 26, p. 59-89, jun. 2017.

SAMUJEL, Raphael. **História Local e história oral**. Revista Brasileira de História.vol 9 no 19. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, set, p.219-243

SANTOS, Edyene Moraes dos. **Partidos Políticos no Maranhão Oitocentista: Origens, Influências Familiares e Composição Social (1838-1855)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, 2021.

SANTOS, Waldemar. **Perfil de Ana Jansen**. São Luís: SIOGE, 1978.

SCHMIDT, Benito. “**O gênero biográfico no campo do sconhecimento histórico: Trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação**”. Porto Alegre:

SCOTT, Ana. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2013. p. 14- 47.

SCOTT, J. W. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 20(2), MEIRA, Júlio Cesar. Estudos de gênero e historicidade: sobre a construção cultural das diferenças. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia-MG, v. 27, n. 2, jul./dez. 2014. ISSN 1981-3082.71-99.

SILVA, Carla da. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero**. (2010)

SILVA, Cristiani. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. Caderno Espaço Feminino, v. 17, n. 01, p. 123-139, jan./jul. 2007.

SOIHET, Rachel. **Mulheres e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2020.

TEIJEIRO, Tarsila Tonsig Garcia. **A presença das mulheres no ensino de História na Educação de Jovens e Adultos**. Campinas/SP: Prefeitura Municipal de Campinas, 2021.

TOMASCHEWSKI, Claudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. Por carta de mercê: as biografias dos desembargadores do Maranhão Colonial e Imperial (1813-1889). São Luís: TJMA, 2023.

VEIGA, Cristiane Fernandes Lopes. **Vida após a morte: mulheres viúvas nas malhas do Império luso**, Rio de Janeiro (c.1763-1808). 2017. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 2017.

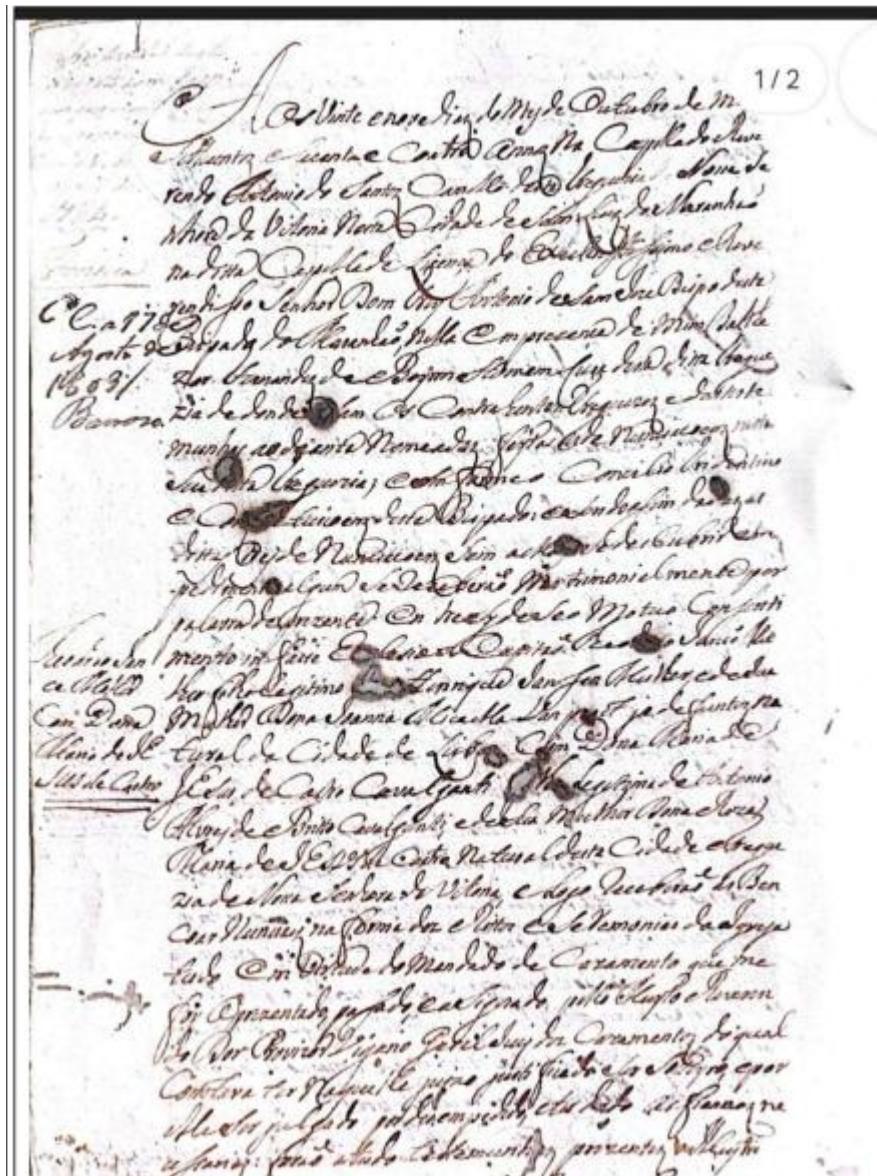
VIVEIROS, Jerônimo José de. **A rainha do Maranhão**: São Luís: Senec. Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1965.

VIVEIROS, Jerônimo José de. **A rainha do Maranhão**. In. MORAES, Jomar (org) Ana Jansen-rainha do Maranhão. 2.ed. São Luís: ALUMAR, 1999.

WEBER, M. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

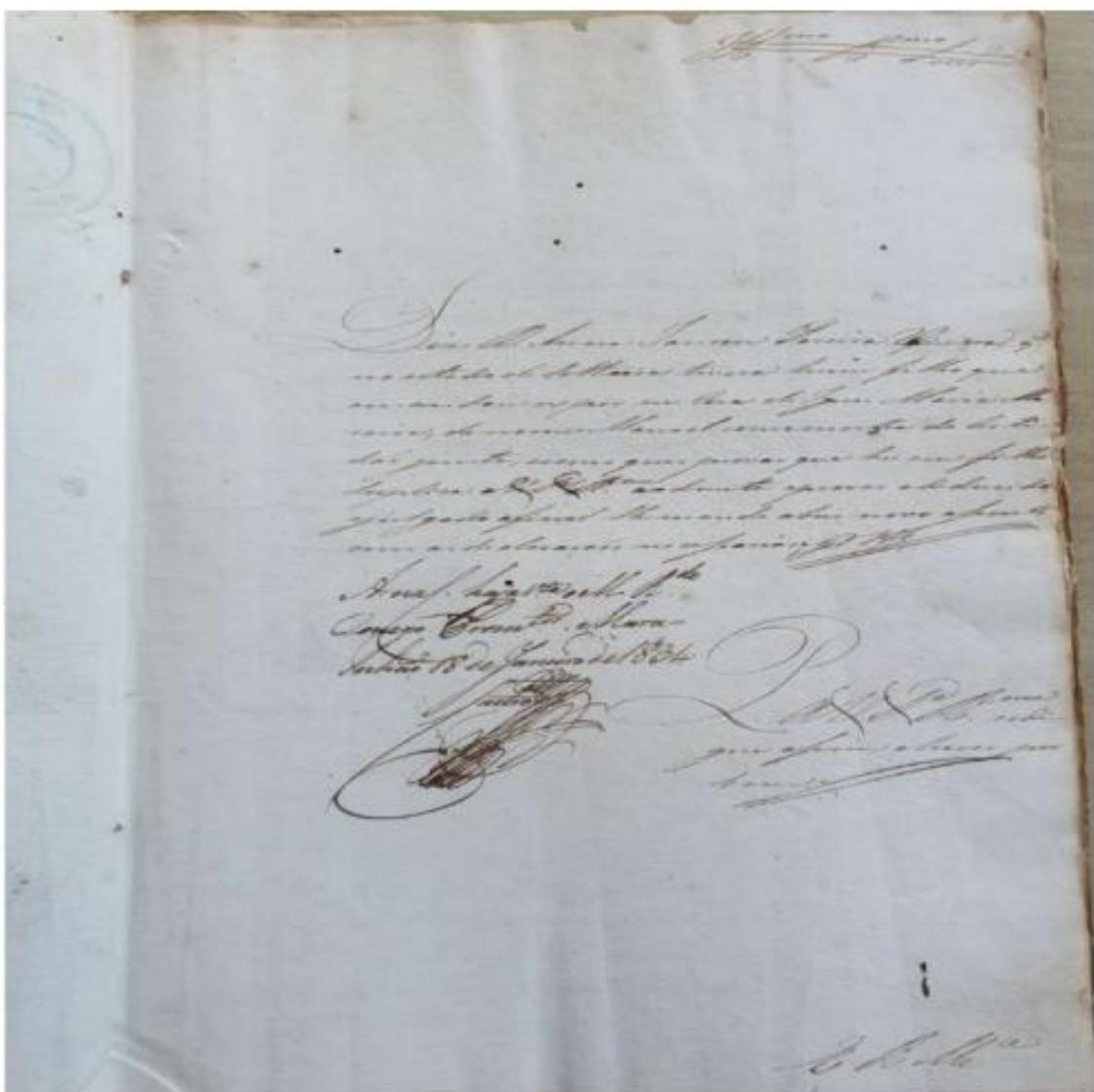
ANEXOS

Anexo A - Autos de habitação de casamento do Teodoro Jansen e sua esposa D. Maria Cavalcante



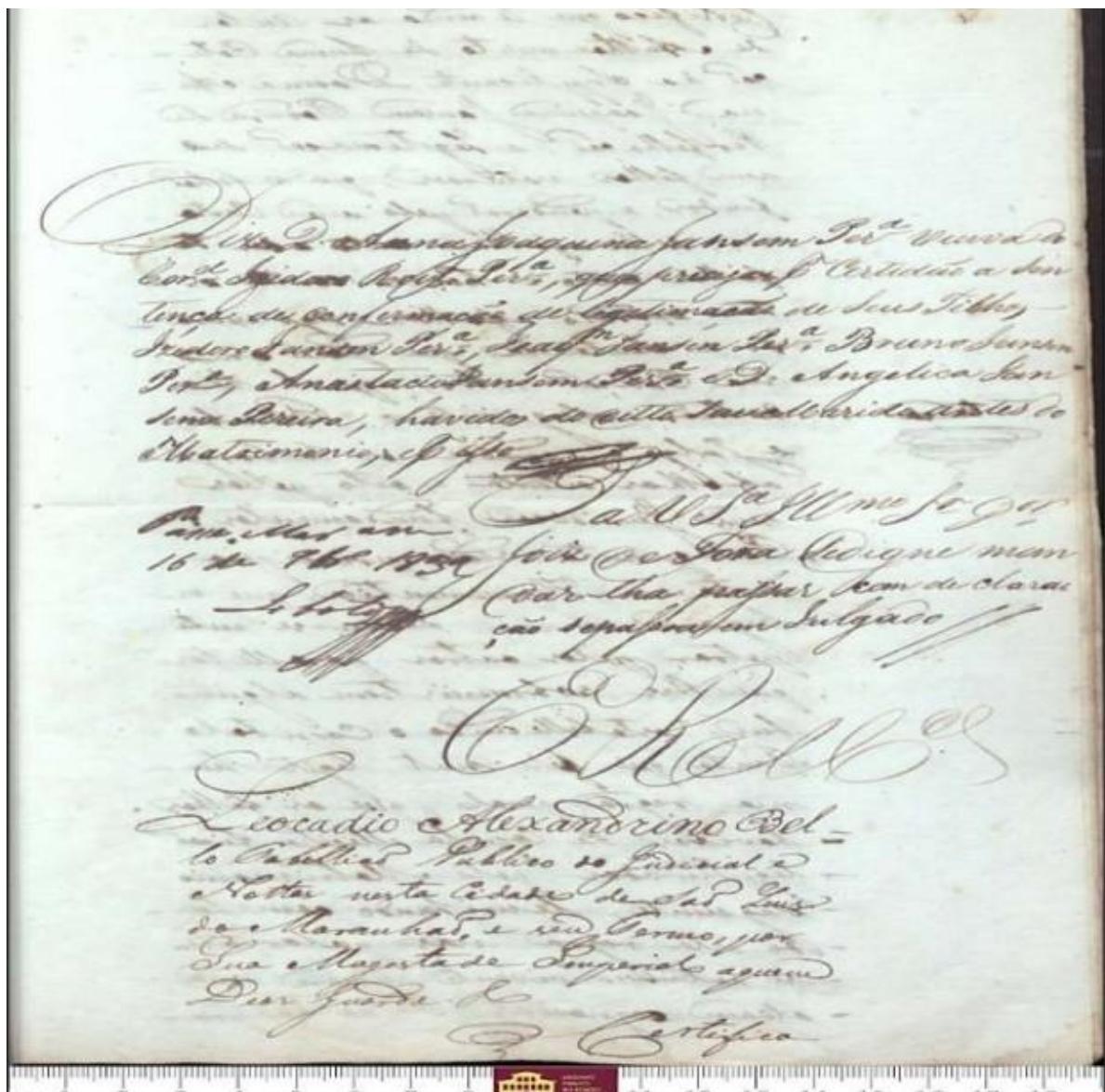
Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão/ Autos de habilitação de casamento do Teodoro Jansen Moller e D. Maria de Castro Cavalcante. 1764- Livro 86 de registro de casamento da Freguesia de N.S. da Vitória (Sé). 1759-1773.

Anexo B - Requerimento e petição de legitimação do filho Manuel Jansen Pereira



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão/ acervo da Arquidiocese do Maranhão /Requerimento e Petição de D. Anna Jansen Pereira. 1834.

Anexo C - Requerimento e Petição de legitimação dos filhos da Anna Jansen com o Coronel Isidoro Rodrigues Pereira antes do seu matrimônio

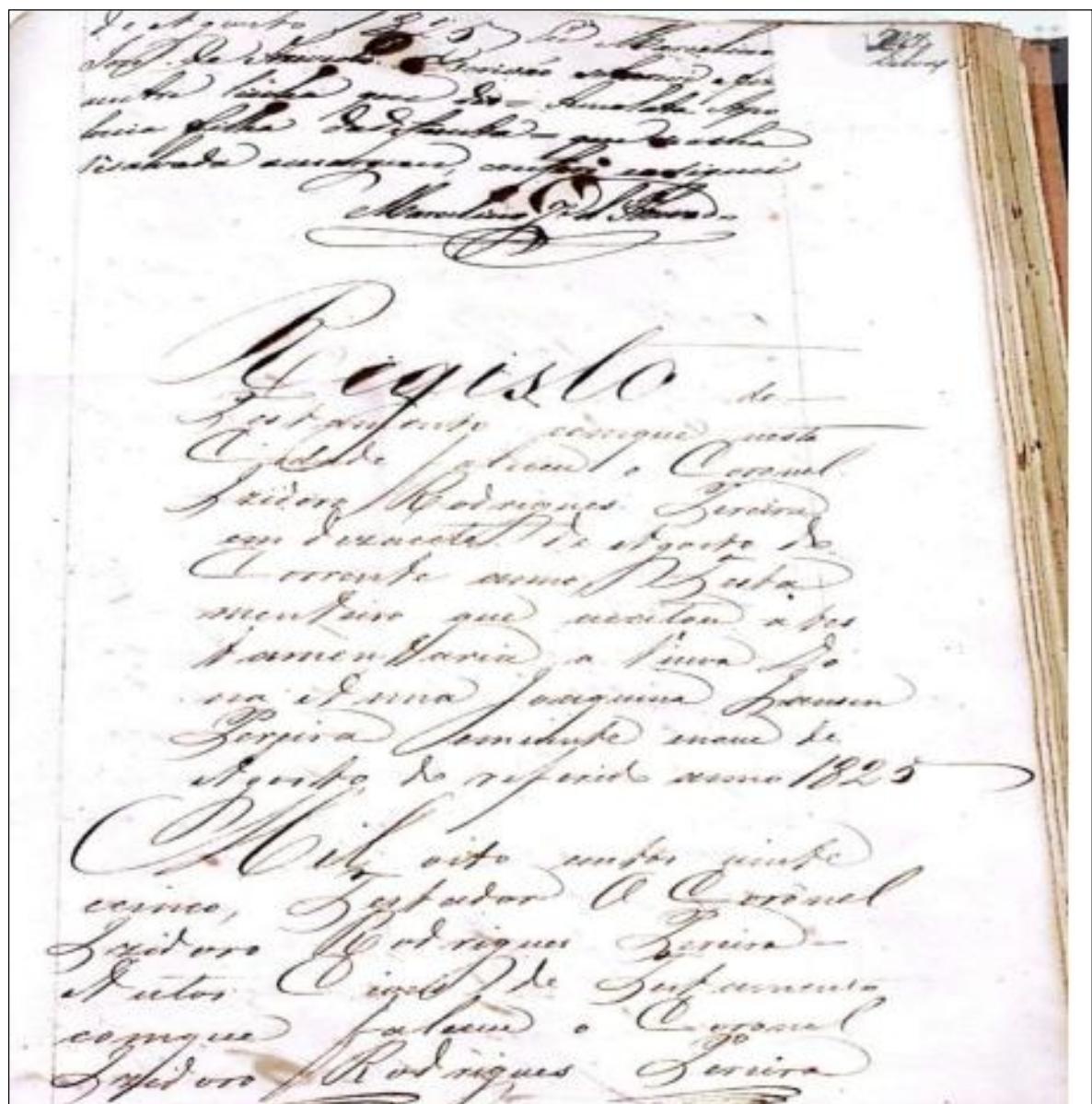


Fonte: Requerimento e petição de legitimação dos filhos da Ana Jansen. Arquivo Público do Estado do Maranhão/ Acervo da Arquidiocese documentos diversos 1803-1841

Anexo D - Óbito do Isidoro Rodrigues Pereira

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão/ Registro de óbito do Isidoro Rodrigues Pereira. 1825 - Livro 8 de registro de óbitos da Freguesia N.S. da Vitória da Igreja Catedral da (Sé) 1819-1826.

Anexo E - Registro de testamento do Isidoro Rodrigues Pereira



Fonte: Museu Desembargador Lauro de Berreto Martins/ Registro de testamento do Isidoro Rodrigues Pereira 1825. Fl 247-257v.

**Anexo F - Resultados da eleição para Presidente da Câmara de Vereadores de São Luís,
na qual o Isidoro Jansen Pereira ganhou -1849**

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão. Documentos do Setor de Avulso/ Fundo: Secretaria do Governo - Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império 1849.

Anexo G - Registro de testamento da Margarida de Castro Jansen Esteves

Registro de Testamento
expresado nata. Ciudad fallecio
Pascual Margarida de Castro
Sensu. El dia en que muere
do Diciembre de mil novecientos
seis equatos. Instrumento
que faciendo a su voluntaria
Pascual Margarida expone y dice
Estas en 10 de junio de 1926

Yo el nro. enero nro. equato
Fuladora. Lona Margarida de
Castro, fallecio el dia de hoy
en el Testamento de su fallecio
Lona Margarida de Castro fallecio
Culver. Maria - susy -
Hermano - don de Ciudad - a mis de el
mismo Testamento fallecio Jesus Christo
Demil año enero nro. equato en
nos veinti dos horas de la noche
fallecio nro. nro. Pascual Margarida
expresando en su Testamento an
tiguo Testamento antiguo fallecio
Lona Margarida de Castro fallecio
Estas que las que quedan se
seguir de que fallecio en su Testamento
Pascual Margarida fallecio en su Testamento
Testamento crivo es que - En nombre de

Fonte: Museu Desembargador Lauro de Berreto Martins / Registro de testamento de Margarida de Castro Jansen Esteves 1824. Fl. 93v. 99.

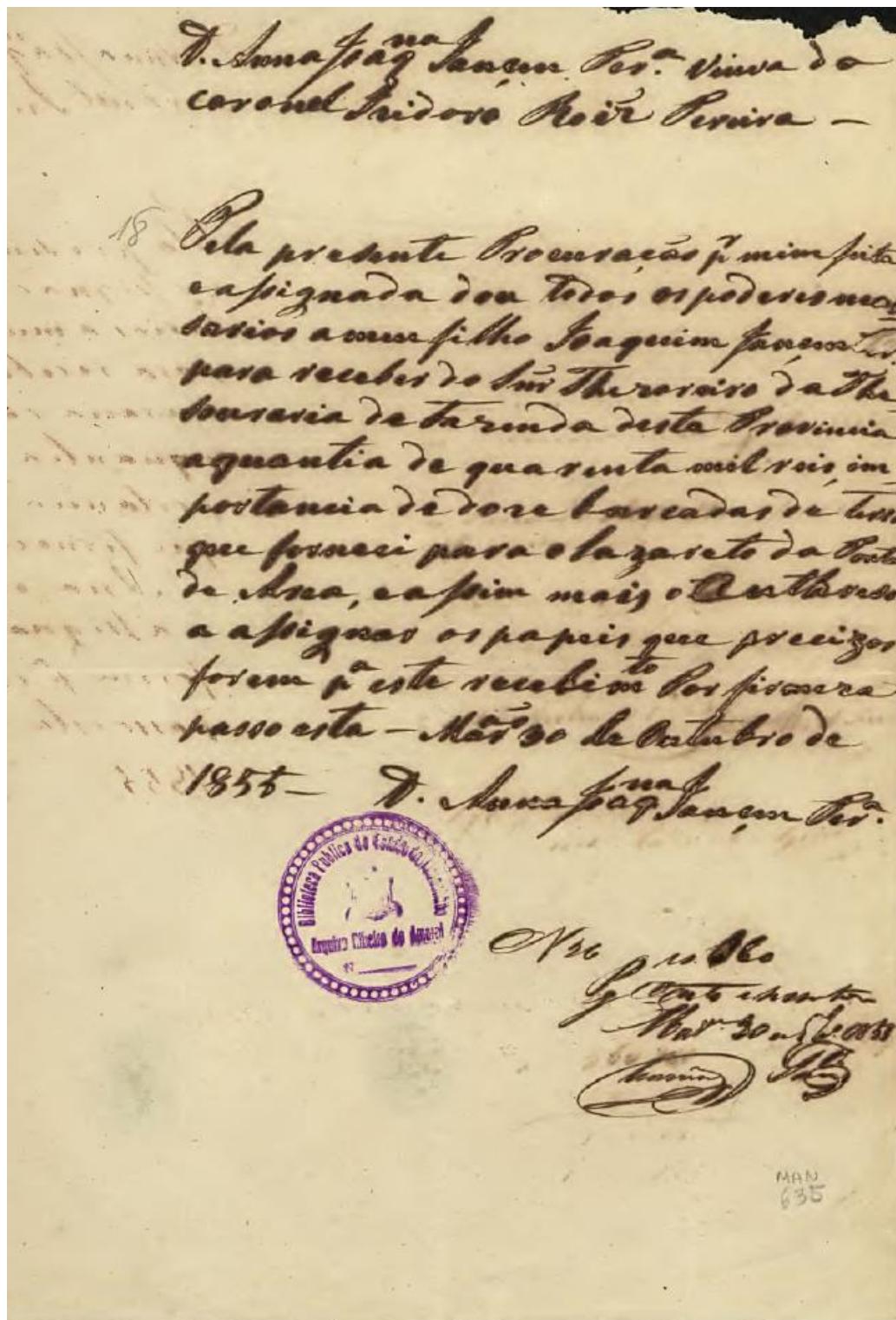
Anexo H - Registro de testamento da Joanna Michaela de Castro Jansen Muller

Fonte: Museu Desembargador Lauro de Berreto Martins/ Registro de testamento de Joanna Michaela de Castro Jansen Muller 1816. Fl 126-134 v

Anexo I - Relação de escravos pertencentes a Ana Jansen

Fonte: Arquivo Judiciário desembargador Milson de Sousa Coutinho/Relação dos escravos pertencentes a Anna Joaquina Jansen Pereira Leite - 1871.

Anexo J - Doações dos seus poderes ao seu filho Isidoro Jansen



Fonte: Acervo digital- Biblioteca Benedito Leite- Doação de dinheiro ao seu filho Joaquim Pereira Jansen 1855

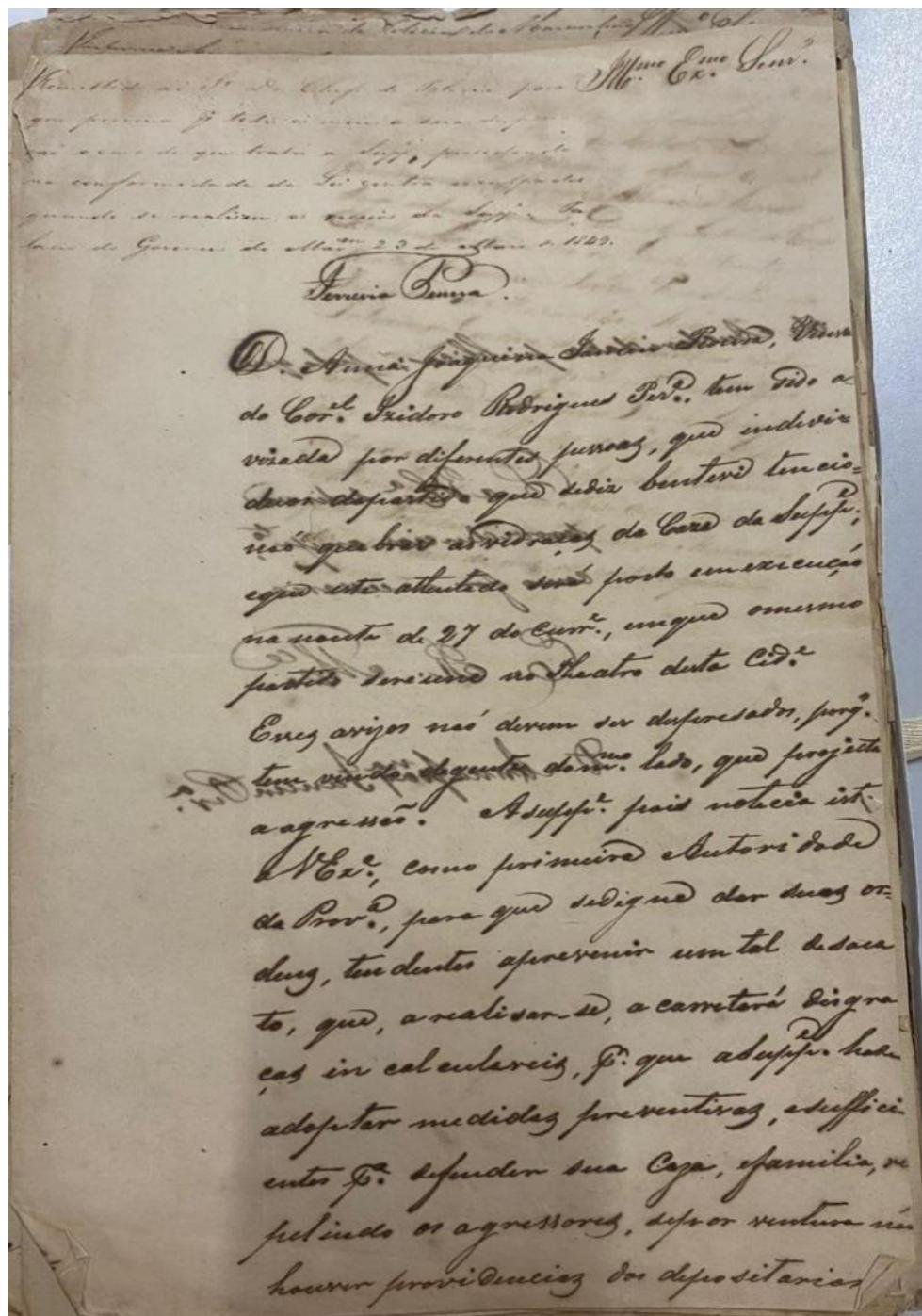
Anexo K – Solicitação de habilitação de casamento de Manuel Jansen Ferreira com D Othilia Valle

Almeida 1891



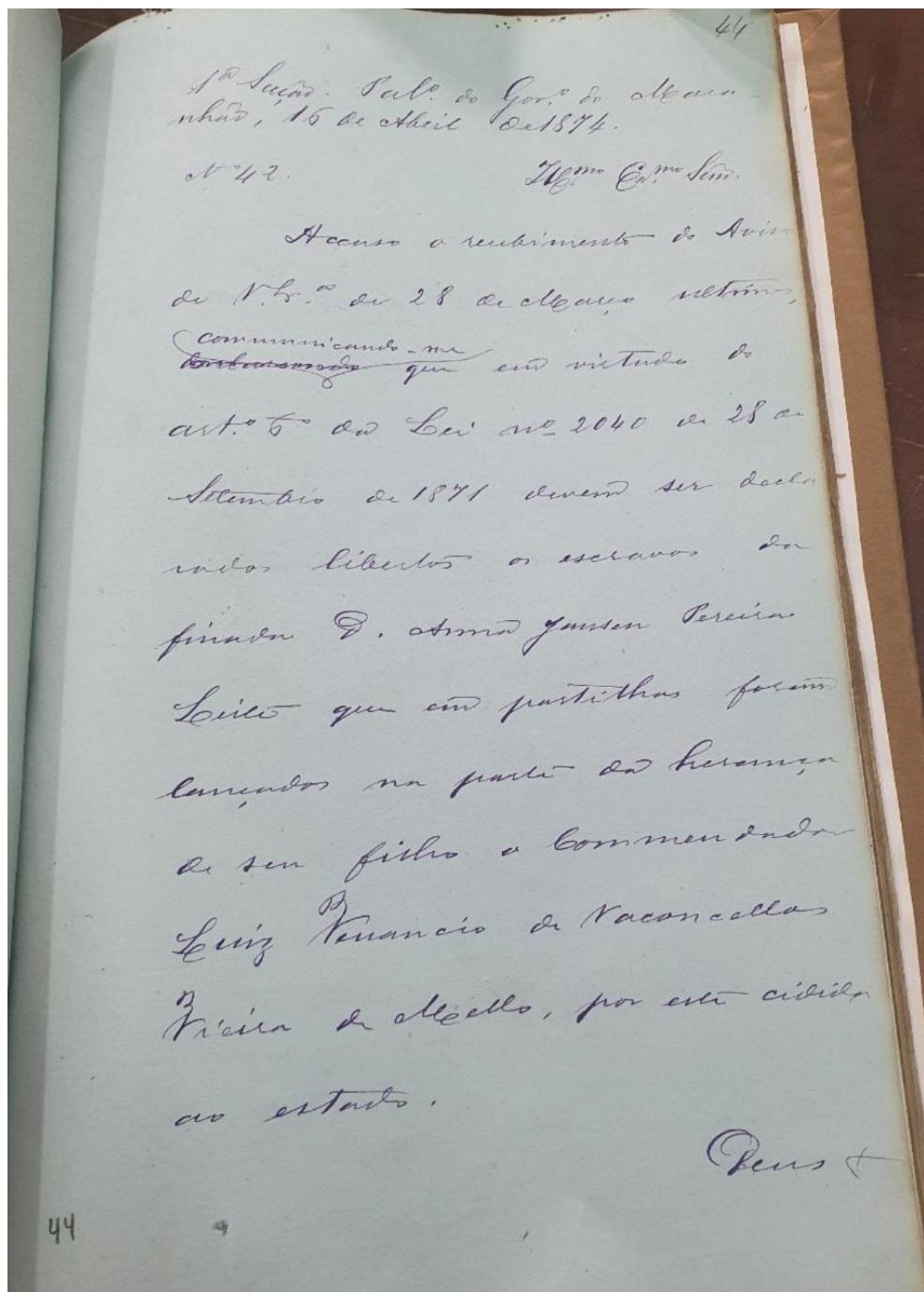
Fonte: Coleção de José jansen – Mapoteca do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. 1891

**Anexo L – Requerimento de Ana Jansen ao chefe de polícia reclamando a possíveis agressões do
partido Bem te vi**

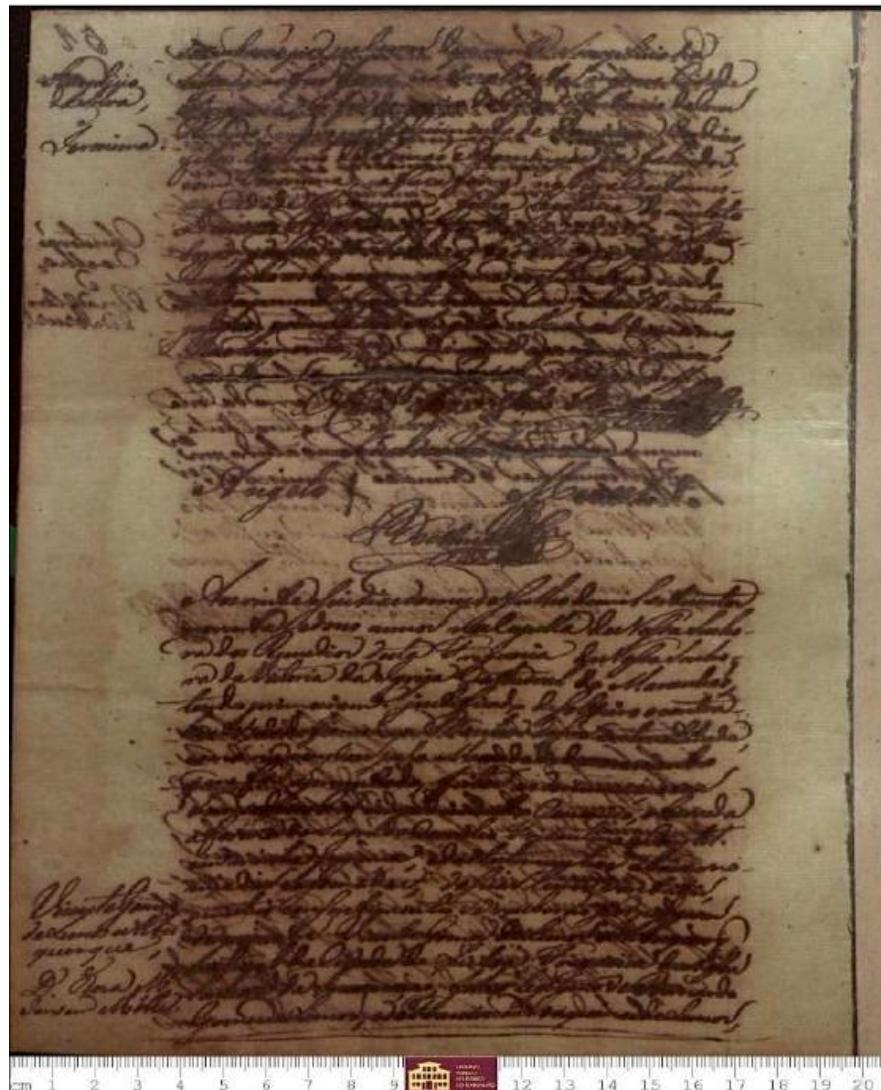


Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão / Secretaria de Polícia / Chefeatura requerimentos.
 1842 – 1858

Anexo M – Requerimento do Comendador Luis Vinancio de Vaz Concellos Vieira de Mello para o Palacio do Governo do Maranão



Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão / Acervo de códices L. 140, Ano 1874

Anexo N- Autos de habilitação de casamentos do Vicente Albuquerque e Rosa Janse

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão /Autos de habilitação de casamento do Vicente Gomes de Albuquerque e Rosa Maria Jansen de Castro Moller. 1792- Livro 88 de registro de casamento da Freguesia de N.S. da Vitória (Sé) 1790-1798

Anexo O - Jornal do Picapao criticando a atuação de Ana Jansen na doação de arroz para o Império brasileiro e reconhecendo por ironia como Rainha do Maranhão.

<p>então desenterraremos cousinhas tão bonitinhas . . .</p> <p>E QUE FAL? !!</p> <p>— A rainha do Maranhão queria chupar hum Baronato, — commendas e habitos para os filhos, e não sabendo o que havia faser de huma porção de arroz velho e podre, e grande parte cuim, offereceu — a Nação não sabemos quantas arrobas para a Guerra do Sul; arroz que nem os porcos e cavallos querião comer, e que lhe encomodava a fabrica. Mas a Nação que sofre tudo recébe o arroz podre!!! E sem duvida ja estará hum requerimento no Rio, allegando este relevante serviço, da mesma sorte que o bigorrilhas bem esbofeteado em S. Antonio allegou os seus serviços, e a campanha do Munim, onde elle perdeu as pistolas, e ficou atras do Batalhão: que indigno e cobarde !! — cá . . . cá . . . cá . . .</p> <p>— Esta boa joia he hum amigalhão do nosso milhafre da G.</p>	<p>gatuno os do Batalhão Proví- sorio. Safa, como se ajuntão!</p> <p>SUSTO DE SE MESMO.</p> <p>— O Coronel mamadô ao entrar em casa huma noite destas, teve grande susto por ver hums assassinos encostados à uma parede. Parou e mandou reconhecer os supostos assassinos, por huma escolta de scelerados que o acompanhava; mas ficarão envergonhados, porque os assassinos não passavão de suas mesmas sombras! A consciencia he huma testemunha cruel.</p> <p>DECLARAÇÃO.</p> <p>— Os abaixo assinados declarão ao respeitavel publico que são elles os redactores e colaboradores do novo periodico intitulado "o Caboclo Maranhes": por quanto por ahí atribuem a redacção d'esta nova gaveta à alguns amigos seus. Pedras da Sé 22 de Agosto 1842.</p> <p>J. S. Corrêa Cabeça de Pôrco. A. C. d'Aguiar Trinta-milhas.</p> <p>LA' VAI VERSO:</p>
---	---

Fonte: O picapao 22 de agosto de 1842 p.03/ Biblioteca Benedito Leite